



UNIVERSIDADE ESTUDUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

LETÍCIA BARBOSA RIBEIRO

**REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CAMPINAS E A REESTRUTURAÇÃO DAS
PERIFERIAS METROPOLITANAS: OS CASOS DE INDAIATUBA E
JAGUARIÚNA**

CAMPINAS
2019

LETÍCIA BARBOSA RIBEIRO

REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CAMPINAS E A REESTRUTURAÇÃO DAS
PERIFERIAS METROPOLITANAS: OS CASOS DE INDAIATUBA E
JAGUARIÚNA

Dissertação apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas como parte dos
requisitos exigidos para a obtenção do título de
Mestra em Demografia.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA LETÍCIA
BARBOSA RIBEIRO, E ORIENTADA
PELO PROF. DR. JOSÉ MARCOS PINTO
DA CUNHA

Campinas
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

R354r Ribeiro, Leticia Barbosa, 1993-
Redistribuição espacial da população na Região Metropolitana de Campinas e a reestruturação das periferias metropolitanas : os casos de Indaiatuba e Jaguariúna / Leticia Barbosa Ribeiro. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Distribuição espacial da população. 2. Segregação socioespacial. 3. Periferias urbanas. I. Cunha, José Marcos Pinto da, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Spatial redistribution of the population in the Metropolitan Region of Campinas and the metropolitan peripheries restructuring : the cases of Indaiatuba and Jaguariúna

Palavras-chave em inglês:

Spatial distribution of population

Socio-spatial segregation

Urban peripheries

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

José Marcos Pinto da Cunha [Orientador]

Roberto Luiz do Carmo

Maria Camila Loffredo D'Ottaviano

Data de defesa: 02-08-2019

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8263-2358>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5858382750088540>



UNIVERSIDADE ESTUDUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 02 de agosto de 2019, considerou a candidata Letícia Barbosa Ribeiro APROVADA.

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (orientador)

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo – IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Maria Camila Loffredo D'Ottaviano – FAU/USP

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

*Aos meus pais, Roberta e Valdinei, por todo o apoio
que me permitiu chegar à etapa final do mestrado
e me formar a pessoa que sempre ansiei ser.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Sempre soube que cursar o mestrado não seria uma empreitada fácil. Tinha o Núcleo de Estudo de População como um sonho desde quando cursei a disciplina de Estudos Populacionais no terceiro ano da graduação em Geografia. Sequer pensava em fazer pós-graduação, não me achava apta para isso. Naquele mesmo ano decidi que tentaria, pois o máximo que poderia acontecer era não ser aprovada. O fim da história não é segredo, pois estes agradecimentos são parte da minha dissertação de mestrado.

Foi um desafio, não posso negar. As disciplinas nos dois primeiros períodos me fizeram colocar em perspectiva toda minha formação, mas não por pensar ter feito escolhas erradas, mas sim por ter demorado tanto tempo para descobrir a Demografia. Quando retomei o fôlego e pude voltar ao tema da minha pesquisa, me vi perdida. Tantas possibilidades, tantas questões a serem respondidas, como escolher apenas uma? Certa hora a gente entende que não dá pra resolver todos os problemas do mundo em algumas dezenas de páginas.

Eu não teria conseguido encontrar um norte para minha pesquisa sem a ajuda do meu orientador, o Professor José Marcos. Agradeço infinitamente por toda a inspiração, os ensinamentos e apoio. Ao fim de cada reunião me sentia com os ânimos renovados. Nos momentos finais de escrita sua ajuda foi de extrema importância, principalmente quando as ideias pareciam não querer sair da cabeça e ir pro papel. Muito obrigada pela confiança em meu trabalho, pela paciência e toda a disposição.

Agradeço à Professora Maria Camila D'Ottaviano e ao Professor Roberto Luiz do Carmo pela participação na banca de qualificação e por toda a contribuição feita a esse trabalho, que foi determinante para sua conclusão.

Também tenho muito a agradecer a todos do grupo de pesquisa, que sempre se dispuseram a me ajudar e muito me ensinaram. É essencial saber que não estamos sozinhos no percurso. Por isso, não posso deixar de lembrar de meus colegas da coorte de 2017. Foi uma alegria enorme conhecer a todos e poder compartilhar esse momento tão importante da minha vida com vocês. Espero que nossos caminhos como demógrafos nos proporcionem muitos outros encontros.

Muito obrigada a todos os professores do Departamento de Pós-Graduação em de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciência Sociais (IFCH) da Unicamp, e aos

pesquisadores do NEPO, por sempre estarem à disposição, por todo o conhecimento compartilhado. Não há nada mais gratificante do que poder conviver com pessoas que te inspiram e ter a oportunidade de observar mais de perto todo o trabalho desenvolvido por elas. Agradeço também a todos os funcionários do IFCH e do NEPO, que dão todo o suporte necessário.

Ao Luiz, agradeço por todos os momentos de descanso, todas as discussões profundas sobre temas aos quais não sabemos como chegamos e, principalmente, por me dizer todos os dias que eu sou capaz e que estará ao meu lado pro que der e vier. De uma forma ou de outra, você esteve comigo desde o começo e eu amo cada pedaço da nossa caminhada.

Ao Nino, agradeço por sua vida e por ter nos permitido cuidar dele por todo esse tempo. Sinto sua falta todos os dias.

Por fim, gostaria de agradecer toda minha família, em especial aos meus pais. Sou filha única e tive o privilégio de poder usufruir de toda a boa vida, boa educação e bom amor que eles puderam me proporcionar. Espero poder retribuir ao menos uma parte de tudo que fizeram por mim. Tenho muito orgulho da família que somos e amo vocês imensuravelmente.

*This town's so strange
They built it to change
And while we're sleeping all the streets get rearranged
(Esta cidade é tão estranha
Eles a construíram para mudar
E enquanto estamos dormindo todas as ruas são rearranjadas)*

Suburban war – Arcade Fire

RESUMO

As periferias metropolitanas brasileiras têm sido reestruturadas no período mais recente da urbanização do país. Antes, até a década de 1980, estes espaços periféricos eram estigmatizados, conhecidos pela precariedade de suas estruturas e serviços e, conseqüentemente, eram ocupados pela população de baixa renda. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, mudanças recorrentes da globalização e da reestruturação produtiva ocasionaram mudanças nas periferias urbanas a partir da realocação das atividades econômicas e, também, das formas de moradia da população de mais alta renda para áreas mais periféricas e distantes. Este recente padrão urbano que se desenvolve nas metrópoles brasileiras, sobretudo em suas periferias, é denominado como “novas periferias metropolitanas” e são caracterizados pela sobreposição de antigos e novos usos, pela coabitação de diferentes grupos sociais, por sua crescente complexidade e, principalmente, pela acentuação da segregação socioespacial. O presente trabalho disserta no sentido de corroborar o entendimento do desenrolar do processo de reestruturação da periferia na Região Metropolitana de Campinas (RMC), sobretudo da formação de “novas periferias” nessa região, a partir do estudo dos casos dos municípios de Indaiatuba e Jaguariúna. Estes municípios compõem a periferia da cidade de Campinas e se destacam em relação aos demais municípios que compõem a RMC devido a seus históricos de desenvolvimento, sua localização e ao elevado nível de crescimento demográfico apresentado por eles no período posterior a década de 1980, quando o crescimento populacional da região decaía. Dado que o acréscimo demográfico registrado em ambos os municípios se deve, amplamente, a migração e a redistribuição interna da população na região, buscou-se compreender qual o perfil dos migrantes que se instalaram em Indaiatuba e Jaguariúna nas últimas décadas e quais as mudanças sociodemográficas e socioespaciais decorrentes dessa dinâmica. Para tanto, analisou-se os dados censitários de 2000 e 2010, referentes aos migrantes do tipo “data fixa” - que são aqueles que migraram para o município de residência até cinco anos antes do recenseamento - e, também, da população que não responde ao quesito “data fixa”, que engloba todos aqueles que vivem no município há mais de cinco anos - incluindo os naturais de cada município. Num segundo momento, foi analisada a instalação de empreendimentos residenciais fechados nas cidades estudadas no período entre 1990 e 2018; segundo alguns autores, este tipo de moradia atende as preferências habitacionais da população de classes econômicas mais elevadas, além de acentuar a segregação socioespacial. Nesta etapa foram utilizados dados cedidos pelas respectivas Prefeituras Municipais e interpretação e análise de imagens de satélite com o auxílio dos programas *Google Earth* e *ArcGIS* - softwares que oferecem ferramentas para mapeamento, transferência de dados georreferenciados e análises comparativas entre diferentes áreas ao longo do tempo. A partir dos casos estudados nesta dissertação podemos observar que a periferia metropolitana tem se diversificado em termos demográficos, sociais, econômicos e estruturais em resposta aos processos de expansão urbana e de redistribuição interna da população que alteram o padrão de crescimento da metrópole campineira, e motiva este estudo.

Palavras-chaves: Redistribuição espacial da população; Segregação socioespacial; Periferias urbanas.

ABSTRACT

The Brazilian metropolitan peripheries have been restructured in the most recent period of the urbanization of the country. Until the 1980s, these peripheral areas were stigmatized, known for the precariousness of their structures and services and, consequently, were occupied by the low-income population. In the last decades of the twentieth century and the beginning of the twenty-first century, recurrent changes, such as globalization and productive restructuring, have induced changes in the urban peripheries through the reallocation of economic activities and also the types of housing of the highest income population to more peripheral and distant areas. This new urban pattern, which develops in the Brazilian metropolises, especially in its peripheries, is called "new metropolitan peripheries" and is characterized by the overlapping of old and new uses, by the cohabitation of different social groups, by its increasing complexity and, by the accentuation of socio-spatial segregation. This paper aims to corroborate the understanding of the process of restructuring of the periphery in the Metropolitan Region of Campinas (MRC), especially the formation of "new peripheries" in this region, based on the case studies of the municipalities of Indaiatuba and Jaguariúna. These municipalities are part of the periphery of the city of Campinas and stand out in relation to the other municipalities that constitute the MRC, due to their development history, their location and the high demographic growth presented by them after the 1980s, when the growth of the region it was decreasing. Given that the demographic increase recorded in both municipalities is largely due to migration and internal redistribution of the population, it was sought to understand the profile of the migrants who settled in Indaiatuba and Jaguariúna in the last decades and the socio-demographic changes and socio-spatial effects of this dynamic. In order to do so, we analyzed the 2000 and 2010 census data for "data fixa" migrants - those who migrated to the municipality of residence up to five years prior to the census - and also the population that did not respond to the item "data fixa", which includes all those who have lived in the city for more than five years - including the natives of each municipality. In a second moment, it was analyzed the installation of gated communities in the studied cities in the period between 1990 and 2018; according to some authors, this type of housing meets the housing preferences of the population of higher economic classes, besides accentuating socio-spatial segregation. In this stage were used data provided by the respective City Halls and interpretation and analysis of satellite images with the help of the Google Earth and ArcGIS programs - software that provides tools for mapping, transferring georeferenced data and comparative analysis between different areas over time. From the cases studied in this dissertation we can observe that the metropolitan periphery has diversified in demographic, social, economic and structural terms in response to the processes of urban expansion and internal redistribution of the population that changes the growth pattern of the Campinas metropolis, and motivates this study.

Keywords: Spatial redistribution of population; Socio-spatial segregation; Urban peripheries.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Planta da área urbana de Indaiatuba em 1865 (Desenho de Nilson C. Carvalho baseado em registros da Coletoria Provincial).....	56
FIGURA 2 – Localização de pórticos e valores de tarifas do Sistema Ponto a Ponto na Rodovia Santos Dumont. Fonte: ARTESP, 2018.	83
FIGURA 3 – Localização de pórticos e valores de tarifas do Sistema Ponto a Ponto na Rodovia Adhemar Pereira de Barros.	84
FIGURA 4 – Entorno dos condomínios vinculados ao programa MCMV. Jaguariúna, 2010 – 2018.	115
FIGURA 5 – Anel viário e entorno do bairro Campo Bonito. Indaiatuba, 2010 – 2018.	116
FIGURA 6 – Anel viário e entorno. Indaiatuba, 2010 – 2018.....	117
FIGURA 7 – Entorno do loteamento fechado Haras Patente. Jaguariúna, 2010 – 2018.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Taxa de urbanização em % – Brasil (1940 a 2010).....	31
--	----

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional por municípios. Região Metropolitana de Campinas, 1991/2000 e 2000/2010	48
MAPA 2 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional por setores censitários. Região Metropolitana de Campinas, 2000/2010.	49
MAPA 3 – Percentual de domicílios com responsáveis com baixo rendimento por setores censitários urbanos. Região Metropolitana de Campinas, 2000/2010.....	50
MAPA 4 – Percentual de domicílios com responsáveis com alto rendimento por setores censitários urbanos. Região Metropolitana de Campinas, 2000/2010.....	50
MAPA 5 – Leis de delimitação do perímetro urbano. Indaiatuba – 1936/2013.	67
MAPA 6 – Alterações do perímetro urbano estipuladas na década de 1990 em imagem aproximada do bairro Jardim Morada do Sol. Indaiatuba, 1990.	68
MAPA 7 – Perímetro de loteamentos fechados e condomínios, por período de construção. Indaiatuba – 1990 a 2018.	110
MAPA 8 – Perímetro de loteamentos fechados e condomínios, por período de construção. Jaguariúna – 1990 a 2018.	113
MAPA 9 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional por setores censitários e loteamentos fechados e condomínios horizontais por período de construção. Indaiatuba, 2000 – 2010.....	121
MAPA 10 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional por setores censitários e loteamentos fechados e condomínios por período de construção. Jaguariúna, 2000 – 2010.....	122
MAPA 11 – Percentual de domicílios com responsáveis com alto rendimento por setores censitários urbanos e loteamentos fechados e condomínios por período de construção. Indaiatuba, 2000-2010..	127
MAPA 12 – Percentual de domicílios com responsáveis com alto rendimento por setores censitários urbanos e loteamentos fechados e condomínios por período de construção. Jaguariúna, 2000-2010.	128

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução da População Total da Região Metropolitana de Campinas e estado de São Paulo, 1940/1980.....	46
TABELA 2 – População residente e Taxa Geométrica de crescimento anual da população (em % a. a.). Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e RMC. 1980 – 2018.	66
TABELA 3 – Número de domicílios particulares permanentes por tipo rural ou urbano. Municípios selecionados. Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e RMC. 1980 - 2010.	68
TABELA 4 – Grau de urbanização (%). RMC, Campinas, Indaiatuba e Jaguariúna. 1991, 2000 e 2010.	70
TABELA 5 – Crescimento absoluto, crescimento vegetativo, saldo migratório e peso da migração no crescimento populacional absoluto (%). Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e RMC, 1980-2010.	72
TABELA 6 – Imigração recente (data-fixa) por modalidade migratória. Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e demais municípios da RMC. 1991/2000 e 2000/2010.	75
TABELA 7 – Imigração recente (data-fixa) intraestadual por região de origem (RMSP e RMC). Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e demais municípios da RMC. 1995/2000 e 2005/2010.	76
TABELA 8 – Migração intrametropolitana por lugar de destino, segundo local de residência na “data fixa” de referência. Indaiatuba e Jaguariúna. 1995/2000 e 2005/2010.	78
TABELA 9 – Pendularidade da população em idade ativa (PIA) de Indaiatuba e Jaguariúna para trabalho e estudo em outros municípios da RMSP e da RMC. 2000 e 2010.....	80
TABELA 10 – Pendularidade da população em idade ativa (PIA) de Indaiatuba e Jaguariúna por município de trabalho ou estudo (RMC) – 2000 e 2010.	81
TABELA 11 – Responsáveis pelo domicílio em idade ativa por condição migratória (Data Fixa). Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e demais municípios da RMC. 2000 e 2010.	86
TABELA 12 – Imigrantes recentes (Data-fixa) responsáveis por domicílios, por modalidade migratória. Indaiatuba e Jaguariúna. 1995/2000 e 2005/2010.....	86
TABELA 13 – Imigrantes recentes (Data-fixa) intraestaduais responsáveis por domicílios, por região de origem. Indaiatuba e Jaguariúna. 1995/2000 e 2005/2010.	87
TABELA 14 – Imigrantes recentes (Data-fixa) responsáveis pelo domicílio e imigrantes não recentes em idade ativa. Indaiatuba e Jaguariúna. 2000 e 2010.....	89
TABELA 15 – Responsáveis pelo domicílio “imigrantes recentes” (data-fixa), em idade ativa, por região de origem. Indaiatuba e Jaguariúna. 2000 e 2010.	92
TABELA 16 – Responsáveis pelo domicílio “imigrantes recentes” e “não imigrantes recentes”, por sexo. Indaiatuba e Jaguariúna. 2000 e 2010.	92
TABELA 17 – Responsáveis pelo domicílio “imigrantes recentes”, por região de origem e sexo. Indaiatuba e Jaguariúna. 2000 e 2010.	93
TABELA 18 – Responsáveis pelo domicílio “imigrantes recentes” (data-fixa) e “não imigrantes recentes”, por nível de instrução. Indaiatuba e Jaguariúna. 2000 e 2010.....	95
TABELA 19 – Responsáveis pelo domicílio “imigrantes recentes” (data-fixa), por região de origem e nível de instrução. Indaiatuba e Jaguariúna. 2000 e 2010.	96
TABELA 20 – “Migrantes recentes” (Data-fixa) responsáveis por domicílios, por ocupação e município de residência. 1995/2000 e 2005/2010.	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO - PROCESSOS E FORMAS	21
1.1 Espaço urbano: o produto socioespacial.....	21
1.2 Segregação socioespacial: a espacialização das desigualdades	25
1.3 Urbanização e metropolização: a formação das periferias brasileiras.....	29
1.4 Considerações pertinentes sobre a escala de análise na metrópole globalizada.....	34
1.5 A reestruturação das periferias urbanas e as <i>novas periferias</i>	37
CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA RM DE CAMPINAS E OS CASOS DE INDAIATUBA E JAGUARINA	42
2.1 A produção do espaço intraurbano da RMC: da concentração à dispersão populacional	44
2.2 O desenvolvimento de Indaiatuba e Jaguariúna: uma breve introdução.....	55
CAPÍTULO 3 – INDAIATUBA E JAGUARIÚNA EM NÚMEROS: DINÂMICA DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA	60
3.1 Alguns esclarecimentos metodológicos.....	61
3.2 O crescimento populacional e o desenvolvimento urbano	64
3.3 O peso da migração no incremento populacional	71
3.4 A origem dos fluxos migratórios.....	73
3.5 A mobilidade pendular	79
3.6 Aspectos sociodemográficos da migração	84
CAPÍTULO 4 – INDAIATUBA E JAGUARIÚNA: NOVAS PERIFERIAS URBANAS? ALGUMAS EVIDÊNCIAS.....	100
4.1 Alguns esclarecimentos metodológicos.....	103
4.2 Loteamentos fechados, condomínios e suas diferenças em termos legais.....	105
4.3 Os espaços residenciais fechados de Indaiatuba e Jaguariúna	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	136

INTRODUÇÃO

Espaço é um conceito recorrente e indispensável a muitos campos da ciência. Na matemática, mais especificamente na geometria, estudam-se os espaços cartesianos, euclidianos e vetoriais, formas abstratas de representação do espaço. Para a Astronomia, o termo se refere ao universo em toda sua complexidade e harmonia, composto desde partículas subatômicas até as estrelas e galáxias. Para a Física, o espaço se correlaciona ao tempo, de modo que qualquer ação ou objeto tem uma posição no espaço e no tempo, sendo eles indissociáveis (VERGARA; VIEIRA, 2005). Existe ainda a perspectiva de entendimento do espaço das ciências sociais, que têm a dimensão humana do espaço-tempo entre seus objetos de estudo.

Cada uma das ciências que se propõem a estudar os aspectos sociais do mundo humano tem sua própria discussão quanto ao que define como *espaço* dentro de seu campo de investigação. É do caráter da demografia, no entanto, recorrer às demais ciências sociais em busca de auxílio em determinadas discussões, conceitos ou teorias, pois são interligadas por um objeto de estudo em comum: o homem (NAZARETH, 1996).

Este campo científico, mesmo apresentando uma dimensão instrumental e técnica muito desenvolvida, insere-se no campo das ciências sociais, pois se encarrega do estudo das populações humanas – mais especificamente, dos efeitos da natalidade, mortalidade e da migração na composição populacional – e requer análise e reflexão. A discussão sobre o conceito de espaço na demografia confunde-se com seu surgimento.

Segundo Voss (2007, p. 470), “até meados do século XX, quase toda a demografia quantitativa utilizava as áreas geográficas como unidade de análise”¹. Posteriormente, apesar dos censos demográficos possibilitarem a realização de estudos no nível do indivíduo, estudiosos da demografia, sobretudo das demografias rural e urbana, permaneceram analisando determinados processos demográficos a partir de dados agregados por determinada área, ou em algum nível dentro de uma hierarquia geográfica, o que Voss (2007) denomina “demografia espacial”.

Este campo da demografia decorre do caráter multidisciplinar desta ciência, assim como a demografia histórica ou a demografia econômica, sublinha Castro (2007). De acordo com a autora e Voss (2007), a demografia espacial se assemelha muito à geografia, principalmente à geografia populacional (TREWARTHA, 1953; WOODS, 1984). Dessa

¹ Tradução livre de: “until sometime around mid-20th century, nearly all of quantitative demography used geographic areas as a unit of analysis” (VOSS, 2007, p. 470).

forma, por vezes, no campo demográfico, recorre-se ao entendimento dado pelos geógrafos ao conceito de espaço.

Como se verá adiante, o espaço é produto e receptáculo das ações, relações e objetos da sociedade e está em constante transformação ao longo do tempo, tal como as populações. Por isso, neste trabalho se propõe um diálogo interdisciplinar entre a geografia e a demografia, dado que ambas se preocupam, em algum momento, com o estudo das populações humanas e sua evolução temporal no que se refere ao seu tamanho, composição, características gerais e distribuição espacial (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1990).

Este trabalho, apresentado como requisito para a obtenção do título de Mestre em Demografia, discorre sobre o espaço e, mais especificamente, sobre o espaço urbano, constituído pelas cidades, metrópoles, as estruturas existentes e as relações que nelas se desenvolvem. Não é o objetivo aqui discutir o espaço em sua totalidade, nem as características e especificidades de todos os núcleos urbanos existentes. O espaço urbano de interesse e discussão é o de uma grande aglomeração urbana de caráter metropolitano, a Região Metropolitana de Campinas (RMC), que se subdivide politicamente – mas não fisicamente – em 20 municípios. Este trabalho manterá o foco nos municípios de Indaiatuba e Jaguariúna.

O destaque dado à RMC se justifica pelo fato de se tratar de uma das regiões metropolitanas mais importantes, em termos demográficos, econômicos e políticos, do estado e do país. Em meados do século passado, a região se consolidou como importante eixo de expansão industrial do estado de São Paulo, o que atraiu grande contingente populacional para sua cidade sede, Campinas, e seu entorno, em um acelerado processo de urbanização. O resultado foi uma urbanização periférica, dispersa e variada. Tal processo foi alimentado, majoritariamente, pela migração de pessoas de fora da região (CUNHA; BAENINGER, 1994). Nas últimas décadas, a migração interestadual diminuiu em volume e intensidade e passaram a ganhar destaque os movimentos migratórios de natureza intrametropolitana. A redistribuição espacial da população e, conseqüentemente, a reestruturação do espaço metropolitano passaram a se moldar a partir destes novos fluxos.

Neste contexto, as periferias metropolitanas têm sido reestruturadas – ou resinificadas. Antes, no contexto do processo de segregação socioespacial, estas áreas eram relegadas à população mais pobre, pois estavam mais distantes do centro e ofereciam terras mais baratas. A partir da reestruturação produtiva, na década de 1970, as atividades econômicas foram realocadas, dispersando-se ao longo do tecido urbano, sobretudo da capital paulista para o interior do estado. Com o passar do tempo, alteraram a produção do espaço das cidades.

Deste momento em diante, as periferias metropolitanas passaram a receber maior quantidade de indústrias, empresas e investimentos em infraestrutura. Tornaram-se, então, atrativas devido à oferta de empregos e, ainda, por motivos de moradia. No decorrer das décadas, as alterações na estruturação das periferias as tornaram muito mais complexas, dificultando cada vez mais a distinção entre o centro e a periferia, uma vez que estes espaços não são mais tão distintos entre si e internamente homogêneos.

Segundo Caldeira (2000), emerge uma nova forma de ocupação, que se sobrepõe ao padrão centro-periferia. Costa (2006) descreve o recente padrão urbano como o despontar de uma crescente complexidade, que resulta no que a autora denomina por “novas periferias”, e que são formadas por novas e velhas formas de articulação dos lugares entre si e deles com os diversos processos socioespaciais. Nas palavras de Maricato (2011, p. 104), as periferias metropolitanas “continuaram apresentando os bairros pobres periféricos sem urbanização [...] e ganham, nos últimos 25 anos, a companhia dos ‘loteamentos’ ou condomínios fechados, que lembram os subúrbios americanos”.

Entretanto, a periferização brasileira se difere do processo de suburbanização estadunidense em alguns aspectos, como a transferência de outros usos além do residencial para as periferias, no caso brasileiro. Entretanto, os dois processos se assemelham, principalmente, em relação à venda de uma forma de habitação ideal amplamente divulgada a partir de propagandas (D’OTTAVIANO, 2008), além da exclusão de outras classes sociais dentro dos espaços residenciais fechados. No caso brasileiro, Caldeira (2000, p. 265) aponta que os anúncios dos empreendimentos residenciais fechados construídos nas periferias urbanas elaboram um “novo conceito de moradia”, que articula cinco elementos básicos que, juntos, transformam a moradia entre muros o mais desejável estilo de residência. São eles: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços.

A ocupação da periferia metropolitana, de acordo com Cunha et al. (2013), atualmente se dá de forma descompassada em termos demográficos e econômicos, pois atende tanto aos condicionantes macroeconômicos, que se relacionam à produção do espaço e à localização das atividades econômicas, quanto a elementos microssociais, como as novas formas de moradia da população de mais alta renda, que agora também ocupa esses espaços.

Em linhas gerais, o espaço urbano tornou-se mais diverso do ponto de vista econômico, sociodemográfico e estrutural. Estudos como os de Dota (2015); Cunha e Falcão (2017) e Cunha e Farias (2018) apontam que as periferias, atualmente, apresentam maior heterogeneidade devido à presença de outros grupos sociais além da população de baixa renda, que historicamente ocupa estes espaços de forma massiva. Ainda assim, o padrão de segregação

socioespacial “centro-periferia” não se tornou obsoleto, muito pelo contrário. Como aponta Cunha (2016), ainda é possível identificar grandes áreas das metrópoles onde o preço da terra e o perfil da população sugerem a permanência das antigas periferias.

Na RMC, por exemplo, é possível identificar uma grande área de concentração da população de mais baixa renda, a “cordilheira da pobreza”, que se localiza na porção Nordeste da região e que se opõe à “cordilheira da riqueza”, localizada na porção Sudoeste da região (CUNHA, 2006). Grosso modo, pode-se dizer que estas duas grandes áreas são espacialmente separadas pela Rodovia Anhanguera, sendo socioeconomicamente muito distintas. Assim sendo, uma questão se coloca: para além dos municípios centrais, onde a configuração das cordilheiras é indiscutível, como outros municípios e seus respectivos territórios contribuem para reforçar essa configuração socioespacial? E, nesse contexto, como suas áreas são afetadas por esse processo de redistribuição intrametropolitano da população?

No afã de responder a estas questões, este trabalho se dedica a investigar os casos específicos de Indaiatuba e Jaguariúna, tendo como objetivo principal analisar qual o perfil socioeconômico da população que tem se estabelecido nessas cidades e, assim, responder se elas podem ser consideradas como “novas periferias metropolitanas” (COSTA, 2006), ou seja, se nelas há a coexistência dos locais de moradia de ricos e pobres, e, principalmente, se têm sido eixos de interesse desses grupos sociais, sobretudo da população de alta renda.

O interesse por Indaiatuba se deve ao seu afastamento espacial da “cordilheira da riqueza”, pela importância exercida no período de desconcentração industrial do estado e também pelo grande número de condomínios e loteamentos fechados presentes na cidade (FREITAS, 2008; RIBEIRO, 2015; MARINHO, 2017). Jaguariúna, por outro lado, chama a atenção por sua proximidade espacial à “cordilheira da riqueza”. Esta área tem demonstrado a tendência de expansão para áreas espacialmente contíguas (DOTA, 2015; CUNHA; FALCÃO, 2017), e já se consolida no eixo rodoviário Campinas-Mogi-Mirim (CAIADO; PIRES, 2006; SILVA, 2016), onde se localiza o município em questão.

A hipótese inicial é de que, apesar de ainda não apresentarem clara contiguidade socioespacial com relação ao município central, Indaiatuba e Jaguariúna são atrativas à população economicamente mais abastada e, conseqüentemente, atraem migrantes de maior rendimento econômico e de empreendimentos que atendem suas preferências de autosegregação, alterando o espaço urbano desses municípios e a aproximação geográfica dos diferentes grupos sociais.

Para tentar atender seu objetivo principal, esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, apresenta-se um breve apanhado teórico sobre a produção e reprodução

do espaço urbano, da segregação socioespacial resultante da distribuição espacial das diferentes classes sociais nas cidades e como esses processos se desenrolam no período de formação das metrópoles brasileira – em especial, de suas periferias. Por fim, levanta-se a questão da reestruturação das periferias urbanas que tem ocorrido nas metrópoles brasileiras contemporâneas e as principais características da nova forma resultante desse processo.

No segundo capítulo, realiza-se a contextualização do processo de estruturação da Região Metropolitana de Campinas até o momento mais recente, marcado pela redistribuição da população dentro da própria região. Posteriormente são apresentados os municípios de Indaiatuba e Jaguariúna e como eles se estabelecem na dinâmica regional.

No terceiro capítulo, aprofunda-se mais sobre a inserção desses municípios na RMC. São analisados dados dos censos de 2000 e 2010 sobre o crescimento demográfico de Indaiatuba e Jaguariúna, dos fluxos migratórios que chegam nestas cidades e, finalmente, sobre as características sociodemográficas dessa população migrante que nelas se estabelece.

No quarto e último capítulo analisa-se a distribuição espacial dos loteamentos fechados e condomínios fechados nos dois municípios, pois a instalação desse tipo de empreendimento está amplamente relacionada à população de maior poder aquisitivo. Tais informações serão, então, confrontadas com os resultados obtidos nos capítulos anteriores para que se chegue a uma conclusão sobre o papel que Indaiatuba e Jaguariúna têm exercido como parte da periferia metropolitana de Campinas.

CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO - PROCESSOS E FORMAS

O *espaço* é definido por Milton Santos (1996, p. 63) como sendo “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”. Em outras palavras, ele é o resultado das relações socioespaciais. Estas relações têm a ação humana e suas práticas espaciais como principal força de incentivo (LEFÉBVRE, 1991) e podem se desenvolver no âmbito econômico (relação entre a sociedade e o espaço por mediação do trabalho), político (relações entre a sociedade e o Estado) e simbólico-culturais (relação entre sociedade e espaço por meio da linguagem e do imaginário) (BRAGA, 2007).

Nesse sentido, o enfoque teórico-metodológico que se propõe a discutir a produção do espaço busca ir além da perspectiva da descrição da organização espacial. De acordo com Carlos (2013), é possível apreender o espaço além da mera localização do fenômeno social, de modo a repensar, necessariamente, a ideia de espaço, de sociedade e da relação entre ambos. Disso implica investigar os processos engendrados, os agentes produtores e as estruturas consolidadas.

1.1 Espaço urbano: o produto socioespacial

O espaço produzido em cada momento se apresenta diferenciado, pois se altera conforme o modo de apropriação que lhe é dado pelo ser humano e esta, por sua vez, modifica-se conforme as bases da sociedade se transformam (CARLOS, 1994). Mas, afinal, o que se entende por produção do espaço?

Produzir o espaço, na visão de Henri Lefebvre (1999), pode ter significado em duas escalas, uma mais restrita e a segunda mais ampla. Na primeira, o produzir implica na criação mediante trabalho social processual, resultando nos materiais e abrangendo a esfera do consumo de objetos e lugares, de forma individual e coletiva. Na segunda, é englobada toda a produção imaterial de obras, que consiste em toda produção social e legado científico, artístico, histórico, entre outros.

Ainda sobre o cunho conflituoso da relação de produção e reprodução do espaço, o autor destaca que produzir pressupõe um processo de desconstrução do espaço pretérito para que novas estruturações e determinações possam se consolidar, ou seja, a (re)produção remete à (des)construção e (re)significação de algo anteriormente estabelecido (LEFEBVRE, 1995). Este desconstruir, no entanto, não significa apagar por completo as

marcas, usos, tendências e estruturas que ocupavam determinado espaço num tempo anterior.

Nesse sentido, Milton Santos, ao longo de sua vasta produção intelectual, criou e difundiu o conceito de *rugosidades*, que são formas pretéritas que influenciam o presente e podem condicionar o futuro. Estas formas são geradas em decorrência das dinâmicas socioespaciais que alteram e incorporam novas realidades ao território, podendo ocasionar refuncionalizações das formas e estruturas (SANTOS, 1985). Trata-se, então, de um processo de fazer e refazer o espaço, que pode ocorrer rapidamente ou permanecer inalterado por um longo período de tempo (CORRÊA, 1989).

Lefebvre (2013), no prefácio redigido para a segunda edição de seu livro *La production de l'espace*, publicado pela primeira vez em 1974, retoma que o modo de produção vigente é responsável por produzir e organizar seu espaço e seu tempo, projetando *in loco* essas relações (sociais, espaciais ou espaço-temporais). Esta (re)organização espacial não se dá, muitas vezes, de imediato, penetrando lentamente uma espacialidade já consolidada. Assim, o novo modo de produção e a nova sociedade originada por ele se apropriam do espaço preexistente, modelando-o para seus próprios fins.

Retomando a dupla determinação do conceito de produção, o autor diz ser o espaço urbano onde a dualidade melhor se expressa. A cidade é o local onde uma afluência de forças, interesses e agentes em diferentes escalas e origens interagem e materializam os processos resultantes do modo de vida urbano. Soja (2013, p. 138), sobre a causalidade espacial urbana, acrescenta que as cidades “produzem uma força gerativa que seria a causa primordial do desenvolvimento econômico, da inovação tecnológica e da criatividade cultural”.

Num outro momento, Edward Soja (2000)², em seu livro *Postmetrópolis*, aborda a emergência de megacidades amplamente reestruturadas em todo o mundo na última metade do século XX. Para tanto, o autor faz uma retrospectiva dos debates sobre a origem das cidades e, conseqüentemente, dos espaços urbanos. Segundo ele, a investigação da discussão sobre as origens das cidades “oferece uma oportunidade de acrescentar uma dimensão espacial significativa a esses debates e aprimorar a compreensão, com fins históricos e contemporâneos, dos efeitos gerativos da aglomeração urbana” (SOJA, 2013, p. 146).

Baseado na afirmação de Jacobs (1969), de que sem as cidades seríamos todos pobres e teríamos permanecido como caçadores e coletores nômades, Soja (2000) enumera

² O livro *Postmetrópolis*, publicado em 2000 pela editora norte-americana Wiley, é o último livro da trilogia de Edward Soja que é composta também por *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory* (1989) e *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places* (1996).

três estímulos provenientes do urbano para a aglomeração, que são: 1) o desenvolvimento da agricultura; 2) o surgimento dos estados centralizados e; 3) a emergência do capitalismo industrial.

Estes estímulos às aglomerações urbanas, ainda na visão de Soja (2000), têm sido essenciais ao desenvolvimento de todas as sociedades humanas. Em *A Revolução Urbana*, Henri Lefebvre (2008) também faz um breve retrospecto do fenômeno urbano e relaciona sua evolução a três momentos importantes que são análogos aos estímulos apontados por Soja (2000), com exceção do surgimento dos estados centralizados.

A sedentarização de grupos nômades, processo que Lefebvre (2008) relaciona à origem das primeiras aglomerações urbanas, é intrínseca ao desenvolvimento da agricultura. A organização destas primeiras cidades se dá devido a impulsos autoritários de conquistadores que passam a administrá-las, explorando os que ali habitavam em troca da promessa de proteção. Esse é, para o autor, um primeiro esboço de um Estado e o que ele denomina de cidade política (*pólis*), caracterizada pela ordenação e poder.

Num segundo momento, Soja (2000) aponta o surgimento do Estado centralizado nas cidades da Mesopotâmia, denominado por ele de “segunda transição urbana”, caracterizada, entre outros aspectos, pela diferença de classes, uso de fortificações e reorganização de geografias urbanas. Para Lefebvre (2008), o segundo momento de ruptura na evolução do fenômeno urbano se dá quando a cidade política é superada pela cidade mercantil, quando o mercado, como localidade, torna-se figura primordial na organização da cidade, passando a ser central e circundado pelas demais estruturas. Nas duas proposições a evolução do espaço urbano está relacionada à reconfiguração da cidade. Assim sendo, para ambos os autores, o urbano decorre da expressão concreta de produtos sociais e históricos, que são alterados juntamente à sociedade.

O surgimento do capitalismo industrial é o terceiro e mais recente estímulo ao urbano. É no contexto da Primeira Revolução Industrial que o processo de industrialização se alastra pelas cidades, mais especificamente no final do século XVIII e início do século XIX, passando assim a existir a cidade industrial, que é marcada pela exploração do trabalho humano e produção de mais valia (LEFEBVRE, 2008).

A total urbanização da sociedade, no entanto, só se dá com o desenvolvimento do capital financeiro (HARVEY, 2010), quando a dimensão econômica da cidade sobrepõe a dimensão política, consolidando o modo de produção capitalista (VITTE, 2010). Lefebvre (1999, p. 19) denomina esse momento transicional de *Revolução Urbana*, que designa “o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período

em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente”.

Para Monte-Mór (2006), a sociedade urbana de Lefebvre – que deriva da *Revolução Urbana* – e a urbanização extensiva representam a superação do urbano sobre o rural, tanto em seus aspectos estruturais e processuais quanto às suas relações sociais e políticas. Segundo o autor, a indústria impõe sua lógica à cidade de modo que o espaço urbanizado:

[...] passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho. As grandes cidades industriais estendem-se, assim, sobre suas periferias de modo a acomodar as indústrias, seus provedores e trabalhadores, gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno: as regiões metropolitanas (MONTE-MÓR, 2006, p. 13).

Portanto, apreende-se que o espaço urbano é a forma socioespacial dominante na sociedade capitalista contemporânea, mas deve-se atentar à complexidade e dinâmica deste processo no qual “a forma espacial e o processo social estão em contínua interação” (HARVEY, 1980, p. 34).

Deve ser compreendido, então, que num primeiro momento a dinâmica e o arranjo espacial do urbano são um produto social resultante de ações acumuladas através do tempo por agentes que produzem e consomem o espaço, criando-o e recriando-o em benefício próprio (CORRÊA, 1989). Ainda segundo Corrêa (1989), o espaço urbano pode ser definido como uma justaposição de usos da terra que mantêm relações espaciais entre si, mesmo que em diferentes intensidades, através do fluxo de pessoas, mercadorias, informações, ideologias e capital. No entanto, o autor lembra também que esta relação entre os diferentes espaços, assim como sua distribuição espacial, não se dá de forma homogênea nem contínua, dado que é “a própria sociedade em uma de suas dimensões [...]”, e esta, por si só, é composta por diferentes classes e grupos sociais.

A lógica de separação espacial dos diferentes grupos sociais segue uma determinada lógica. Para Cunha (2016), a distribuição da população no território tem consequências que superam o simples fato de estarem sendo aglutinados semelhantes por determinada característica sociodemográfica – que pode ser étnica e racial, como é comum nos Estados Unidos da América, ou por posicionamento social, como ocorre nos países latino-americanos –, pois chega a ter impactos na forma e qualidade de vida dos indivíduos, o que implica em diferentes possibilidades de acesso às oportunidades.

1.2 Segregação socioespacial: a espacialização das desigualdades

Como explicitado anteriormente, a espacialização dos diferentes grupos sociais na cidade segue uma lógica que torna suas desigualdades³ mais visíveis e intensas, processo denominado como *segregação socioespacial*. Este processo foi e ainda é amplamente discutido pelas ciências sociais e pode ser interpretado como a diferença de localização de determinado(s) grupo(s) em relação a outro(s) ou, ainda, como a existência de oportunidades diferenciadas de acesso aos diferentes espaços da cidade (RIBEIRO *apud* D’OTTAVIANO, 2008).

Pela perspectiva da “geografia de oportunidades”, como em Galster e Killen (1995), a segregação socioespacial é interpretada como resultado de decisões tomadas pelos indivíduos e estas, por sua vez, são baseadas em suas percepções quanto a possíveis resultados que dependem do contexto social em que se desenvolvem. Em ambos os casos, podemos destacar que a segregação socioespacial é resultado da divisão social do espaço—formas espaciais vinculadas à existência e reprodução dos diferentes grupos sociais (CORRÊA, 1989).

Apesar de alguns autores, a exemplo de Moreira Jr. (2010, p. 5), fazerem uso da expressão “segregação residencial” devido ao fato de o processo segregador refletir a “forma em que se reorganiza o espaço urbano, em especial o da moradia”, optou-se por utilizar neste trabalho apenas o termo “segregação socioespacial”, tal qual fazem Sposito e Góes (2013).

As autoras argumentam que, por vezes, são utilizados adjetivos para distinguir ou apenas como sinônimo, como “social” ou “urbana”, no entanto, o uso de “segregação socioespacial” basta, pois este processo só pode ser compreendido na articulação entre as condições sociais e espaciais. Por isso, esta será a forma pela qual será designado este processo daqui em diante, mesmo quando estiver tratando do uso residencial, pois o interesse da investigação proposta nesta pesquisa vai além deste uso do território, posto que a atual conjuntura do espaço das cidades é resultado da interação de inúmeros outros processos espaciais e de diferentes domínios. Ainda assim, a segregação socioespacial pode ser facilmente testemunhada no ambiente urbano e vem sendo objeto de estudo recorrente ao longo do último século.

³ A diferença é incompatível com a segregação, que a caracteriza. Quem diz diferença diz relações e, portanto, proximidade relações percebidas e concebidas, e, também, inserção em uma ordem espaço temporal dupla: perto e longe. A separação e a segregação rompem a relação. Constituem por si mesmas uma ordem totalitária, cujo objetivo estratégico é romper a totalidade concretam destruir o urbano (LEFEBVRE, 1983 *apud* SPOSITO; GOES, 2013, p. 280).

No entanto, um termo só recebe a incumbência de conceito se compreendido no âmbito de uma teoria (SPOSITO, 2013). Logo, a palavra *segregação*, que tem origem do latim *segrego* e se refere à ideia de separação, emerge como conceito a partir do surgimento dos estudos urbanos com a Escola de Sociologia de Chicago⁴, mais especificamente dos trabalhos de Robert Park e Ernest Burgess, publicados nas primeiras décadas do século XX.

Estes estudos designavam a expressão espacial da “área natural”, que é uma área geográfica caracterizada por sua individualidade física e cultural (CORRÊA, 1989). Em outras palavras, para a ecologia humana – que estuda a relação dos seres humanos com o seu ambiente natural –, numa tentativa de explicar a distribuição da população nas cidades, “a segregação seria a localização específica de determinado grupo social a partir de afinidades raciais, étnicas ou de posição social, sendo gerada por escolhas individuais de gosto e conveniência” (D’OTTAVIANO, 2008, p. 23).

Sob a visão teórica da Escola de Chicago, a segregação era vista por um viés naturalista, de equilíbrio social, mas, entre as décadas de 1960 e 1970, passou a ceder espaço para a Sociologia Urbana Marxista, “cuja nova economia política urbana deixava pouco espaço para a causalidade espacial” (SOJA, 2013 p. 140). Desse momento em diante, o processo de segregação socioespacial deixou de ser visualizado e entendido pela perspectiva da luta de classes⁵ e recebeu cunho político, a luta pelo espaço urbano (ROLNIK, 1988, p. 51).

Produto social e histórico, a cidade passa a ser apreendida à luz do modo capitalista de produção. Na visão de Santos (1973), o resultado é uma organização espacial bastante específica e indissociável para a manutenção das atuais relações socioeconômicas e políticas. Ou seja, o espaço passa a servir como veículo do capital e instrumento da desigualdade, agindo assim como forma de manter a sociedade segregada, ou ainda, como destaca Villaça (2001, p. 150), a segregação passa a atuar como “um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço”.

Com o surgimento dos estudos urbanos, sob ambas perspectivas teóricas, foram produzidos alguns modelos de padrões espaciais – disposição espacial das áreas sociais que

⁴ A Escola de Sociologia de Chicago foi fundada no início do século XX por professores e pesquisadores norte-americanos. Seus trabalhos tratam dos fenômenos urbanos das cidades norte-americanas nas primeiras décadas daquele século. Dentre os famosos estudiosos que contribuíram para esta vasta produção, destacam-se Robert Ezra Park, Ernest Watson Burgess e William Thomas.

⁵ Para Corrêa (1989), compreender como as classes sociais foram estruturadas no modo de produção capitalista é primordial para o entendimento da conformação espacial da segregação. Para melhor compreender esta estruturação, que se dá através da ação conjunta de forças primárias, forças residuais e forças derivativas, ver Harvey (1975) e Marx (2012).

emergem da segregação—, que se referem à segregação na cidade capitalista, com especial enfoque na separação entre espaços de trabalho(local de produção) e espaços residenciais ou de moradia (local de reprodução). Corrêa (1989, p. 62) sublinha que assim “a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégio para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro”.

Dessa forma, o espaço das cidades – a terra – é produzido por e para uma pequena parcela da população. Pode-se, a partir disso, distinguir três formas de segregação: a imposta, a induzida e a autosegregação. A primeira envolve aqueles que não dispõem da possibilidade de escolha locacional e, por isso, moram onde lhes é imposto. Na segregação induzida, o preço da terra e da habitação também é um fator limitante, mas a população contida por essa categoria ainda dispõe de algumas possibilidades de escolha. Por fim, a autosegregação, nas palavras de Vasconcelos (2013, p. 43), “visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusiva em razão dos elevados preços da terra urbana e de suas amplas e confiáveis habitações”.

Sobre os modelos teóricos que se propõem a descrever a distribuição espacial dos diferentes grupos sociais na cidade⁶, Villaça (2001, p. 113) argumenta que reduzem o espaço urbano a seus elementos fundamentais, exagerando a segregação social e simplificando formas como os subcentros de comércio e serviços – elementos que o autor considera importantes na estruturação urbana – a um centro principal. Acrescenta ainda que o modelo de Hoyt é o que melhor corresponde à realidade, mas o modelo desenvolvido por Burgess foi mais difundido, pois tinha maiores ambições, inclusive de desenvolver uma teoria da organização espacial do urbano, enquanto Hoyt não foi além da mera descrição.

Ainda assim, nenhum deles retrata a realidade das metrópoles contemporâneas em toda sua complexidade, em especial as latino-americanas. Como esclarece Soja (2013, p. 153), os modelos desenvolvidos pelos estudiosos da Escola de Chicago se aplicavam à “forma urbana capitalista industrial do século XIX que ainda sobrevivia: compacta, densamente centralizada, com forças centrípetas e centrífugas emanando quase que totalmente da aglomeração residencial e industrial no centro pululante da cidade”, e não à forma metropolitana moderna.

⁶ Destaque-se que, dos modelos teóricos que se propõem a descrever a distribuição espacial dos diferentes grupos sociais na cidade, os mais difundidos foram os modelos de Kohl, de Burgess e de Hoyt. Para mais informações sobre o tema, consultar Corrêa (1989).

Mesmo que alguns autores pertencentes à Escola de Chicago, tenham abordado a questão metropolitana, não chegaram à discussão acerca de sua estrutura, permanecendo na dimensão funcional desses aglomerados urbanos, reconhecendo seu papel central econômica, política e culturalmente. Apesar disso, os modelos que tratavam da forma da cidade industrial centralizada foram amplamente utilizados e disseminados, inclusive na era da metrópole moderna, persistindo com poucas alterações na maioria das disciplinas dos estudos urbanos e fazendo parecer que esta era a única forma de crescimento das cidades (SOJA, 2013).

De acordo com Cunningham (2005, p. 19), o conceito de metrópole surgiu no início do século XIX como uma resposta ao desenraizamento da forma-cidade, ou, ainda, como “uma alegoria ou uma figura da modernidade capitalista”. As metrópoles foram de grande importância na consolidação do modo de produção industrial, que impunha um acelerado ritmo de crescimento, pois ofereciam as condições territoriais necessárias para a instalação da grande indústria, para a organização do mercado e para a acomodação da classe trabalhadora (MEYER, 2000).

Em síntese, as metrópoles podem ser entendidas, segundo Cunha; Silva e Farias (2017), como as cidades que concentram o capital internacional, são sedes de grandes empresas, com setor terciário expressivo, que exercem influência em âmbito regional e nacional e que são a ligação com polos internacionais.

Entretanto, é importante destacar que características históricas, econômicas e sociais são elementos que influenciam diretamente na produção do espaço metropolitano, de modo que as formas urbanas não seguem um padrão nem regras pré-determinadas, resultando em metrópoles ímpares, apesar de se parecerem em determinados aspectos. Como explicam Dureau et al. (2000), tal diversidade de situações dificulta a conceituação e a diferenciação das metrópoles. Esta tarefa se torna ainda mais difícil quando consideramos que o modo metropolitano de crescimento vem sendo sobreposto e reconstruído por uma nova fase de urbanização multiescalar. Para Dota (2015, p. 28), este novo contexto é ímpar, pois “o fato de a economia e seus impactos territoriais estarem cada vez menos atrelados às escalas mais locais culmina na necessidade de se analisar processos e fenômenos sociais também além desses limites”.

Fala-se, então, em *globalização, mundialização* (BENKO, 2002), *cidades globais* (SASSEN, 1991; RIBEIRO, 2003) *emegacidades* (ROY, 2011; MARICATO, 2010). Esses termos se relacionam, grandemente, à “crescente integração das diferentes partes do mundo, sob o efeito da aceleração das trocas, do impulso das novas tecnologias da informação e da comunicação, dos meios de transporte, etc.” Benko (2002, p. 45), numa perspectiva

geográfica, afirma que a globalização é a articulação dos territórios locais com a economia mundial. Esta nova fase do espaço urbano – e das grandes aglomerações urbanas, especificamente – será tratada mais detalhadamente neste capítulo. Por hora, é suficiente saber que, neste contexto, os velhos padrões de segregação socioespacial se intensificam e novas formas espaciais emergem (D’OTTAVIANO, 2008).

Para compreender como a globalização interferiu e vem interferindo na forma da metrópole contemporânea e, conseqüentemente, na segregação socioespacial resultante, é necessário entender antes como se formaram e se estruturaram as metrópoles nos primeiros momentos da urbanização do país e como se deu a distribuição dos diferentes grupos sociais no espaço urbano. Portanto, no item subsequente será abordado o processo de urbanização brasileiro, dando principal enfoque na constituição das periferias metropolitanas, um dos principais espaços modificados pela mundialização da economia e objeto de interesse deste estudo.

1.3 Urbanização e metropolização: a formação das periferias brasileiras

Como já observado anteriormente, as especificidades socioeconômicas são de grande importância no processo de estruturação espacial das cidades e, no caso brasileiro, tal processo se deu de forma ainda mais evidente nas metrópoles e seus arredores. A transição urbana do país foi uma das mais aceleradas da história urbana (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010), essencialmente na segunda metade do século XX, quando o modo de vida urbano se hegemonizou, destacando as cidades “não só como o *locus* privilegiado das atividades econômicas e da residência da população, mas também como centro de difusão dos novos padrões de relações sociais – inclusive as relações de produção – e estilos de vida” (BRITO, 2007, p. 2).

Concomitantemente, a sociedade brasileira vivenciava neste período a transição demográfica⁷, que, dentre outros efeitos, contribuiu para o crescimento do volume populacional através da queda das taxas de fecundidade e mortalidade. Como aponta Dota (2015), ao mesmo tempo em que a transição urbana deveu-se amplamente ao incremento populacional resultante da transição demográfica, esta, por sua vez, se deu em decorrência das melhorias na qualidade de vida – principalmente no que se refere à saúde, através da

⁷ O termo *transição demográfica* se refere à dinâmica de crescimento populacional e se caracteriza pela passagem de um regime demográfico com elevadas taxas de natalidade e mortalidade para outro, no qual essas mesmas taxas são reduzidas até atingirem baixos níveis, resultando em crescimento populacional lento ou, até mesmo, negativo.

ampliação dos serviços de saneamento básico e tecnologias médicas – e, conseqüentemente, da diminuição das taxas de mortalidade decorrentes da transição urbana.

Rapidamente o Brasil se tornou um país urbano e industrial. Na década de 1970, mais da metade de seu território já era considerado urbanizado. No Gráfico 1, em que está representada a evolução do grau de urbanização do país no período de 1950 a 2010, denota-se que, na virada para o século XX, mais de 80% da população brasileira vivia em áreas urbanas. Na metade do século anterior, esse valor representava menos de 40% da população total.

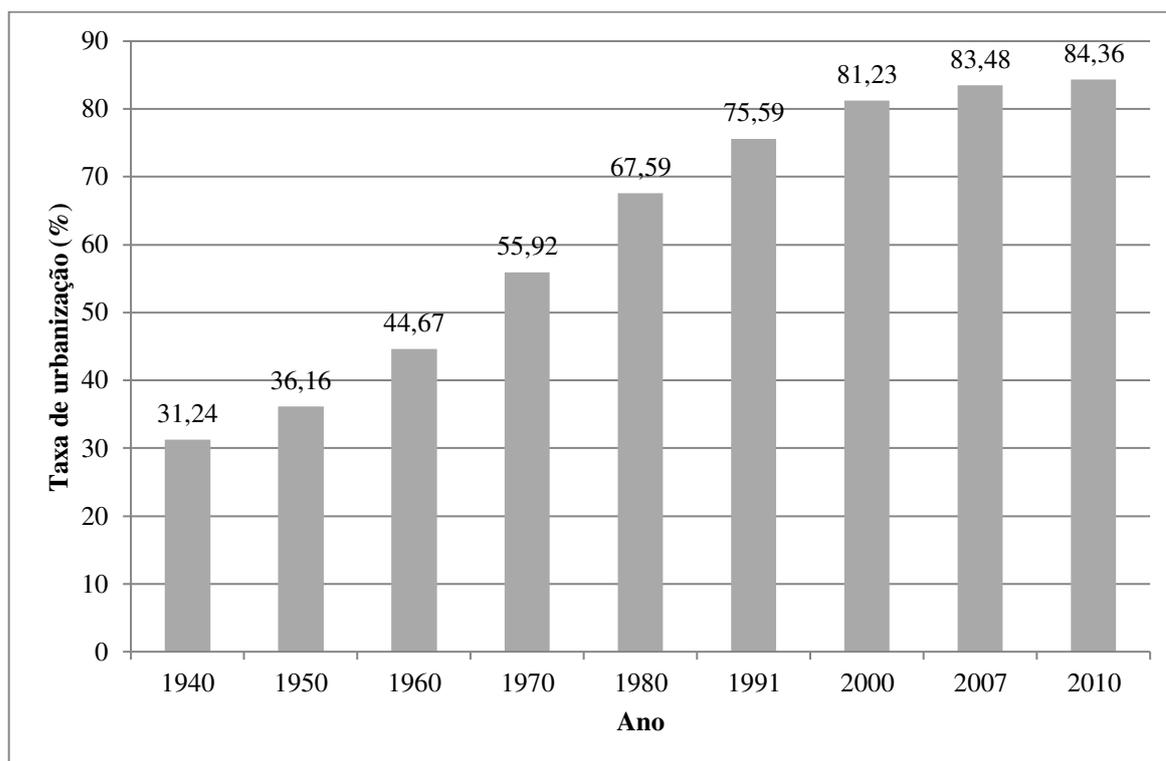
De acordo com Brito (2007, p. 3), a urbanização do país ocorreu de forma tão acelerada que “fez coincidir, no tempo, a urbanização, a concentração da população urbana e a metropolização⁸”. Os movimentos migratórios internos⁹, que redistribuíram a população não apenas das áreas rurais para as cidades, mas também entre as regiões do país, consolidaram um padrão no qual a população se concentrava em cidades cada vez maiores, fazendo eclodir, assim, as primeiras aglomerações metropolitanas.

Os núcleos urbanos já estabelecidos nesta época não dispunham de infraestrutura suficiente para absorver o enorme contingente populacional – em sua maioria composto por pobres – que era atraído pelas promessas de emprego, comodidade e mobilidade social. Grande parte dos migrantes eram impossibilitados de viver na cidade legal, mesmo quando inseridos no mercado de trabalho emergente. Por isso, instalaram-se nas periferias, onde eram privados de condições básicas de urbanidade. Segundo Rolnik (2008), embora a urbanização neste período tenha ocorrido de maneira excludente, foi também concentradora, aglomerando grande parte do:

[...] incremento econômico/demográfico em algumas regiões do território e esvaziando os demais; esse movimento é concentrador também no nível intra-urbano: em cada município caracterizado pelo crescimento e pela dinâmica urbana, as qualidades urbanísticas se acumulam em setores restritos, locais de moradia, negócios e consumo de uma minoria da população moradora (ROLNIK, 2008, p. 10).

⁸ A metropolização é um processo socioespacial inerente à globalização. Nas palavras de Jacques Levy (1997, p. 2), a “emergência do termo metropolização responde à necessidade de identificar esse novo ciclo urbano, menos marcado por configurações que correspondem às cidades, que continuam a crescer sendo afetadas, no seu estilo de desenvolvimento, pelo crescimento dos deslocamentos [...]”.

⁹ Como destaca Brito (2007), o principal destino dos migrantes eram os grandes aglomerados urbanos em desenvolvimento no Sudeste, com ênfase no município de São Paulo. Ainda segundo o autor, é possível afirmar que a transformação urbana do país ocorreu de forma tão acelerada que fez coincidir, no tempo, a urbanização, a concentração da população urbana e a metropolização.

GRÁFICO 1 – Taxa de urbanização¹⁰ em % – Brasil (1940 a 2010)

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1940-2010); IBGE (2007) e IBGE (1981). Elaboração própria.

Rolnik (2008) destaca ainda que, nesse contexto, as desigualdades sociais dificilmente são superadas, pois a população em situação desfavorável terá pouco acesso às oportunidades econômicas e culturais que o espaço urbano oferece, dado que estas vantagens são de uso exclusivo daqueles que já têm acesso a elas. Assim, as desigualdades socioeconômicas são reafirmadas no espaço urbano no modelo dicotômico de segregação socioespacial denominado centro-periferia, sobretudo no estado de São Paulo. Caldeira, em *Cidade de Muros*¹¹ (2000), descreve este padrão de segregação que orientou o desenvolvimento da cidade entre os anos de 1940 e 1980 como “concentrado e heterogêneo”, em que “diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infraestrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias” (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Segundo Sposito (2011), esse padrão dual de segregação socioespacial não foi exclusivo do desenvolvimento urbano brasileiro, mas sim uma forma predominante nas cidades latino-americanas. Este padrão se torna perceptível a partir da segunda metade do século XX e é decorrente de uma modernização desigual, pois apenas algumas partes das

¹⁰ Taxa de Urbanização é a porcentagem da população da área urbana em relação à população total de determinadas áreas (municípios, estados, região metropolitana).

¹¹ Nesta obra a autora investiga como a violência urbana e o medo têm se relacionado às transformações urbanas e dos padrões de segregação socioespacial na cidade de São Paulo nas últimas suas décadas do século XX.

idades foram beneficiadas e se desenvolveram, formando o que Maricato (2009, p. 3) denomina de “ilhas de primeiro mundo”, circundadas pelo não desenvolvimento.

Retomando, os anos entre 1930 e 1980 foram marcados por um intenso e constante crescimento urbano e pelas concentrações populacionais em cidades que se tornavam cada vez maiores – processo nutrido pelo crescimento demográfico que fomentava os fluxos migratórios e o crescimento vegetativo da população das cidades (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

O censo demográfico de 1991, no entanto, revelou importantes mudanças no crescimento urbano concentrador incessante que ocorrera até então. No decorrer da década de 1980, as metrópoles passaram a crescer a taxas bem menores e núcleos urbanos de menor porte começaram a surgir ao redor das cidades principais, de forma dispersa, num novo padrão de redistribuição espacial da população. Segundo Martine e McGranahan (2010), dentre os fatores que contribuíram para a alteração do padrão de urbanização no país, três merecem destaque: a queda acelerada da fecundidade, a crise econômica que atingiu o país ao longo da década de 1980 e parte de 1990 e a culminação do processo natural de desconcentração produtiva.

De acordo com Fausto Brito (2007), apesar da desaceleração do processo de metropolização, não é possível falar em *desmetropolização*, mas sim em um processo de desconcentração populacional, tema que também é abordado por Cunha (2015) no contexto da Região Metropolitana de São Paulo. Rolnik (2008, p. 10-11), ao abordar as mudanças ocasionadas neste período transitório pelo desemprego e demais mudanças econômicas, aponta que:

Essas mudanças introduzem novas variáveis para a estruturação da cidade. As grandes áreas da produção fordista foram sendo substituídas por uma economia de fluxos, desterritorializando-se e deixando grandes áreas urbanizadas vazias, muitas vezes contaminadas, pelo caminho. O território popular se densificou, sobre uma base urbanística frágil e tosca, fruto de intervenções fragmentadas desconectadas e descontínuas, definidas e executadas na temporalidade “da política”. O espaço metropolitano da era industrial também transformou, expandindo-se sobre a zona rural, redefinindo as fronteiras urbanas e espalhando enclaves como condomínios, hipermercados e shopping centers.

Segundo Baeninger (2010), o processo de urbanização brasileiro, que até então se baseava em grandes concentrações econômicas, populacionais e de migração nos grandes centros urbanos e metrópoles, passa a apresentar mudanças, o início de um novo tempo para a urbanização do país. Deste momento em diante, as metrópoles e regiões metropolitanas passam a crescer a taxas bem menores e núcleos urbanos de menor porte surgem ao redor das

cidades principais, de forma dispersa, num novo padrão de redistribuição espacial da população.

Para melhor compreensão dos processos que alteraram as periferias brasileiras a partir da década de 1980 é necessário apreender que, apesar de o termo *subúrbio* significar “além da cidade” e, segundo Fishman (1987), poder se referir a qualquer tipo de assentamento na periferia de uma grande cidade, este processo se diferencia da suburbanização das cidades norte-americanas, pois naquele caso deslocava-se apenas a residência, enquanto no caso brasileiro os demais usos também são transferidos (FISHMAN, 1987). Isso se deve ao fato de o subúrbio ter se popularizado como modelo ideal de moradia da elite burguesa norte-americana em meados do século XIX, quando começam a surgir bairros residenciais segregados em áreas distantes, caracterizando a expansão suburbana.

Sua forma, segundo Fishman (1987), é marcada pela baixa densidade demográfica, pela residência unifamiliar, áreas verdes ou semelhantes a parques, e pela exclusão de indústrias, da maior parte do comércio e de moradores de outras classes sociais. Essas características são uma herança do conceito inglês, que considerava uma “estética união de cidade e campo”¹² (FISHMAN, 1987, p. 23), algo distinto de ambos, mas em perfeita sintonia.

D’Ottaviano (2008, p. 44) destaca que a expansão dos subúrbios nos Estado Unidos está amplamente relacionada ao uso de propagandas, nas quais “esse novo estilo de vida é vendido como ideal de habitação”. Processo semelhante tem ocorrido a partir da ruptura ocorrida na metropolização brasileira, associando-se à proliferação de condomínios fechados em áreas periféricas e afastadas. Para Caldeira (2000, p. 211), trata-se de uma sobreposição de novas formas ao padrão centro-periferia, o que produz “espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes mais próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns”.

Dessa forma, o período mais recente da periferização no Brasil se mostra ainda mais complexo que antes, seja estruturalmente, sociodemograficamente e/ou economicamente. Para Maricato (2011), isso se deve à reestruturação produtiva da globalização.

¹² No original, “aesthetic marriage of town and country”.

1.4 Considerações pertinentes sobre a escala de análise na metrópole globalizada

Para compreender a cidade e a metrópole contemporânea é preciso munir-se de novos aportes teóricos, pois não houve ao longo da história um processo que se assemelhasse à estrutura espacial urbana atual. Tal estrutura, na descrição de Domingues e Cabral (2007, p. 16 *apud* SPOSITO; GÓES, 2013, p. 42):

[...] configura-se, cada vez mais, como uma estrutura composta de “cidade” (ou cidades) reconhecível pela sua história, e de “urbanizações” sem história. [...] as discontinuidades dos contornos e também dos próprios fluxos e espaços públicos (que tradicionalmente mantinham a coesão física das sucessivas adições), bem como a diversidade de centralidades, densidades e morfologias, não têm paralelo no quase meio milênio de história urbana moderna que termina com o próprio modelo metropolitano e, com ele, o dualismo centro-periferias que agora se esgota para dar lugar a situações muito mais complexas.

Esta nova configuração do espaço urbano engloba diversas outras espacialidades e processos, tais como a dispersão, policentralidades e, conseqüentemente, a intensificação da segregação socioespacial, que resultará na fragmentação do espaço urbano. Desta forma, a produção e reprodução do espaço urbano aparecem hoje como concretização de uma nova relação espaço/tempo, pela globalização da economia. A reestruturação produtiva suscitou um aprofundamento da divisão espacial do trabalho e, conseqüentemente, das desigualdades sociais que se materializam em cidades cada vez mais segregadas, principalmente nos países periféricos.

No âmbito da globalização, mudaram-se as velocidades e as escalas, não somente da vida cotidiana, mas também dos processos e das dinâmicas do espaço urbano. A ampliação das estruturas de transporte e da velocidade das comunicações implicou numa aproximação espaço-temporal da sociedade devido às novas formas de transporte, mais rápidas e eficientes, e de informações. Sposito e Góes (2013), em diálogo com Portas; Domingues e Cabral (2007), destacam que, nesse contexto, as formas urbanas deixam de ser resultado de uma historicidade, perdem a característica de “cidade herdada”, e passam a emergir, em várias formas e com variadas bagagens históricas.

Não é apenas a cidade que sofre alterações a partir do processo de globalização, mas a sociedade mundial como um todo passa a se organizar de modo mais complexo, através de redes que se distribuem pelo território. E, embora o lugar, o local, seja onde se dão as relações mais tangíveis, aquelas entre o espaço a sociedade e suas técnicas e modo de produção, demanda-se que estas relações sejam apreendidas a escalas mais abrangentes.

Entretanto, o conceito de escala por vezes é brevemente discutido pelas ciências sociais e, mais ainda, pela geografia, pois consideram a escala como elemento subentendido e prescindível de problematizações. Contudo, o momento atual, como apontado anteriormente, provoca a necessidade de ampliar a escala de compreensão para abarcar as implicações da mundialização econômica. A priori, a escala pode ser concebida em três diferentes aplicações, que são, de acordo com Corrêa (2011, p. 41):

[...] escala enquanto tamanho (economias de escala); escala cartográfica (1:2000, ou grande escala em mapa geográfico); escala espacial, ou área de abrangência de um processo ou fenômeno (local, regional, nacional, global); e escala conceitual, ou as relações entre um objeto de pesquisa, os questionamentos e teorias pertinentes e sua representação cartográfica.

Sposito (2011) acrescenta que tem observado a emergência de uma nova acepção do conceito, como delimitação de uma área na qual prevalece apenas a localização do objeto – o absoluto –, perdendo a dimensão relacional. Tomada por este sentido, segundo a autora, a escala torna-se problemática, pois não é possível basear uma análise apenas numa escala, dado que a compreensão requer a avaliação da articulação entre as escalas, “combinando interesses e administrando conflitos que não se restringem a uma parcela do espaço, mesmo quando os sujeitos sociais [...] parecem atados a territórios restritos” (SPOSITO, 2011, p. 130).

Não podemos, no entanto, assumir que todo e qualquer traço da realidade urbana contemporânea seja mero reflexo daquilo que ocorre na escala global aplicado à escala local, numa análise puramente hierárquica. Em outras palavras, não basta olhar o todo para compreender uma das partes. Assim estaríamos assumindo que a única diferença do momento atual para os antecessores é a escala pela qual os analisamos (SPOSITO, 2011).

Flávio Villaça (2001) aborda a relevância da escala nos estudos urbanos em seu livro *Espaço intra-urbano no Brasil*, com o intuito de justificar o uso do termo *intra-urbano*¹³ – considerado por ele uma redundância. Como aponta o autor, a estruturação do espaço regional é determinada pelo deslocamento da informação, energia, do capital e das mercadorias em geral. O espaço intra-urbano é estruturado fundamentalmente pelo deslocamento de seres humanos, motivados por lazer, consumo ou trabalho, o que justifica a importância estruturadora que áreas comerciais e serviços têm nas cidades. Embora os deslocamentos de seres humanos e de energia tenham importância na constituição de ambas as escalas espaciais, “[...] ignora-se que seus efeitos sobre os espaços intra-urbano e regional

¹³ O termo “*intra-urbano*” é redundante, dado que “*espaço urbano*” e outros congêneres só podem se referir ao intra-urbano. No entanto, estas expressões são amplamente relacionadas ao componente urbano do espaço regional, por isso o autor optou por adotar uma expressão diferenciada.

são totalmente distintos” (VILLAÇA, 2001, p. 20-21).As comunicações terão importante papel em âmbito nacional ou estadual, mas, dentro de uma mesma cidade, região ou região metropolitana, espera-se que esses espaços sejam homogêneos em relação à disponibilidade de serviços, enquanto que, em relação aos transportes, em especial dos seres humanos, “o espaço intra-urbano é altamente heterogêneo” (VILLAÇA, 2001, p. 21).

Ao distinguir o espaço intra-urbano do espaço regional é possível denotar como certas dinâmicas e processos que compõem a produção do espaço urbano agem de forma distinta em escalas diferentes. Isso ocorre porque cada escala apresenta especificidades que interferem na conformação do espaço urbano. No livro *Território, Globalização e Fragmentação* (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1996), os autores denominam estas características próprias de cada espaço e escala de horizontalidades e relega a elas a responsabilidade pela produção de diferentes espaços. Nas palavras dos autores:

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades são os domínios das contiguidades, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1996, p. 16).

Romper com a ideia hierárquica, assim como desconsiderar as horizontalidades, não é uma opção. Como aponta Sposito (2011, p. 130), isto só poderia ocorrer se caso o mundo fosse lido a partir da perspectiva de que “as diferenças vão além das desigualdades”. Dado que a escala de análise é crucial para escolher as melhores ferramentas e aportes teóricos mais adequados a serem utilizados em um estudo, as especificidades do momento atual demandam novas abordagens que possibilitem uma leitura multiescalar da complexa realidade, principalmente daquela encontrada nas metrópoles, que se estruturam através das relações entre o modo de produção e fluxos, de ordem econômica, social e política, que se dão verticalmente e horizontalmente.

Antes de escolher a melhor forma de abordar ou analisar as metrópoles e suas periferias contemporâneas, é vantajoso compreender quais são as principais características das novas tendências dos processos de expansão, dispersão e segregação socioespacial, assim como seus condicionantes e suas consequências. Portanto, este será o assunto abordado no item seguinte.

1.5 A reestruturação das periferias urbanas e as *novas periferias*

Parte da mudança na configuração das periferias metropolitanas, brevemente comentada no item anterior, deve-se ao processo de desconcentração industrial da metrópole paulistana em direção ao interior do estado. De acordo com Reis (2015), a indústria sofreu mudanças relacionadas principalmente à substituição das máquinas a vapor por equipamentos elétricos e, também, pela troca do transporte ferroviário pelo rodoviário, possibilitando que empresas se instalassem em áreas mais distantes e onde maiores vantagens econômicas fossem oferecidas, como terrenos mais baratos ou isenção tributária.

O mercado imobiliário também foi influenciado pela tendência de dispersão urbana. O grande crescimento populacional e a expansão territorial das cidades, regiões metropolitanas e aglomerações não metropolitanas geraram aumento da demanda por espaço urbano edificado e, conseqüentemente, do preço desses imóveis e do custo de vida em geral.

Assim, o espaço urbano passa a apresentar uma nova configuração, não somente na escala metropolitana, mas também na escala intra-urbana. De acordo com Reis Filho (2006), na primeira ocorreu a dispersão de núcleos urbanos intercalados com vazios territoriais e com a redução da densidade demográfica. Na segunda, as relações entre espaços públicos, privados e coletivos, de propriedade privada, foram alterados.

Sobre esta nova realidade da configuração espacial do urbano, Sposito e Góes (2013, p. 134-135) defendem não ser mais possível ver a cidade contemporânea como unidade:

[...] já que não é possível delimitá-la, já que não mesmo que a delimitemos, as interações espaciais colocam em relação à ordem próxima e a ordem distante, num período em que as tecnologias da informação se combinam às formas de deslocamento material de pessoas e mercadorias, mesmo que as condições não sejam oferecidas com equidade (as desigualdades socioespaciais aparecem no primeiro plano), nem sejam, necessariamente, apropriadas com o mesmo sentido ou com as mesmas finalidades (as diferenças socioespaciais são as principais nesse segundo plano).

Em outras palavras, ocorre a dispersão do processo de urbanização na escala metropolitana e a fragmentação socioespacial na escala intraurbana. Sandra Lencioni (2017), em *Metrópole, Metropolização e Regionalização*, destaca que neste contexto a palavra “metrópole” por si só já não é suficiente para expressar a realidade da configuração do espaço urbano, já que a palavra tem por objetivo expressar o sentido de cidade-mãe ou matriz com a qual se estabelecem vínculos estreitos. A autora sugere estarmos vivenciando uma

metamorfose metropolitana, na qual as mudanças sociais e econômicas se expressam espacialmente numa metropolização contemporânea que:

- Não se fundamenta apenas na transição do rural para o urbano. Embora este processo esteja contido na metrópole metamorfoseada, ocorre numa escala muito menor daquela observada nos processos de urbanização e metropolização brasileiros dos primeiros anos da segunda metade do século XX;
- Abrange grandes escalas territoriais e não é possível identificar limites claros, mas sim “dinâmicos e difusos” entre seus vários núcleos urbanos;
- Os processos de segregação e fragmentação socioespaciais podem ser identificados de forma nítida e intensa, mesmo que em espaços contraditoriamente homogêneos;
- A hierarquia entre as cidades de determinada região considerada é redefinida;
- Polinucleação, conurbação e existência de uma intensa e extensa rede de fluxos – de mercadorias e pessoas;
- Diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central e desenvolvimento e crescimento demográfico das cidades vizinhas;
- Redefinição da integração das cidades menores da região com espaços polinucleados;
- Intensa pendularidade e constituição de uma estrutura regional em rede.

Muitos autores têm se dedicado ao entendimento desta nova configuração das áreas periféricas das metrópoles brasileiras (CUNHA; FALCÃO, 2017; CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011; COSTA, 2006), que são compostas pela sobreposição de usos antigos, dispersa e fragmentada. Estas áreas periféricas, que antes eram relegadas à população menos abastada, passam a ser ocupadas também por indústrias, serviços e condomínios residenciais (MARICATO, 2011).

No Brasil, as primeiras alterações nos espaços metropolitanos foram observadas a partir da década de 1980, quando o país passa por sucessivas crises econômicas que suscitam grandes impactos sociais. Demograficamente falando, os grandes aglomerados urbanos e metropolitanos passam a crescer em ritmo bem menos acelerado que nas décadas anteriores – como aponta Cunha (2015) numa análise das tendências da migração interna no território nacional nos últimos cinquenta anos –, devido ao desemprego e outros prejuízos sociais que desmotivavam novos movimentos migratórios para essas áreas. Em contrapartida, municípios

de menor porte localizados em áreas periféricas, mas próximas a cidades centrais na rede urbana, apresentaram crescimento significativo. Resumidamente, passa a ocorrer um importante movimento de evasão populacional das capitais e núcleos centrais em direção às periferias metropolitanas.

Dessas alterações sucede o processo de *fragmentação socioespacial*, que é mais complexo que a segregação socioespacial e caracteriza a forma espacial das metrópoles contemporâneas. Soja (2008) denomina essa forma resultante de *cidade fractal*, que se relaciona à ideia desenvolvida por ele da pós-metrópole, *postmetropolis*. Segundo o autor, o crescimento demográfico das metrópoles e dos velhos centros urbanos ocasiona o espraiamento da mancha urbana para áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos. Conseqüentemente, “o subúrbio está sendo crescentemente urbanizado enquanto a metrópole monocêntrica moderna se metamorfoseia em uma cidade regional policêntrica, abrangendo uma rede amplamente distribuída de aglomerações de variados tamanhos” (SOJA, 2013, p. 154).

Este processo ocorre, quase exclusivamente, na periferia, como aponta Canetti (2014, p. 201), pois a área central “torna-se impossível de ser pulverizada pela dureza das estruturas construídas, todavia outras e novas centralidades são criadas nas áreas mais distantes dos centros históricos”. A nova estrutura espacial resultante, caracterizada pela ocorrência de várias centralidades¹⁴, se opõe às cidades capitalistas que eram espacialmente articuladas a um centro que, muitas vezes, concentrava todas as demandas, isto é, mercados, igrejas, aparatos públicos, meios de transporte, etc. Com a implantação, expansão e melhorias dos sistemas de transporte, as cidades puderam se expandir, mesclando-se aos espaços rurais e incentivando o surgimento de novos núcleos de comércio e serviços. Assim, segundo Fishman (1987), este processo se diferencia da suburbanização das cidades norte-americanas, pois naquele caso deslocava-se apenas a residência, enquanto no caso brasileiro os demais usos também são transferidos.

No livro *A cidade contemporânea: segregação espacial* (VASCONCELOS, 2013), os autores descrevem e analisam as várias formas das cidades e metrópoles contemporâneas, principalmente em relação às formas espaciais derivadas da segregação socioespacial. As novas centralidades, também citadas em Soja (2013), estão entre os processos e dinâmicas analisadas por eles. Para os autores, esta é uma dinâmica recente e que

¹⁴ As áreas centrais devem ser distinguidas das centralidades, como sublinha Sposito (2013, p. 73). Na definição da autora, as centralidades não são uma área ou local, mas sim “a condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar”. Já as áreas centrais ancoram a constituição das centralidades, mas não podem ser tomadas como sinônimos destas.

surge a partir da instalação de grandes estruturas comerciais – shopping centers, hospitais e hipermercados, por exemplo –, que alteram e redefinem a estrutura urbana. Elas se diferenciam das áreas centrais na medida em que “exercem atração sobre todo o conjunto da cidade, bem como, muitas vezes, polarizam moradores de outras cidades que estão próximas àquelas em que se instalaram” (SOJA, 2013, p. 75). Além disso, para os autores não se tratam de estruturas hierarquicamente inferiores ao centro principal, uma vez que oferecem grande variedade de serviços e bens.

Estas centralidades são produto de ações deliberadas e planejadas de um pequeno grupo e têm sua realização em curtos períodos de tempo, ou seja, não são resultantes da produção social e econômica da cidade ao longo do tempo, de sua história. Tem-se, por consequência dessa nova dinâmica:

[...] segmentação e seletividade socioespaciais, e, em alguns casos, chegando a ser uma das condicionantes de processo de segregação socioespacial, porque reforçam ou radicalizam as lógicas de separação social do uso residencial do espaço urbano. [...] Por isso, como resultado não controlado (mas impossível de ser evitado), tanto quanto como condição, alteram o conteúdo social, econômico, político e cultural do centro tradicional. Geram o deslocamento de consumidores que, antes, frequentavam esse setor da cidade, para novos espaços mais modernos, mais bem equipados, com áreas de estacionamento, com prestígio e distinção social, garantindo-lhes certo grau de homogeneidade nos espaços de consumo (SPOSITO, 2013, p. 76).

É importante destacar, no entanto, que esta nova configuração das periferias não significa o fim do padrão de segregação centro-periferia, pois “as periferias existem na medida em que se relacionam com o centro e se definam em função dele” (COSTA, 2006, p. 13). De acordo com Caldeira (2000, p. 231), este modelo dual “continua a marcar a cidade, mas os processos que produziram esse padrão mudaram consideravelmente, e novas forças já estão gerando outros tipos de espaços e uma distribuição diferente das classes sociais e atividades econômicas”. Em outras palavras, a estrutura urbana dessas áreas está mais complexa, com novos usos sobrepostos aos anteriores, novos processos (como a *gentrificação*¹⁵) ocorrendo concomitantemente a outros antigos, agora ainda mais intensificados, como a segregação socioespacial, aprofundada pela presença de condomínios e loteamentos fechados.

¹⁵ Simultaneamente um fenômeno físico, econômico, social e cultural. A gentrificação envolve, comumente, a invasão de bairros de baixa renda ou “áreas obscuras” por moradores de classe média e a substituição ou deslocamento de muitos dos ocupantes originais. Envolve a renovação ou reabilitação física e modernização do que era um parque habitacional altamente deteriorado para atender às exigências de seus novos proprietários. No processo, a habitação na área afetada, renovada e não reformada, passa por uma significativa valorização (HAMNETT, 1987 *apud* HAMNETT, 1991, p. 175, tradução nossa).

Caldeira (2000) considera esse tipo de moradia murada, denominada por ela de *enclaves fortificados*, o principal instrumento do recente padrão de segregação socioespacial que vem se acentuando desde a década de 1990 nas metrópoles brasileiras. São “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho” (CALDEIRA, 2000, p. 211). Essas estruturas modificam a forma como as pessoas de classe média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam grande parte de seu tempo, além de se estabelecerem como uma nova forma de determinar fronteiras entre diferentes grupos sociais, criando hierarquias através do uso literal de separação, destaca a autora.

Assim, altera-se a forma espacial de distribuição dos diferentes grupos sociais, dado que a segregação socioespacial é um importante reflexo da mudança do padrão de urbanização. Este é um processo que afeta diretamente a estruturação das cidades e atinge tanto as classes de maior poder aquisitivo quanto as de menor renda (RIBEIRO, 2015), além de causar consequências sociais.

A partir desta sucinta discussão sobre alguns conceitos e processos acerca da produção e reprodução do espaço urbano, os capítulos seguintes discutirão a realidade da Região Metropolitana de Campinas e, principalmente, da inserção e do papel dos municípios de Indaiatuba e Jaguariúna na dinâmica intraurbana da região.

CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA RM DE CAMPINAS E OS CASOS DE INDAIATUBA E JAGUARINA

A metropolização é uma temática cara a muitas áreas de estudo e pode, ou deve, ser analisada a partir das mais variadas perspectivas, dada sua complexidade e amplitude. Na demografia também é vasta a produção teórica sobre esse tipo de aglomeração urbana e daquilo que tange às causas e consequências dos processos de expansão e de concentração territorial, muitos deles já citados ao longo deste trabalho, como Rigotti (1994); Cunha (2006); Costa (2006); Silva(2016); Cunha (2015); Dota (2015) e Cunha (2018).

Na grande maioria destes trabalhos, se não em toda a migração aparece como fator comum. Não por acaso, ela é também responsável por parte significativa do crescimento demográfico de muitas cidades no território brasileiro. Como já discutido no Capítulo 1, no decorrer do processo de urbanização do país a migração populacional desempenhou diferentes papéis, igualmente importantes.

Num primeiro momento, mais especificamente em meados do século XX, os fluxos migratórios eram de caráter interestadual e se dirigiam, em grande parte, para a região Sudeste¹⁶. Eram, também, majoritariamente de áreas rurais para áreas urbanas. Foi assim que surgiu grande parte das metrópoles do país. Vale lembrar que esse crescimento exacerbado, que perdurou entre as décadas de 1930 e 1980, era alimentado também pelas altas taxas de crescimento vegetativo, resultante de altas taxas de fecundidade e de melhorias significativas nas condições de saúde e saneamento.

Posteriormente, os fluxos migratórios de longa distância diminuíram em volume e intensidade, principalmente os de caráter interestaduais. Além disso, neste mesmo período as taxas de fecundidade caíram aceleradamente, diminuindo o crescimento vegetativo nas cidades e o estoque de migrantes em potencial das áreas rurais (MARTINE; McGRANAHAN, 2010). Embora estudos recentes indiquem que a migração externa ainda exerce relativa importância no crescimento das metrópoles (CUNHA, 2018), é fato que a partir dos anos 1980 os fatores descritos anteriormente culminaram na diminuição do ritmo de crescimento das metrópoles brasileiras.

Ainda assim, as regiões metropolitanas comportavam uma grande "capacidade endógena" de crescimento. Portanto, num terceiro momento, a redistribuição espacial da

¹⁶ Persistia, junto à migração rural-urbano rumo ao Sudeste, um volumoso fluxo migratório direcionado às fronteiras agrícolas, como Paraná, Centro-Oeste e Amazônia, com a intenção de ocupá-las (MARTINE; McGRANAHAN, 2010).

população entre municípios da própria região passou a agir como propulsor da expansão territorial e da dispersão da população. Tais movimentos, entretanto, são seletivos e refletem a já conhecida e dicotômica disputa pelo espaço, que tem a segregação socioespacial como corolário.

Isto ocorre porque a decisão de migrar ou não migrar envolve inúmeros fatores, a maioria financeiros, como o custo de habitação, transporte, educação, alimentação, entre outros. Assim, observa-se a separação, no território, dos diferentes grupos. Historicamente, no Brasil e demais países latino-americanos, as periferias distantes e precárias foram relegadas à população mais pobre, enquanto a população mais rica se instalou em locais bem servidos de infraestrutura e de outros privilégios, como discutido no Capítulo 1.

O que diferencia a realidade da metrópole contemporânea daquela descrita pelos primeiros modelos de segregação propostos pelos estudiosos da Escola de Chicago e seus derivados, nos quais a elite ocupava as áreas centrais (que eram as mais bem servidas da época), é a localização desses grupos mais abastados. Tem-se notado a tendência de periferização deles, numa aproximação territorial dos grupos mais pobres, mas separados por grandes muros, portarias e sistemas de segurança, o que Sposito (2000) denomina de “enclaves fortificados”.

Contudo, a aproximação espacial destes grupos não significou o aumento da convivência entre eles. Muito pelo contrário, a segregação retroalimenta a intolerância (SOUZA, 2003), de forma que quando esses indivíduos optam por viver entremuros, seja para se distanciar das classes sociais mais pobres ou da violência urbana, eles recusam os espaços públicos, que ficam cada vez mais vazios e propícios à violência.

Na Região Metropolitana de Campinas já é possível observar a ocorrência deste processo de expansão das periferias tradicionais, assim como o surgimento daquilo que Costa (2006) denomina por “novas periferias metropolitanas”. Este termo se refere aos processos de reprodução da metrópole contemporânea em toda sua complexidade, com especial ênfase na expansão urbana e na articulação entre novas e velhas formas, principalmente pela presença de condomínios e loteamentos fechados. Cunha e Falcão (2017) observaram tal tendência de intensificação da instalação de espaços residenciais privados em municípios da periferia da RMC e a relacionam, principalmente, à população de mais alta renda e a incentivos do poder público. Esta dinâmica dá prosseguimento ao processo de valorização da terra, que anteriormente restringia para a população mais pobre o acesso aos espaços centrais e que agora o faz com as periferias metropolitanas.

Neste contexto, este trabalho busca compreender como os municípios de Indaiatuba e Jaguariúna se inserem neste processo de expansão e dispersão territorial que tem ocorrido na região nas últimas décadas. Objetiva-se responder, principalmente, se podem ser consideradas “novas periferias metropolitanas” (COSTA, 2006) ou “periferias elitizadas” (CUNHA, 2018), ou seja, espaços caracterizados pela mescla entre novos e antigos usos e, consequentemente, pelo aumento do número de pessoas de classes sociais mais abastadas, assim como do volume e da intensidade dos fluxos migratórios desses grupos.

Para que possamos compreender os motivos que levaram a escolha destes casos específicos, é imprescindível entender a dinâmica da região na qual tais cidades se inserem. Isto se respalda e se justifica no conceito de espaço intraurbano de Villaça (2001), brevemente abordado no Capítulo 1, o qual sugere que as análises das dinâmicas urbanas nas grandes aglomerações se deem para além das fronteiras municipais, pois a estruturação deste espaço se designa pelas condições de deslocamento do ser humano. Estas dinâmicas, por sua vez, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis, sofrem influências do contexto espacial em que a cidade onde o indivíduo habita está inserida.

2.1 A produção do espaço intraurbano da RMC: da concentração à dispersão populacional

A Região de Campinas se destaca como uma das mais importantes do estado desde o início do século passado. Este status é resultado da soma de inúmeros fatores, dentre os quais se destaca a localização privilegiada da região, que a permite funcionar como um elo entre o interior e a capital, como apontam Baeninger e Gonçalves (2000).

A origem de grande parte dos núcleos urbanos do estado e da região – dentre eles, os municípios de interesse deste estudo – está ligada à passagem de expedições exploratórias e das “bandeiras”, que tinham o objetivo de aprisionar índios, procurar pedras e metais valiosos, além de abrir caminhos em direção ao interior do país. Ao longo dessas passagens eram firmados pousos e vilarejos nos quais os bandeirantes e viajantes descansavam.

Nesse período não havia uma atividade econômica principal nem lucrativa. Cultivava-se apenas para consumo próprio, além de algumas poucas lavouras de cana-de-açúcar de interesse comercial. No decorrer do século XIX, a lavoura açucareira cedeu protagonismo ao cultivo de café. De acordo com Baeninger e Gonçalves (2000), a Região de Campinas chegou a ter status de maior produtora de café da Província; a produção cafeeira do

município central representava 50% de toda a produção estadual, o que propiciou relativo crescimento populacional¹⁷, industrial e dos núcleos urbanos próximos.

A ampliação da malha ferroviária ocorrida neste período foi determinante para o protagonismo regional, pois viabilizou a expansão das lavouras de café. Somado a isto e à proximidade à capital paulista, a Região de Campinas também contava com uma agricultura diversificada e voltada ao abastecimento do estado em produtos agrícolas e matérias-primas (MONTALI et al., 2010). A importância da agricultura do município permitiu a reprodução da economia cafeeira e a ampliação da infraestrutura urbana conforme fosse demandado, visto que nesse período Campinas já somava 115 mil habitantes, o que a colocava na posição de maior núcleo populacional do interior.

No que se refere à estrutura dos núcleos urbanos da época, mudanças significativas começaram a ser observadas a partir do início do processo de industrialização e principalmente após a crise de 1930, quando as cidades continuaram a crescer e a dar corpo ao que mais tarde conformariam as metrópoles e regiões metropolitanas do estado. No entanto, Cano (1988, p. 31) enfatizam que tal desenvolvimento urbano foi limitado pela fragilidade das bases técnicas e financeiras daquela época – denominada pelos autores de *industrialização restringida*¹⁸. Ainda assim, o desenvolvimento industrial ocorreu dentro de suas limitações produtivas e suscitou “[...] mudanças substanciais na divisão social do trabalho e na organização social e econômica do território”.

No entanto, desde a década de 1950 algumas destas limitações foram superadas, ou seja, a produção antes contida por limitações econômicas e técnicas pôde, a partir de então, usufruir de avanços em ambos aspectos, dando margem a novos segmentos industriais e novas escalas de produção. Assim, a urbanização foi resignificada, fazendo emergir uma sociedade industrial – necessariamente urbana e estruturalmente diversificada.

De acordo com Cano (1988, p. 59), alguns fatores possibilitaram uma descentralização relativa das atividades industriais, tais como “[...] ampliação da infraestrutura e do processo de urbanização do interior, da maior autonomia locacional da

¹⁷ Grande contingente populacional foi atraído para a Região de Campinas devido à transição da mão de obra escrava – extinta pela Lei Imperial n. 3.353, conhecida como Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888 – para assalariada, que era majoritariamente composta por imigrantes internacionais.

¹⁸ O período da industrialização restringida se configura, assim, como o período de estruturação definitiva de uma sociedade de base urbano-industrial, a transição de uma sociedade de base agrária para uma de base urbana ao criar as condições para isso; os anos 1930-1955 implantaram-na, transformando em definitivo as suas bases e dando origem, com isso, a um novo processo de transição, de natureza outra: a transformação das bases da própria sociedade industrial que se formava, o que permitiu ultrapassar o caráter restringido da acumulação industrial e instaurar-se a industrialização pesada, em que se abririam todas as comportas da modernização capitalista, a qual se mostraria, em todo o seu vigor, a partir da década de 70 (CANO, 1988, p. 42).

grande empresa, da modernização da base agrícola do interior”. Até então, esse tipo de atividade se concentrava na cidade de São Paulo ou seus arredores.

A Região de Campinas se destaca neste contexto, atraindo indústrias alimentícias e têxteis, além do renascer econômico da cana-de-açúcar. Na década de 1960, ganhou notoriedade no cenário industrial e destaque como polo de atração de grandes indústrias – minerais não metálicos, metalurgia e farmacêutica (MONTALI et al., 2010). Paralelamente ao crescimento industrial, que ocorria não apenas na Região de Campinas, mas em todo o interior paulista, ocorreram importantes avanços na ampliação e melhoria do sistema rodoviário estadual, composto pelos eixos Anchieta, Dutra e Anhanguera, esta influenciando diretamente no crescimento industrial campineiro e de seu entorno¹⁹.

Nos anos que se sucederam, a industrialização intensificou-se, acarretando um amplo movimento de redistribuição populacional em âmbito nacional que se direcionou, em grande parte, ao estado de São Paulo, na busca de oportunidades de emprego e de condições de vida oferecidas pelo urbano, como discutido no capítulo anterior (Cano, 1988).

Segundo Montali et al. (2010), foi nesse período que a Região de Campinas se consolidou como um dos principais eixos de crescimento industrial do interior paulista. A população da região em 1950 era de 251.709 e em 1970 já se aproximava dos 700 mil, como mostra a Tabela 1. Destaca-se também que a partir de 1950 a taxa de crescimento anual da RMC ultrapassou a taxa do estado de São Paulo, e na década de 1970 alcançou uma média de 6,43% ao ano, o dobro da média estadual.

TABELA 1 – Evolução da População Total da Região Metropolitana de Campinas e Estado de São Paulo, 1940/1980

Ano	RM de Campinas	Estado de São Paulo	Taxas de crescimento (% a.a.)	
			RM de Campinas	Estado de São Paulo
1940	198.495	7.180.316	2,40	2,44
1950	251.709	9.134.423	5,25	3,46
1960	419.818	12.829.806	4,95	3,31
1970	680.826	17.771.948	6,43	3,49
1980	1.269.559	25.040.712	3,50	2,12

Fonte: Adaptada de Montali et al. (2010).

¹⁹ A Rodovia Anhanguera, antes denominada de Via Anhanguera – SP-330, foi inaugurada em 1940, ligando São Paulo a Jundiá, mas em 1948 foi integrado o trecho que se estendia de Jundiá até Limeira, passando por Campinas.

Parte significativa do crescimento demográfico observado na região entre 1960 e 1970 deveu-se à migração. Na análise de Montali et al. (2010), nesse período o componente migratório era mais importante que o vegetativo no crescimento populacional absoluto da região, representando 58,3% deste. De acordo com Cunha e Falcão (2017), neste período alguns municípios – Paulínia, Americana, Valinhos, Sumaré e Indaiatuba – foram beneficiados por políticas governamentais de incentivo à industrialização, consolidando um importante eixo de expansão industrial ao longo das rodovias Anhanguera, Santos Dumont e Dom Pedro I.

O resultado foi uma urbanização horizontal, descontínua e desigual, que favoreceu a formação do que Cunha e Falcão (2017, p. 10) denominam “cordilheira da riqueza”, isto é, uma área de grande concentração da população de mais alta renda ao norte da Rodovia Anhanguera, e “cordilheira da pobreza”, que se refere à área ao sul da rodovia e que concentra a população de baixa renda.

Como na maioria das regiões metropolitanas do país, nas décadas seguintes os fluxos migratórios de outros estados e de cidades de fora da região diminuíram em volume e intensidade, ao mesmo tempo em que fluxos intrametropolitanos se intensificaram, indicando um amplo processo de redistribuição interna da população, resultante da reestruturação produtiva que, ao reconfigurar as atividades econômicas, alteraram também a produção do espaço.

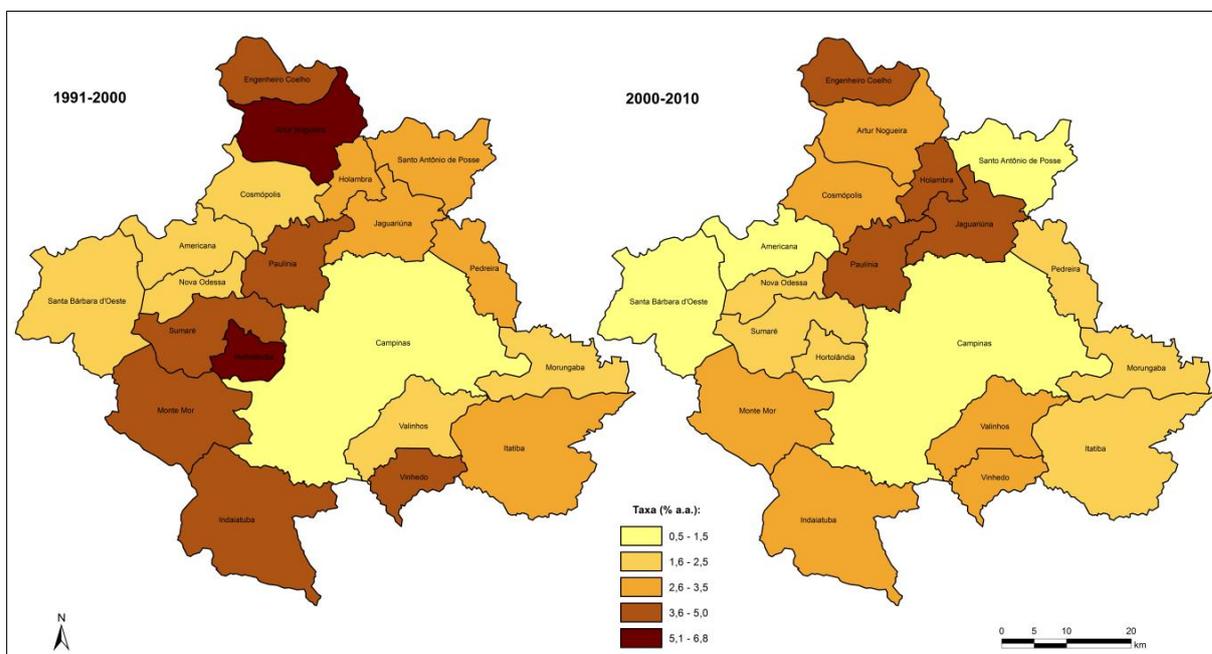
Se até 1970 mais da metade da população metropolitana se concentrava na cidade sede, Campinas, em 2000 a situação já havia se alterado amplamente. A periferia passou a abrigar cerca de 60% da população, grandes investimentos e também a população migrante (FREITAS, 2008).

No Mapa 1, extraído do atlas *Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais na virada do século XXI* (CUNHA; FALCÃO, 2017²⁰), é possível observar que ocorreu uma diminuição no ritmo de crescimento populacional em grande parte dos municípios da região no transcorrer das décadas de 1990 e 2000, com exceção dos municípios de Jaguariúna, Holambra, Engenheiro Coelho e Paulínia, que apresentaram taxas médias de crescimento superiores a 4% ao ano na década de 2000. Alguns municípios, como Monte Mor, Indaiatuba, Vinhedo e Artur Nogueira, apesar de terem sofrido certa desaceleração do ritmo de

²⁰ O atlas *Campinas Metropolitana: Diversidades socioespaciais na virada para o século XXI* realiza uma atualização – com base nos dados do Censo 2010 – do atlas *Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais*, produzido em 2007, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

crescimento populacional, ainda mantiveram taxas anuais acima e 2,5%, valor relativamente alto para o período.

MAPA 1 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional por municípios. Região Metropolitana de Campinas, 1991/2000 e 2000/2010

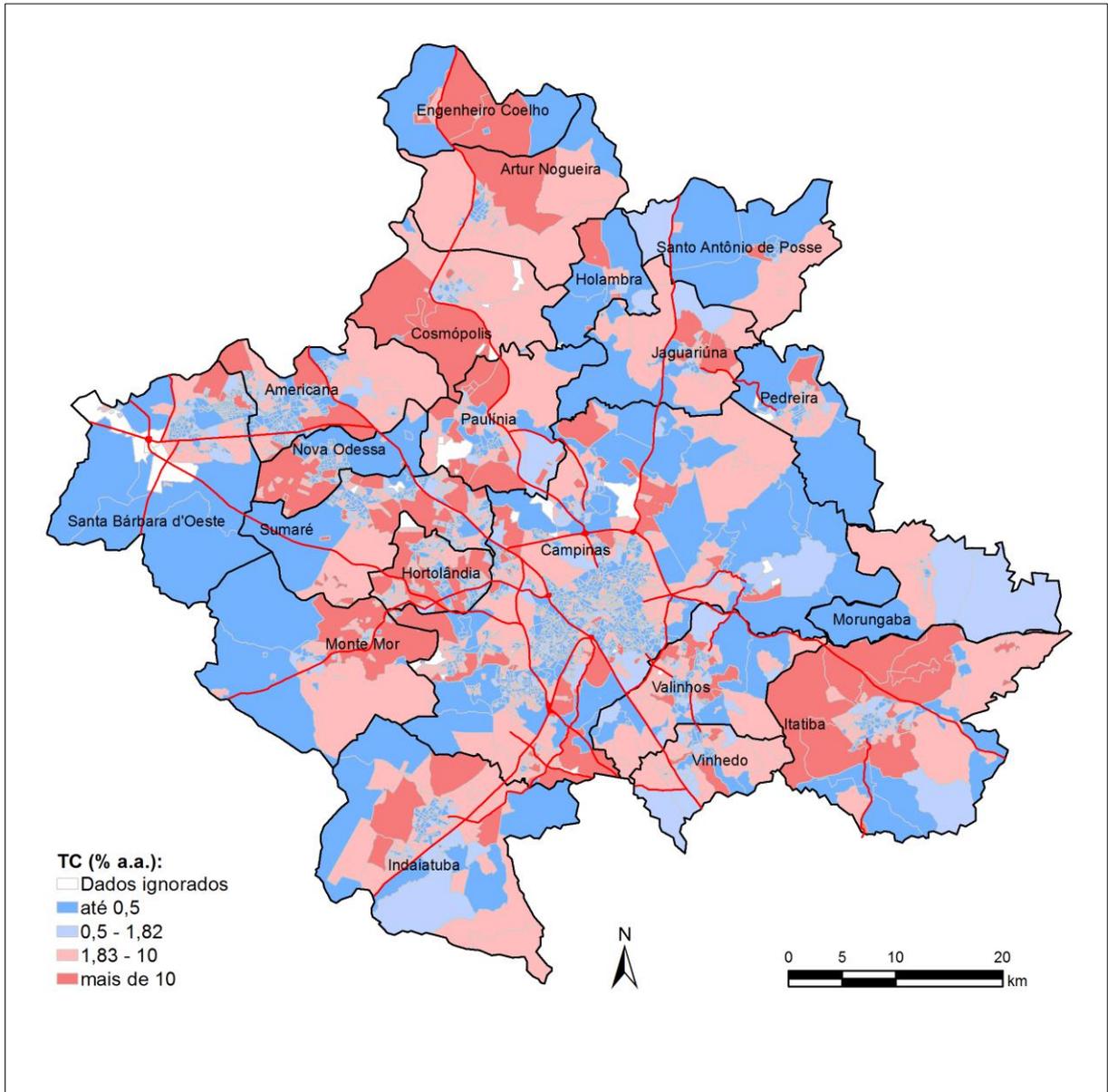


Fonte: Cunha e Falcão (2017).

Os dados do atlas de Cunha e Falcão (2017) também apontam que as taxas médias de crescimento populacionais anuais (Mapa 2) demonstram um comportamento distinto do observado no mapa anterior quando observadas em níveis de setores censitários. Segundo os autores:

Percebe-se, nesse caso, que mesmo em municípios de baixo crescimento médio existem zonas de intenso incremento demográfico. Além disso, nota-se o delineamento de alguns vetores que sugerem certa contiguidade de ocupação: uma franja de sudoeste a noroeste da região, envolvendo uma parte de Campinas e os municípios de Monte Mor, Hortolândia, Sumaré e Nova Odessa; e outro vetor mais ao norte, principalmente no eixo Campinas-Paulínia. Sabe-se que estes dois vetores tendem a concentrar com mais intensidade população de baixa e alta renda, respectivamente.

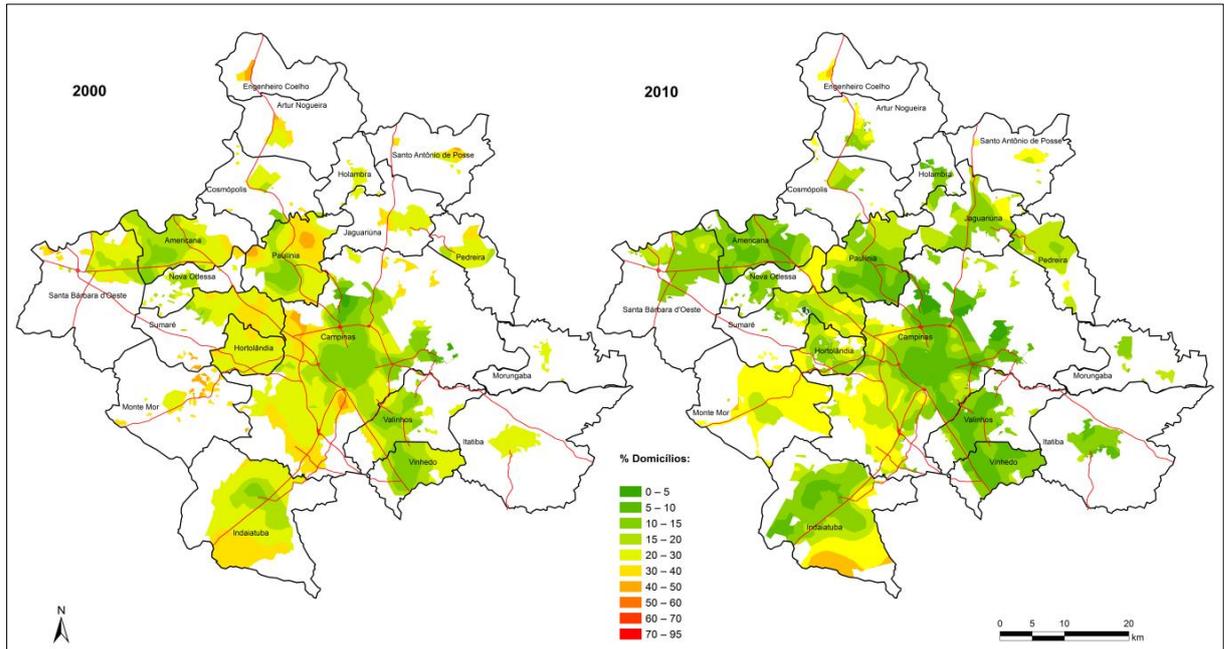
MAPA 2 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional por setores censitários. Região Metropolitana de Campinas, 2000/2010



Fonte: Cunha e Falcão (2017).

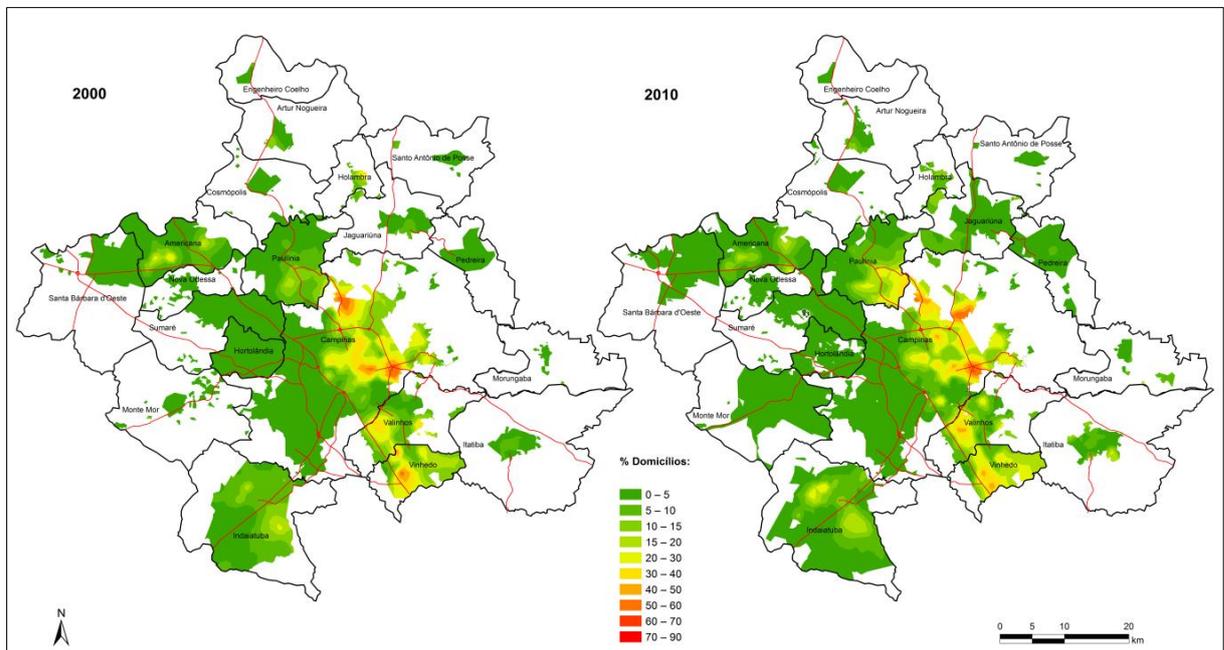
Tratando-se da desigualdade socioespacial existente na região, podemos observar nos Mapas 3 e 4 que existe a concentração espacial de determinados grupos socioeconômicos. No primeiro mapa, que espacializa os dados referentes ao percentual de domicílios com responsáveis com alto rendimento, os autores Cunha e Falcão (2017) destacam que tal proporção diminuiu em toda a RMC, mas que a tendência de concentração da população mais pobre numa área ao sudoeste da Rodovia Anhanguera se manteve. A chamada “cordilheira da pobreza” (CUNHA, 2006) é formada pela área sudoeste de Campinas e os municípios de Monte Mor, Hortolândia e Sumaré.

MAPA 3 – Percentual de domicílios com responsáveis com baixo rendimento por setores censitários urbanos. Região Metropolitana de Campinas, 2000/2010



Fonte: Cunha e Falcão (2017).

MAPA 4 – Percentual de domicílios com responsáveis com alto rendimento por setores censitários urbanos. Região Metropolitana de Campinas, 2000/2010



Fonte: Cunha e Falcão (2017).

No Mapa 4, em que observamos o percentual de responsáveis pelo domicílio com alto rendimento, denota-se que também existe a concentração deste grupo em uma determinada área, processo intensificado no período entre 2000 e 2010. Não por acaso, este conglomerado denomina-se “cordilheira da riqueza” (CUNHA, 2006) e se localiza ao

nordeste da Rodovia Anhanguera, num eixo espacial que perpassa os municípios de Vinhedo, Valinhos, Paulínia e a porção centro-norte de Campinas.

Têm-se, então, que a RMC ainda apresenta intensa segregação socioespacial, caracterizada pela concentração da pobreza e pelo desenvolvimento socioeconômico desigual, entre tantas outras características díspares. Para Cunha (2016), a cidade da população mais abastada não se difere da cidade da população de mais baixa renda apenas em termos de disponibilidade de infraestrutura e serviços, mas também em relação aos espaços ocupados por cada uma dessas camadas. Nesse sentido, muitos estudos recentes têm se proposto a investigar tais as “cordilheiras da pobreza e da riqueza”, principalmente aqueles que tratam da produção do espaço urbano da RMC e da segregação socioespacial resultante.

Um bom exemplo é o trabalho de Silva (2016), intitulado *Para dentro das portarias, por detrás das cancelas: características e condicionantes da autosegregação das elites em Campinas*, que aborda a proliferação de condomínios e loteamentos fechados – empreendimentos comuns em áreas habitadas pelas classes mais abastadas – na “cordilheira da riqueza”, considerada pela autora como a área que inclui os Distritos de Barão Geraldo, Souza e o eixo rodoviário Campinas-Mogi (SP-340).

Outro estudo de caso dentro desta área de concentração da população de maior rendimento é de Miglioranza (2005), que também trata da questão referente aos empreendimentos fechados, mas no município de Valinhos. Ainda sobre a concentração espacial de determinados grupos sociais, mas desta vez em relação à população menos abastada, destaca-se o trabalho de Manfredo (2007), intitulado *Desigualdades e produção do espaço urbano: o caso e Hortolândia na Região Metropolitana De Campinas*. Nele está abordada a questão da produção do espaço no município de Hortolândia, que faz parte da zona contígua de pobreza da região e é marcado por uma infraestrutura urbana precária. Podemos ainda citar os trabalhos de Freitas (2008), sobre a produção diferencial do valor da terra na cidade de Paulínia; de Nascimento (2013), que analisa os padrões de segregação da região através de uma ótica mais geográfica; ou, então, de Freitas (2008); Mello (2013); Dota (2015) e Cunha e Falcão (2017).

O pretendido aqui é chamar atenção ao fato de que o processo reestruturador pelo qual a RMC vem passando nas últimas décadas envolve todos os municípios que a compõem, sem exceção, mesmo que em intensidades diferentes. Apesar de algumas áreas apresentarem características socioeconômicas mais homogêneas e chamarem a atenção por isso, não podemos ignorar que outras áreas podem apresentar características tão peculiares quanto aquelas das “cordilheiras” de concentração socioeconômica ou, ainda, diferenças primordiais

que as colocam numa categoria à parte daquela dos extremos abordados pelos estudos citados anteriormente.

Alguns autores afirmam haver novas áreas de expansão urbana na região e sinais de quebra da homogeneidade da cordilheira da pobreza (CUNHA; FALCÃO, 2017). O trabalho de Dota (2015) aponta que estas áreas de expansão mais recentes são contíguas às áreas de concentração já existentes, principalmente no que se refere à instalação da população de alta renda. Esta tendência, segundo o autor, reafirma a desigualdade territorial preexistente. Resultado semelhante foi obtido por Marins (2017) ao analisar a expansão urbana da região metropolitana de Campinas. Através da categoria espacial intermediária entre rural e urbano, a autora concluiu haver certa intensificação da homogeneidade e da exclusividade da “cordilheira da riqueza” observada por Cunha (2006) e Cunha e Falcão (2017).

Nesse cenário, fatores como a disponibilidade de terras urbanas, o preço da terra e, claro, a dinâmica do mercado imobiliário, passam a ser de grande importância na decisão dos eixos de expansão. Segundo Villaça (2001), no contexto intraurbano as condições de deslocamento do ser humano são predominantes em relação à disponibilidade de infraestrutura; isso abre espaço para os agentes imobiliários, que, nas palavras de Dota (2015, p. 220):

[...] barganham alterações em políticas territoriais que possam beneficiá-los; ocupam áreas destinadas a habitação de interesse social [...]; constroem na periferia distante aproveitando uma demanda existente por loteamentos populares; lançam loteamentos fechados para a população de alta renda em áreas privilegiadas; da mesma forma, aliam preço da terra baixo, demanda alta e crédito disponível para lançamentos relacionados ao programa Minha Casa Minha Vida [...].

No já citado trabalho de Marins (2017), o autor destaca a ocupação de áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos municipais e caracterizadas pela presença de “bolsões de condomínios fechados e residências particulares em terrenos de mais de 500 m²” (MARINS, 2017, p. 137).

Podemos concluir primariamente, então, que a RMC tende a se expandir num padrão fragmentado, disperso e policêntrico, mas ainda mantendo características do tradicional padrão centro-periferia (CUNHA, 2006). Denota-se também que existem grandes áreas homogêneas de concentração das populações de alta e baixa renda – as chamadas “cordilheiras” (CUNHA, 2006) – que estão separadas pela Rodovia Anhanguera (SP-330).

Por fim, mas não menos importante, observa-se que trabalhos recentes têm destacado a intensificação da segregação, assim como sua expansão para eixos cada vez mais

distantes, por vezes contígua às áreas homogêneas já consolidadas ou adentrando a periferia tradicional (DOTA, 2015; SILVA, 2016; CUNHA; FALCÃO, 2017; MARINS, 2017), configurando as “novas periferias metropolitanas” (COSTA, 2006) ou “periferias elitizadas” (CUNHA, 2018), que tratam da reconfiguração das periferias metropolitanas a partir da mescla entre antigos e novos usos. Os espaços resultantes são, ao mesmo tempo, negligenciados pelo Estado – aqueles dos assentamentos ilegítimos e precários – e de interesse imobiliário, para a implantação de grandes empreendimentos residenciais fechados, *shopping centers* e diversas outras estruturas convidativas às camadas específicas da sociedade. Em outras palavras, esse espaço, que antes era quase exclusivamente habitado pela população de baixa renda, passa a ser dividido com a população mais abastada.

A partir disto, este trabalho se propõe a analisar dois casos específicos, os municípios de Jaguariúna e Indaiatuba, sob uma perspectiva intraurbana, ou seja, como parte de um todo, principalmente como prováveis eixos de interesse da população de alta renda. Tratam-se de cidades localizadas na periferia mais distante da RMC, com importante crescimento populacional relacionado à migração e que têm sido destacadas por vários dos trabalhos anteriormente citados.

Chama a atenção o fato de ambos os municípios terem desenvolvido dinâmicas próprias, apesar de fazerem parte da mesma região metropolitana, sobretudo no caso de Indaiatuba, que juntamente a outros municípios da região, como Americana, Paulínia, Valinhos e Sumaré, compõe os maiores eixos de expansão industrial do interior do estado, devido a grandes investimentos governamentais destinados a esses municípios. Ademais, outro fator importante é a presença de praças de pedágio nas estradas que ligam Indaiatuba e Jaguariúna ao município sede e a outros municípios da região. Suas tarifas são as mais altas da RMC e funcionam como barreira socioeconômica, além de influenciar na decisão de deslocamento e residência dos indivíduos.

Para além dessas características, a escolha de Indaiatuba baseia-se também no grande número de condomínios e loteamentos fechados existentes no município. Freitas (2008), ao realizar o levantamento do número de empreendimentos residenciais fechados na RMC no início dos anos 2000, apurou a existência de 32 empreendimentos deste tipo na cidade (até 2007). Quase uma década depois, Ribeiro (2015) contabilizou 66 condomínios e loteamentos fechados já consolidados e cinco em processo de instalação, que naquela época ocupavam mais de 6% de todo o território municipal. Além disso, a autora apurou que grande parte dos empreendimentos era direcionada à população de alta renda, ostentando inúmeros aparatos de lazer, grandes áreas verdes e relativa proximidade com o centro da cidade.

Outro ponto a se destacar é a concentração deste tipo de empreendimento em porções específicas do território. Enquanto os loteamentos mais antigos se concentravam ao leste da Rodovia Santos Dummont, os empreendimentos mais recentes se aglomeravam na extremidade noroeste da mancha urbana, em direção a Monte Mor, área que ainda era pouco povoada, mas de localização próxima ao centro da cidade e a importantes avenidas do município (RIBEIRO, 2015). Ainda sobre Indaiatuba, apesar de ter sido um município de grande atratividade aos migrantes que chegavam à região nas décadas de 1970 e 1980, seu crescimento demográfico ainda se mostra relativamente importante, como observado no Mapa 1, considerando o arrefecimento dos fluxos migratórios externos e de longa distância ocorrido a partir dos anos 1980.

Mesmo com a manutenção do crescimento populacional, a porcentagem de domicílios com alta renda *per capita* se mantém alta desde a década de 1990 (CUNHA; FALCÃO, 2017), podendo ser indicativo de que parte da população que chegou ao município na virada do século é composta por pessoas de rendimentos mais elevados. Essas pessoas mantêm, assim, uma proporção de 5 a 10% dos domicílios do município com alto rendimento *per capita*. Segundo Nascimento (2013), a população indaiatubana é bastante heterogênea, mas o intenso crescimento demográfico mais recente se passa em um espaço urbano cada vez mais segregado, em uma oposição entre bairros populares e condomínios e loteamentos fechados.

O mesmo é encontrado para Jaguariúna em relação à concentração de domicílios de alto rendimento *per capita*. Contudo, a dinâmica migratória deste município é bastante diferente daquela observada em Indaiatuba, pois o município não teve importantes acréscimos populacionais nas décadas de 1970 e 1980. Por outro lado, Jaguariúna também se destaca quanto ao crescimento populacional nas últimas décadas. Estes dados serão apresentados no próximo item, que descreverá os dois municípios mais detalhadamente, mas é importante adiantar que, além de apresentar crescimento superior a 4% ao ano no período entre 2000 e 2010 (CUNHA; FALCÃO, 2017), mais de 70% deste incremento se deve à migração (DOTA, 2015).

O crescimento populacional e o peso relativo da migração deste incremento demográfico foram cruciais para a escolha de Jaguariúna como objeto de interesse deste estudo. Segundo Cunha e Falcão (2017, p. 12), Jaguariúna certamente teve seu crescimento favorecido pelo surgimento de condomínios fechados. Os autores concluem também que o município apresenta alto percentual de ocupação por casas. Sabe-se que este tipo de residência é comum tanto nos extratos de mais baixa renda, que formam a periferia

tradicional, quanto pelas camadas mais abastadas, que se concentram nas “novas periferias” (CUNHA, 2016).

Sua localização é valorizada devido à presença de universidades e instituições de pesquisa, grandes centros de consumo e indústrias de alta tecnologia (NASCIMENTO, 2013). Assim, corrobora-se a hipótese de que Jaguariúna se insere no eixo de expansão das “novas periferias” metropolitanas da RMC, onde reside a parcela com os níveis de renda mais altos, e pode vir a se unir à “cordilheira da riqueza” (CUNHA, 2006), fortalecendo a homogeneidade desta área. No caso de Indaiatuba, por estar próxima à área identificada como “cordilheira da pobreza”, a presença de um alto número de pessoas de alto poder aquisitivo pode ser indicativo da quebra da homogeneidade deste espaço e do despontar de uma área semelhante àquela onde se concentram os maiores percentuais de pessoas de alto rendimento da região.

Partindo do pressuposto de que a atratividade do município não é aleatória, mas sim “resultado de dinâmicas econômicas, políticas e sociais que modificam não apenas o volume e a estrutura da população, mas impacta no uso do espaço e das infraestruturas nele instaladas” (DOTA, 2015, p. 83), daqui em diante serão apresentados aspectos considerados importantes no desenvolvimento histórico, econômico, urbano e demográfico dos municípios em questão e que influenciaram ou influenciam no papel desempenhado por eles no contexto da RMC. Cabe lembrar que, para tanto, admite-se a hipótese de que estas cidades são atrativas à população economicamente mais abastada e, conseqüentemente, às suas preferências de autosegregação, fato que será investigado no transcorrer do próximo capítulo.

2.2 O desenvolvimento de Indaiatuba e Jaguariúna: uma breve introdução

As cidades de Indaiatuba e Jaguariúna tiveram sua gênese no século XVIII, como local de passagem e pouso de tropas a caminho do sul do país em direção às regiões mineradoras de Mato Grosso e Goiás, a primeira conhecida como *Indaiatyba* ou *Cocais* e a segunda como *Pouso de Jaguary*. Nesse tempo, os pequenos povoados plantavam apenas para a subsistência, mas aos poucos passaram a cultivar cana-de-açúcar, o que marca o início do crescimento econômico da região e do estado paulista e, conseqüentemente, do crescimento populacional dessas áreas. No entanto, é a produção cafeeira a responsável por alavancar o desenvolvimento sociodemográfico do estado e pelo surgimento das primeiras características semiurbanas destes municípios na primeira metade do século XIX.

Em Jaguariúna, o desenvolvimento urbano teve seu início algumas décadas depois, em 1875, e esteve relacionado à inauguração da *Estação de Jaguar*, que foi instalada na fazenda do Coronel Amâncio Bueno²², fazenda Florianópolis, com a função de escoar a produção cafeeira desta e outras fazendas dali e, além disso, auxiliar no transporte de outras mercadorias (RIBEIRO, 2008).

Este não é, no entanto, o núcleo urbano que deu origem ao que hoje é Jaguariúna, pois o fazendeiro Amâncio Bueno projetou e implantou um novo núcleo urbano²³ afastado daquele que se formou espontaneamente entorno da estação ferroviária instalada em suas terras para suprir a necessidade de uma vila, a fim de que alguns rituais fossem realizados nos moldes da Igreja, tal como casamentos, batismos e sepultamentos, que até então eram realizados em Campinas (RIBEIRO, 2008). Assim surgiu a “Villa Bueno”, que foi elevada à condição de *distrito de Paz de Jaguar*, vinculado à Comarca de Mogi Mirim. A emancipação e elevação das vilas para a condição de cidade ocorreu tempos depois, mais especificamente em 1906 para Indaiatuba e 1953 para Jaguariúna.

Outro momento importante no desenvolvimento dos municípios foi a industrialização, ou sua aceleração. Como destacado anteriormente, ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970 a desconcentração industrial da capital em direção ao interior do estado de São Paulo, que permitiu que empresas instalassem unidades de produção em cidades mais distantes, onde fosse economicamente mais vantajoso. Nesse período, Indaiatuba recebeu muitas indústrias e, em consequência disso, houve um importante crescimento populacional e urbano ocasionado pela chegada de migrantes do campo e de outros estados.

O crescimento do núcleo urbano central foi mantido, mas um novo núcleo habitacional surgiu em uma área mais afastada, para além da linha férrea e ao longo da Rodovia Santos Dummont (SP-75), destaca Alves (2002). Este novo bairro, chamado Jardim Morada do Sol, cresceu de forma acelerada e desordenada, principalmente no decorrer da década de 1960. No final da década, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Indaiatuba (PDDI), implantado em 1960 e assinado pelo arquiteto e urbanista

²² Apesar de a Estação Jaguar ter sido instalada em terras particulares, sua construção é uma iniciativa da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que foi fundada em 1872. O trecho que liga Campinas à Jaguariúna foi o primeiro a ser inaugurado.

²³ Na área destinada ao empreendimento são implantadas trinta e nove quadras, todas numeradas e com metragem previamente definida. No ponto central, para o qual está prevista a construção da Igreja, o local foi minuciosamente escolhido, levando em consideração o crescimento urbano e a proteção em relação a possíveis inundações. Na região envoltória, estava definido o traçado e a localização de quinze ruas e três praças [...] neste caso, o proprietário opta por vincular os nomes dos primeiros arruamentos aos de sua família e de pessoas próximas. Em paralelo ao empreendimento, criam-se condições. Em realidade, [...] a julgar pelas evidências, Bueno tem início em 1889 e é a primeira edificação existente na 'Villa Bueno'. Aos poucos, além das onze residências, outras edificações e estabelecimentos comerciais são construídos (RIBEIRO, 2008, p. 82).

Jorge Wilhelm, não conseguia mais ordenar o crescimento urbano do município (RIBEIRO, 2015).

No ano de 1969, criou-se a Zona de Predominância Industrial na tentativa de organizar o crescimento industrial, mas ela se esgotou num período de quatro anos, tornando necessária a instalação de uma nova área para esse fim, o Distrito Industrial, mais distante do centro urbano e com vantagens de acessibilidade, preço da terra e maior possibilidade de parcelamento da terra, que antes era limitado devido à proximidade ao centro tradicional (ARAÚJO, 2015). Com isso, em 1980 a cidade já possuía 422 indústrias que, juntas, empregavam mais de 12 mil pessoas (KOYAM; CERDAN, 2011).

A localização e a proximidade de importantes vias de acesso foram cruciais para o acelerado desenvolvimento de Indaiatuba na segunda metade do século XIX. Posteriormente, a cidade recebeu importantes rodovias que facilitaram ainda mais seu acesso à capital paulista, a cerca de 90 km de distância, como a Rodovia Santos Dummont (SP-75), que a interliga ao complexo rodoviário Anhanguera (SP-330)/Bandeirantes (348) e ao aeroporto de Viracopos, inaugurado em 1960, que fica 13 km distante da cidade.

Jaguariúna também está localizada próxima à cidade de São Paulo (aproximadamente 130 km) e é interligada ao mesmo importante complexo rodoviário que Indaiatuba, através da Rodovia Campinas Mogi-Mirim (SP-340). No entanto, seu desenvolvimento industrial, urbano e demográfico ocorreu de forma bem menos acelerada e mais contida que no caso anterior. Até 1950, a economia do município se baseava na agricultura, mas a inauguração de uma estação ferroviária nova e maior favoreceu a chegada de novos estabelecimentos industriais (RIBEIRO, 2008).

A partir da década de 1960 houve um importante crescimento demográfico. Tanto a população rural quanto a urbana duplicaram de tamanho, mesmo assim seus tamanhos eram pequenos e a população rural ainda era maior que a urbana: 6.041 habitantes da área rural e 2.069 em área urbana. Na intenção de atrair indústrias e modificar o perfil econômico da cidade, que até então era baseado predominantemente na agricultura e pecuária, a administração da época investiu em infraestrutura, como o asfaltamento de algumas vias e o aumento da capacidade de abastecimento de energia elétrica (RIBEIRO, 2008).

Mesmo assim, foi apenas na década de 1980, com a instalação de um distrito industrial, que empresas de grande porte se instalaram na cidade – Companhia Antártica, Cargil e Johnson & Johnson – e deram início a um processo de reestruturação e crescimento em Jaguariúna. Mas, como destaca Ribeiro (2008), o pleno desenvolvimento ocorreu apenas

na década de 1990, quando a cidade se estabeleceu como vantajosa às empresas, algumas de alta tecnologia.

Na década de 1980 Indaiatuba já havia se consolidado como importante núcleo industrial e recebia grandes fluxos migratórios, que resultaram em uma população de 56 mil habitantes, quase o dobro daquela do início dos anos 1970. No decorrer dos anos 1980, o incremento demográfico, além de persistir, foi de quase 100%; o censo demográfico de 1991 contabilizou uma população de mais de 100 mil habitantes.

Jaguariúna, por outro lado, recebia suas primeiras grandes indústrias, mas ainda era demograficamente pequena e pouco urbanizada. Segundo dados da Fundação SEADE (2018), a população rural no início da década de 1980 representava quase 40% de toda a pequena população jaguariunense, que era de aproximadamente 15 mil habitantes.

Ainda que em escalas e contextos socioeconômicos muito distintos, as últimas décadas do século passado, assim como o início do século XXI, foram de grande importância para a evolução e o crescimento urbano dos municípios de Indaiatuba e Jaguariúna. No contexto do amplo processo de redistribuição espacial da população na RMC, ambas se destacaram pela manutenção de altas taxas de crescimento populacional, pelos significativos fluxos migratórios que atraíram e pelo elevado número de condomínios e loteamentos fechados construídos nas últimas décadas.

Nos capítulos que se seguem tentaremos compreender como estes municípios se relacionam com a dinâmica populacional ocorrida nos últimos 20 anos na RMC, ou seja, sua inserção regional no processo de redistribuição populacional caracterizada pela intensificação da migração intrametropolitana.

CAPÍTULO 3 – INDAIATUBA E JAGUARIÚNA EM NÚMEROS: DINÂMICA DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

Indaiatuba e Jaguariúna fazem parte da Região Metropolitana de Campinas e compõem a dinâmica sociodemográfica regional, como descrito anteriormente. São parte ativa das recentes mudanças sofridas no processo de urbanização das metrópoles brasileiras e, conseqüentemente, da RMC. Uma característica marcante do período mais recente deste processo é a resignificação, ou a reestruturação, das periferias metropolitanas, que deixaram de ser unicamente habitadas pela população mais pobre e passaram a receber moradores de maior poder aquisitivo, assim como aparatos urbanos e infraestruturas voltadas a estes novos habitantes. Assim, os fluxos migratórios intrametropolitanos se dão de forma centrífuga, ou seja, do centro para a periferia.

Parte-se da premissa de que os condicionantes da migração geram certa seletividade demográfica e econômica (CUNHA, 2015). Segundo Farias (2018), esta seletividade é hierarquizada, de modo que a escolha por migrar é:

[...] mais frequente para as categorias superiores, nas quais as rendas e os recursos sociais permitem escolhas mais amplas. Por sua vez, é mais difícil e menos frequente para as classes populares, que estão ou constringidas pelas regras de acesso às habitações sociais, ou dependentes do mercado de aluguel de baixa qualidade, que tende a se reduzir, ou são proprietárias nos segmentos menos demandados do mercado, geralmente mais distantes, nas periferias pobres e favelas.

Logo, a dimensão sociodemográfica é parte intrínseca do processo de produção e reprodução do espaço, em boa medida influenciada pela migração, que tende a reforçar diferenças socioespaciais do território, implicando em fenômenos como a segregação, como abordado no Capítulo 1.

Em relação à segregação socioespacial na RMC, destacou-se anteriormente a tendência de concentração da população mais abastada em uma determinada área da região, a “cordilheira da riqueza”. A mesma tendência é encontrada para a população de baixa renda, que se concentra no que foi denominado “cordilheira da pobreza”. Pode-se dizer que, nesse contexto de “cisão” socioterritorial existente na região, Indaiatuba e Jaguariúna estariam mais ligadas à formação e consolidação da “cordilheira da riqueza”, muito embora não se possa negar que nestas cidades também existem áreas de concentração de pessoas de mais baixa renda, ainda que em zonas não contíguas ao município sede, Campinas. Assim sendo, este capítulo se propõe a investigar como estes municípios se relacionam com a dinâmica

populacional descrita acima e como a seletividade migratória contribui para a compreensão desse processo.

De certa forma, o objetivo principal dessa sessão é analisar se Indaiatuba e Jaguariúna podem ser caracterizadas como “novas periferias metropolitanas” (COSTA, 2006) ou “periferias elitizadas” (CUNHA, 2018). Isto é, se nestes municípios, mesmo sendo possível encontrar uma mescla de situações socioespaciais, percebe-se um processo de reforço do caráter cada vez mais “exclusivo” e progressiva homogeneização de certas zonas da RMC em função da intensificação de espaços ocupados por uma população economicamente mais abastada, geralmente caracterizada pela presença de condomínios e loteamentos fechados.

Para tanto, serão expostos alguns dados relevantes para a compreensão do perfil demográfico e socioeconômico destas cidades e, principalmente, da população migrante que fixou residência nas últimas décadas nos municípios em questão. Cabe, antes, fazer alguns esclarecimentos acerca da metodologia utilizada na pesquisa.

3.1 Alguns esclarecimentos metodológicos

No sentido de compreender quais as motivações que levam determinados grupos sociais a migrarem, a escolherem determinados espaços e a se autosegregarem, alguns autores (DOTA, 2015; CUNHA, 1994; SILVA, 2016) salientam a importância de investigar o perfil sociodemográfico dos migrantes. Entretanto, o estudo dos fluxos migratórios no território brasileiro é limitado devido às fontes de dados disponíveis que permitem mensurar este fenômeno.

As Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) e os censos demográficos²⁴ são alguns dos levantamentos mais conhecidos e utilizados, mas cada um deles tem suas próprias limitações. As PNADs, por exemplo, permitem um nível de desagregação dos dados menor que o dos Censos. A representatividade de sua amostra não permite conhecer a realidade dos municípios e das regiões dentro dos estados – com a exceção de algumas regiões metropolitanas (CUNHA et al., 2006). Esta limitação resulta em uma perda significativa, pois, apesar de se tratar de uma pesquisa de fluxo contínuo, ela permite um acompanhamento mais robusto apenas para determinadas escalas geográficas.

Apesar da incontestável importância das PNADs, Souza e Brito (2008) destacam os censos demográficos como as principais fontes de dados demográficos para os pesquisadores brasileiros. Dentre as características que os diferenciam está a forma de coleta

²⁴ Ambos as pesquisas domiciliares são realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

dos dados, que é realizada através de dois questionários diferentes, o Questionário Básico do Universo e o Questionário da Amostra.

O primeiro traz um conjunto de perguntas mais simplificado, que é aplicado em todos os domicílios, com questões direcionadas aos responsáveis pelos domicílios e aos demais moradores, abrangendo temas como idade, sexo, educação, renda e características gerais do domicílio. Os dados coletados são agregados em nível de setor censitário - que é a área de responsabilidade de cada recenseador e constitui a menor unidade de desagregação dos dados do ponto de vista espacial (CUNHA; FALCÃO, 2017). Apesar disso, essas informações são disponibilizadas apenas como uma média dos setores, por questões de privacidade, portanto não são desagregáveis ao nível do indivíduo (CANETTIERI, 2014).

Os dados coletados a partir do Questionário Amostral são mais abrangentes. Suas questões tratam de temas (além daqueles abordados no Questionário do Universo) como deficiências físicas ou mentais, tempo de moradia no município, locais de residência anterior, anos de estudo, estado civil, informações sobre filhos, atividades e rendimentos econômicos, além de outras informações sobre os domicílios, como infraestrutura e a existência de determinados bens duráveis. Essas informações são desagregáveis ao nível das áreas de ponderação, que são definidas espacialmente pela agregação de alguns destes setores. A aplicação do questionário amostral é realizada em apenas uma porcentagem – uma amostra, como o próprio nome indica – dos domicílios e estes dados servem como uma estimativa das informações do todo da população.

Devido a sua abrangência temporal e espacial, além das diversas possibilidades analíticas, os censos demográficos de 2000 e 2010 foram as fontes de dados mais utilizadas neste trabalho, mas não as únicas. Dentre as demais fontes utilizadas estão as séries históricas da Fundação SEADE, que disponibiliza dados sobre os municípios paulistas em diversas temáticas, como população, educação, habitação, entre outras, além de permitir a consulta das informações em diferentes recortes temporais e espaciais. Em outros momentos foram utilizados dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), além de informações obtidas junto às prefeituras municipais dos municípios analisados.

Sobre os censos demográficos é preciso sublinhar que, embora essa base de dados possibilite o cruzamento entre diversas variáveis sociodemográficas, principalmente aquelas obtidas através do questionário amostral, pode haver limitações, em sua maioria relacionada ao tamanho da amostra. Segundo Farias (2018, p. 133), para evitar possíveis erros ao trabalhar com a população migrante ou outros grupos menos volumosos, deve-se ter cuidado com alguns resultados, principalmente aqueles mais reduzidos, pois, nesses casos, “variáveis com

muitas categorias de análise podem extrapolar os limites do coeficiente de variação da amostra para aquela localidade, inviabilizando seu aproveitamento para análise”. Por isso optou-se por não realizar cruzamentos das variáveis sociodemográficas para grupos muito restritos, grupos etários ou escolaridade de chefes de domicílio por modalidade migratória, como será notado mais adiante.

Para comparar as características dos migrantes mais recentes e da população não migrante, como veremos mais adiante, consideraremos nessa categoria as pessoas que migraram há mais de cinco anos e os naturais do município considerado. Foram observadas as relações entre a migração e determinadas variáveis sociodemográficas a partir do cruzamento de variáveis. Para isso, foi necessário definir primeiro quem são estes migrantes, uma vez que os dados do censo demográfico (a base de dados utilizada neste primeiro momento) permitem diversas possibilidades para a definição destes indivíduos²⁵.

A primeira variável refere-se às pessoas não naturais do município em que residem na data do censo, no entanto, essa informação não permite que se precise o momento de chegada destes indivíduos. Portanto, o uso desta variável impossibilitaria ou dificultaria a compreensão das dinâmicas migratórias mais recentes, pois grande parte dos não naturais – aqueles que migram há mais tempo – já estariam estabilizadas e apresentariam um comportamento semelhante ao do não migrante (DOTA, 2015).

Outra possibilidade são os migrantes de “data fixa²⁶”, que são aqueles que residiam em outro município desde cinco anos antes da data de referência do recenseamento. Esta forma de classificação, uma das mais utilizadas nos censos demográficos, considera apenas os migrantes mais recentes, ou seja, aqueles que migraram há, no máximo, cinco anos. A terceira possibilidade que os dados censitários nos permitem é considerar como migrante todos aqueles que declaram haver residido anteriormente em outro município, mais conhecido como “última etapa”. Através desta informação são captados todos aqueles que migraram até dez anos antes da data de referência censitária e que apresentaram um município de residência distinto daquele em que foi recenseado. Este quesito apresenta algumas limitações; em particular, o fato de que esta informação não foi captada no censo de 2000. Segundo Rigotti (2011), embora ainda seja possível agregar informações sobre a origem dos migrantes em nível de UF, esta perda é limitante e compromete muitos estudos, pois os fluxos migratórios

²⁵ Para maiores detalhes ver, por exemplo, Rigotti (2011).

²⁶ O quesito “data fixa” se refere ao local de residência no início do período estipulado; o quesito de última etapa, por outro lado, se refere ao local de residência anterior a última migração realizada (RIGOTTI, 2011).

no Brasil no final do século passado foram muito mais regionalizados que nas décadas de 1950 a 1980, e esse tipo de movimento não pode ser identificado.

Não podemos deixar de considerar que a descontinuidade, em alguns outros quesitos ao longo dos censos, dificulta certas comparações. O quesito data-fixa, por exemplo, foi incluído no questionário apenas no ano de 1991, considerando o recenseamento mais completo até então em relação à migração (RIGOTTI, 2011). Tomando em conta que esta pesquisa tem como recorte temporal as mudanças mais recentes ocorridas nos municípios de Indaiatuba e Jaguariúna, que decorrem do atual processo de redistribuição espacial da população, optou-se por utilizar os censos de 2000 e 2010 neste capítulo e, em especial, a definição de migrantes segundo o critério da informação sobre “data-fixa”. Sendo assim, para efeitos desse estudo, o “migrante recente” será aquele que cinco anos antes do censo residia em município distinto daquele onde foi recenseado.

As informações sobre a população migrante “data fixa” serão comparadas aos dados referentes aos não-migrantes, que consideram tanto os migrantes não recentes – aqueles que migraram há mais de cinco anos – quanto os habitantes naturais dos municípios considerados. Optou-se por essa forma de análise porque, como observado anteriormente, espera-se que os migrantes mais antigos apresentem um comportamento semelhante ao dos não migrantes (DOTA, 2015).

Além da possibilidade de se medir volume, intensidade e origem da migração mais recente, o uso do censo também permite realizar uma caracterização sociodemográfica da migração e da população total para, posteriormente, tentar relacionar tais perfis às recentes alterações no espaço urbano dos municípios estudados. Para a realização dos cruzamentos das características sociodemográficas, optou-se por selecionar apenas os “responsáveis pelo domicílio”. Esta opção se deve ao fato de as características dos migrantes serem passíveis de sofrerem efeitos de seus filhos. Além disso, de acordo com Rigotti (2011), ao ter como referencial o responsável pela família é possível abarcar a origem migratória dos demais membros da família.

3.2 O crescimento populacional e o desenvolvimento urbano

Como descrito anteriormente, a década de 1980 foi um momento de ruptura no acelerado ritmo de crescimento que a Região de Campinas vinha demonstrando desde a década de 1950. A taxa de crescimento populacional anual, que se mantinha próxima a 6% no início da segunda metade do século, caiu para 3,5% no período entre 1980 e 1991 e permaneceu apresentando valores cada vez menores nas décadas seguintes.

Ainda assim, a região apresentava importante capacidade de crescimento interno, ou seja, os municípios ainda teriam importantes incrementos populacionais a partir da migração de pessoas de outros municípios da própria região. Além disso, as demais modalidades migratórias não cessaram completamente. Como já citado, o trabalho de Cunha (2018) aponta que o crescimento exógeno ainda é de grande importância para o incremento populacional das regiões metropolitanas do país. A partir desta dinâmica, Indaiatuba e Jaguariúna absorveram parte importante do crescimento proporcionado pelo processo interno de redistribuição populacional e também parte dos fluxos migratórios externos à região. Desse modo, os municípios em questão mantiveram taxas relativamente altas de crescimento.

Na Tabela 2, a seguir, é possível observar a evolução das populações rurais, urbanas e totais, assim como as taxas de crescimento populacionais de Indaiatuba, Jaguariúna e da RMC no período de 1980 a 2018. Nota-se que os municípios em questão apresentaram taxas de crescimento da população total superiores às da RMC e da cidade de Campinas, embora com tendências a uma desaceleração.

Em relação à população da área rural, em Indaiatuba esta diminuiu continuamente, assim como nos demais casos expostos na tabela. O mesmo ocorreu com as taxas de crescimento para esta população. O que não passa despercebido é que, na década de 1990, a taxa geométrica de crescimento da população rural indaiatubana chegou a um valor negativo de 14%. Isso não significa apenas o aumento do volume de pessoas que deixaram a área rural e se mudaram para a área urbana, uma vez que neste caso houve consecutivas alterações no zoneamento do município. Por isso, muitos domicílios que antes eram contabilizados como parte da zona rural passaram, a partir destas mudanças, a se localizar em área urbana, assim como seus moradores²⁷. Trata-se do chamado “efeito de reclassificação”, que, embora seja comum para explicar parte do “crescimento” da população urbana de muitos municípios, em geral é ignorada nas análises sobre a dinâmica demográfica por situação de domicílio.

²⁷ Lei n. 2.635/1990; Lei n. 2.726/1991; Lei n. 2.829/1992; Lei n. 3.085/1993, que dispõem sobre a delimitação do perímetro urbano de Indaiatuba.

TABELA 2 – População residente e Taxa Geométrica de crescimento anual da população (em % a. a.). Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e RMC – 1980-2018

Local	Situação de domicílio	População residente					Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%)			
		1980	1991	2000	2010	2018*	1980/1991	1991/2000	2000/2010	2010/2018
Campinas	Urbana	589.310	820.203	952.003	1.060.584	1.139.015	3,05	1,67	1,09	0,90
	Rural	72.682	23.313	16.157	18.556	19.929	-9,82	-3,99	1,39	0,90
	Total	661.992	843.516	968.160	1.079.140	1.158.944	2,23	1,54	1,09	0,90
Indaiatuba	Urbana	48.051	90.903	144.228	199.067	233.592	5,97	5,26	3,27	2,02
	Rural	7.680	9.046	2.302	2.022	2.372	1,50	-14,11	-1,29	2,02
	Total	55.731	99.949	146.530	201.089	235.964	5,45	4,34	3,22	2,02
Jaguariúna	Urbana	9.208	18.132	25.756	42.888	52.012	6,35	3,98	5,23	2,44
	Rural	5.885	6.687	3.777	1.274	1.006	1,17	-6,15	-10,30	-2,91
	Total	15.093	24.819	29.533	44.162	53.018	4,63	1,95	4,11	2,31
RMC	Urbana	1.233.919	1.919.841	2.264.719	2.721.147	3.047.393	4,10	1,85	1,85	1,43
	Rural	165.612	99.488	68.269	71.708	75.787	-4,53	-4,10	0,49	0,69
	Total	1.399.531	2.019.329	2.332.988	2.792.855	3.123.180	3,39	1,62	1,82	1,41

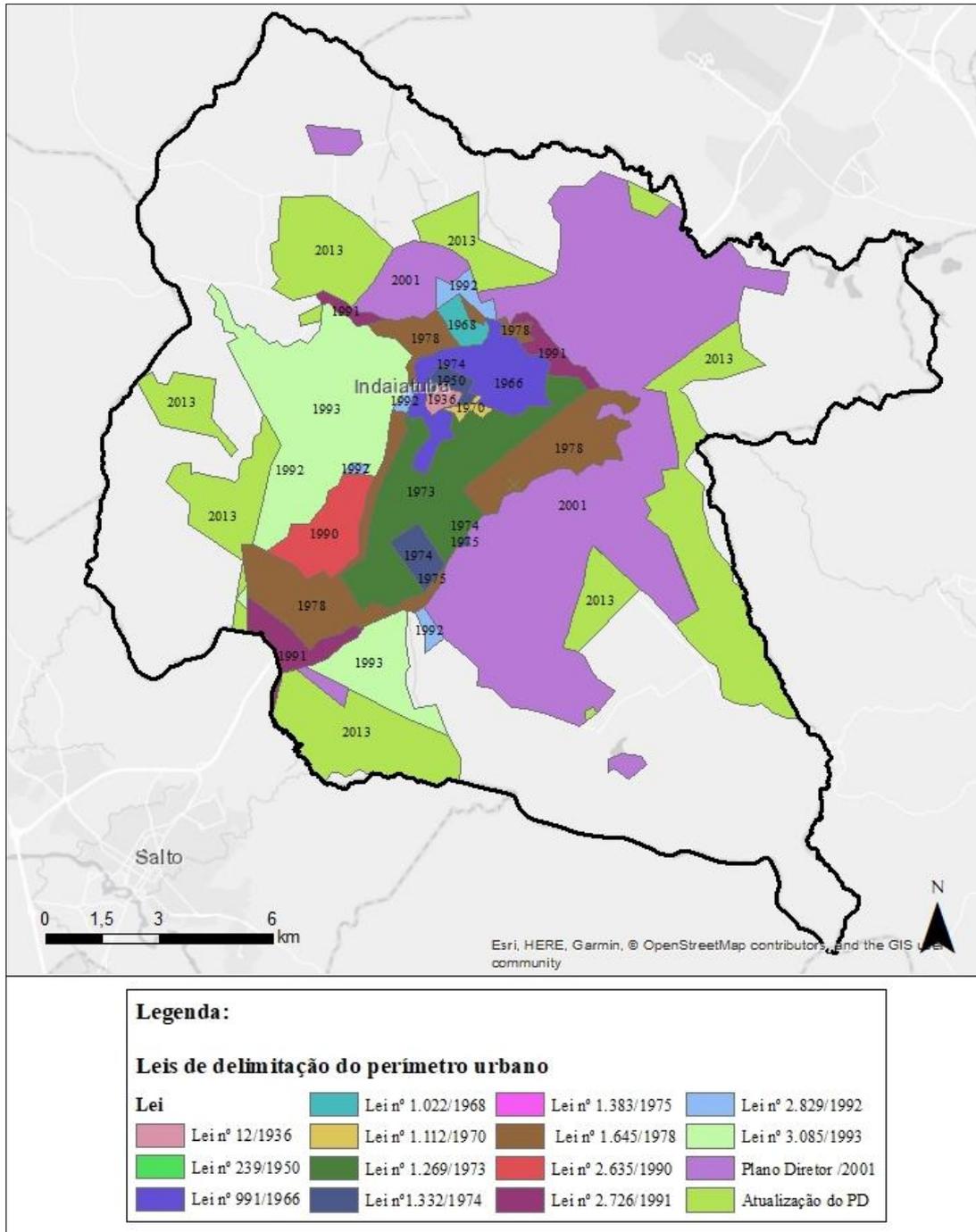
Fonte: Fundação SEADE. Elaboração da autora.

* Projeção populacional (IBGE, 2018).

No Mapa 5 podemos observar a evolução do perímetro urbano de Indaiatuba de acordo com as leis que os instituíram e seus respectivos anos. Foram contabilizadas 15 alterações nos limites urbanos municipais, das quais seis ocorreram ao longo dos anos 1970 e quatro na década de 1990. É importante salientar que uma das alterações realizadas na década de 1990 contempla o bairro Jardim Morada do Sol (Mapa 6), que era, e ainda é, o bairro mais populoso da cidade. Segundo Lourencini (2016), em seu 36º aniversário, em 2016, o bairro tinha 70 mil habitantes e 20 mil residências, o que representava cerca de um terço da população indaiatubana. A inclusão de um bairro deste porte – em área e população – no perímetro urbano, portanto, justifica a grande “perda” populacional da zona rural do município.

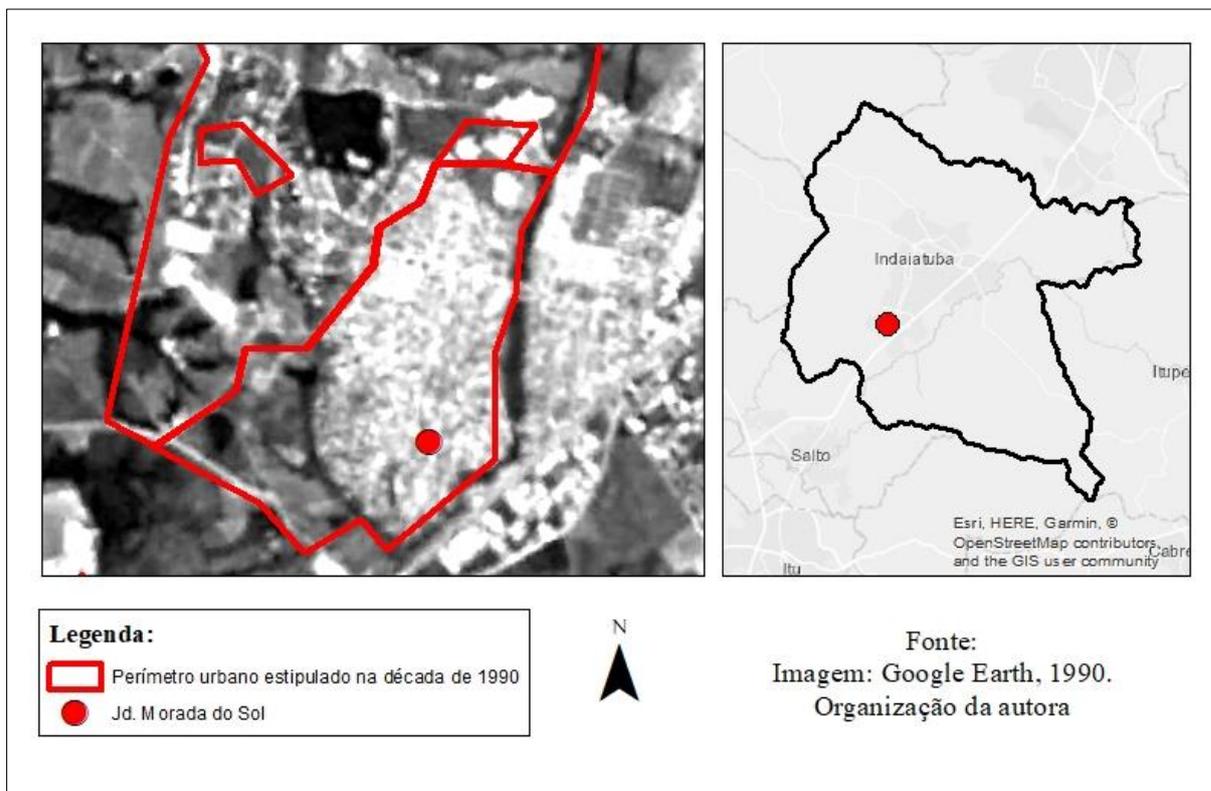
Na Tabela 3, que apresenta o número de domicílios por situação (rural ou urbana), podemos observar que o número de domicílios rurais em Indaiatuba, entre 1991 e 2000, diminuiu bruscamente, passando de 2.174 para 559, o que está de acordo com o incremento populacional da população urbana no mesmo período, que foi de 53 mil habitantes (Tabela 2).

MAPA5 – Leis de delimitação do perímetro urbano. Indaiatuba – 1936/2013



Fonte: Prefeitura Municipal de Indaiatuba (2018). Organização própria.

MAPA 6 – Alterações do perímetro urbano estipuladas na década de 1990 em imagem aproximada do bairro Jardim Morada do Sol. Indaiatuba, 1990



Fonte: Google Earth (1990); Prefeitura Municipal de Indaiatuba (2018). Organização própria.

TABELA 3 – Número de domicílios particulares permanentes por tipo rural ou urbano. Municípios selecionados. Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e RMC – 1980-2010

Local	Tipo de domicílio	Período				Crescimento absoluto		
		1980	1991	2000	2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Campinas	Urbanos	138.605	217.936	279.338	343.015	79.331	61.402	63.677
	Rurais	15.186	5.200	4.108	5.253	-9.986	-1.092	1.145
	Total	153.791	223.136	283.446	348.268	69.345	60.310	64.822
Indaiatuba	Urbanos	10.904	22.914	39.756	60.732	12.010	16.842	20.976
	Rurais	1.600	2.174	559	561	574	-1.615	2
	Total	12.504	25.088	40.315	61.293	12.584	15.227	20.978
Jaguariúna	Urbanos	2.073	4.651	6.994	13.182	2.578	2.343	6.188
	Rurais	1.215	1.351	975	363	136	-376	-612
	Total	3.288	6.002	7.969	13.545	2.714	1.967	5.576
RMC*	Urbanos	.	.	641.940	850.517	.	.	208.577
	Rurais	.	.	17.579	20.954	.	.	3.375
	Total	.	.	659.519	871.471	.	.	211.952

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração própria.

*Valores anteriores a 2000 ausentes.

Algo semelhante pode ser observado para Jaguariúna. Os dados apontam um ritmo de crescimento populacional alto e um decréscimo menos acelerado das taxas relativas à população rural (Tabela 2). Os maiores valores de redução da população rural ocorrem na

década seguinte ao observado em Indaiatuba, anos 2000, além de este valor se manter negativo nos anos seguintes, o que não ocorre no outro município estudado nem na RMC. O mesmo é observado para o número de domicílios rurais, que sofre maior diminuição na década de 2000 (Tabela 3).

No caso de Jaguariúna, também há relação com as Leis de Delimitação do Solo, pois em dezembro de 2004 foi promulgada a Lei Complementar n. 97, que define novo parcelamento do uso e ocupação do solo na cidade. Foram aumentados o perímetro urbano e a área de expansão urbana, alterando o que era até então definido pela Lei nº 708 de 1985²⁸. Além disso, Jaguariúna passou por um desmembramento no início dos anos 90, assim como Artur Nogueira, Cosmópolis e Santo Antônio de Posse, dando origem ao município de Holambra²⁹. Segundo Montali et al. (2010, p. 122), há certa dificuldade em avaliar o impacto do desmembramento no crescimento populacional dos municípios envolvidos³⁰, devido à “dificuldade de reconstituição da população”. Entretanto, os dados apresentados nas Tabelas 2 e 3, oriundos da Fundação SEADE, já consideram este desmembramento.

Observando a Tabela 2 podemos notar que a década de 1990, na qual se deu a divisão territorial, também foi a de menor crescimento da população total de Jaguariúna no período considerado – 3,9% ao ano. Na década anterior, assim como nos anos 2000, o crescimento demográfico registrado foi de 6,3% e 5,2%, respectivamente. Então, podemos inferir que o desmembramento refletiu na dinâmica e no tamanho populacional de Jaguariúna. Adiante veremos ainda que os fluxos migratórios também sofreram reflexos do desmembramento.

Outro indicativo do descompasso no desenvolvimento entre ambas as cidades é o grau de urbanização³¹. Os dados da Tabela 4 mostram que a proporção da população urbana de Jaguariúna é bem menor que da RMC, do município sede e de Indaiatuba. Em 1991, 76,4% da população de Jaguariúna era urbana, enquanto em Indaiatuba esta cifra já ultrapassava 90%, valor ainda menor que o da RMC, que na época tinha 95% de sua população em situação urbana.

²⁸ A Lei n. 708 de 1985 havia sido alterada anteriormente, mas esta foi a primeira mudança mais abrangente desde então.

²⁹ O município de Holambra foi criado pela Lei 7664, de 30/12/1991, que homologou também a criação dos municípios de Hortolândia e Engenheiro Coelho.

³⁰ Todos os municípios que participaram do desmembramento tinham menos de 50 mil habitantes (MONTALI et al., 2010).

³¹ Grau de urbanização é um indicador que representa o percentual da população que reside em áreas urbanas, ou seja, seu valor deve ser interpretado como o percentual de pessoas residentes em áreas urbanas em relação ao total populacional do espaço considerado. Tem como uso principal a mensuração do processo de urbanização de um determinado espaço ou território (IDB, 2012).

TABELA 4 – Grau de urbanização (%). RMC, Campinas, Indaiatuba e Jaguariúna – 1991, 2000 e 2010

Local	1991	2000	2010
Campinas	97,3	98,3	98,3
Indaiatuba	91,0	98,4	99,0
Jaguariúna	76,4	87,2	97,1
RMC	95	97,1	97,4

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração própria.

Na década seguinte, a diferença entre o grau de urbanização de Jaguariúna e da RMC passa a ser de apenas 10%. Isso significa que, enquanto a população urbana da RMC apresentou apenas dois pontos percentuais de incremento – de 95 para 97% –, na população urbana jaguariunense esse incremento foi de 10%. Neste mesmo período Indaiatuba também apresentou dados importantes: a população urbana, que antes representava 91% da população total do município, chegou a 98,4%, valor superior à RMC e semelhante à cidade de Campinas, que já tinha grau de urbanização superior a 97% na década de 1990.

Nos anos 2000, o grau de urbanização de Jaguariúna chega a 97,1%, quase se igualando ao valor total da RMC, que é de 97,4%. Indaiatuba apresenta grau de urbanização superior ao da cidade sede. Destaca-se, então, o acelerado crescimento do grau de urbanização do município de Jaguariúna no decorrer de três décadas. Como observado há pouco, ao apresentarmos as alterações no perímetro urbano dos municípios, esta determinação tem muito mais a ver com decisões políticas do que realmente com a disponibilidade de condições de urbanidade.

O interesse em aumentar a disponibilidade de terras urbanas é principalmente econômico. O custo de vida rural é reduzido em comparação ao urbano, assim como o custo das terras nesses locais (REIS FILHO, 2006). Segundo Marins (2017), o mercado imobiliário modificou sua dinâmica de atuação a partir da percepção de algumas mudanças no padrão de consumo nas metrópoles nos anos 2000, aumentando a demanda por terras urbanas em decorrência da maior procura por parte da população de alta renda em busca de áreas de lazer e/ou segunda residência, dos investimentos públicos em melhorias de infraestrutura em áreas periféricas e das indústrias prestadoras de serviço à procura de terras não agrícolas, que são mais viáveis para sua instalação.

Além do crescente processo de urbanização pelo qual passaram Indaiatuba e Jaguariúna – esta última de forma mais intensa e acelerada – nas últimas três décadas, chama a atenção a manutenção das altas taxas de crescimento populacional mantidas pelos

municípios, como abordado no início deste tópico. Falta compreender, então, a que se deve tal crescimento.

3.3 O peso da migração no incremento populacional

Conforme enunciado anteriormente, os municípios de Indaiatuba e Jaguariúna apresentaram taxas de crescimento anual superiores às da RMC e da cidade sede no período marcado pela reestruturação produtiva e suas já comentadas consequências. Estas taxas mantiveram-se mais elevadas inclusive nas décadas de 1990 e 2000, período de maior interesse para este estudo, quando os fluxos migratórios externos se arrefeceram e a migração intrametropolitana se intensificou.

É sabido que o crescimento populacional de uma determinada população é produto do componente vegetativo (ou natural) e da migração. Segundo Farias (2018), em suas considerações sobre o crescimento metropolitano, nas décadas mais recentes a componente natural apresentou pouca variação, ao passo que a componente migratória passou a operar como o principal mecanismo do processo de periferização.

Em análise sobre a participação destas duas componentes no crescimento populacional da RMC, Cunha e Falcão (2017) relacionam a redução do crescimento demográfico da região à retração da migração para a região – de caráter interestadual e intraestadual. Os autores destacam ainda que os municípios que mais sofreram com essas mudanças foram aqueles da “periferia tradicional” (CUNHA, 2018), de maior concentração da população de baixo rendimento econômico. Por outro lado, a migração ainda representa metade do crescimento demográfico da região, como podemos observar na Tabela 5.

Apesar da importante representatividade da migração para o crescimento populacional da RMC, a distribuição do incremento migratório não se dá de forma uniforme entre todos os municípios da região, como mostram os dados da Tabela 5. Podemos notar que o peso da migração no crescimento populacional na RMC é mais elevado nos municípios do entorno do que na cidade sede. Além disso, nos municípios de Indaiatuba e Jaguariúna a migração tem maior peso no crescimento demográfico do que a média dos demais municípios que compõem a periferia da RMC.

TABELA 5 – Crescimento absoluto, crescimento vegetativo, saldo migratório e peso da migração no crescimento populacional absoluto (%). Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e RMC, 1980-2010

Município	Período	Crescimento Absoluto	Crescimento Vegetativo	Saldo migratório	Peso da migração no crescimento Absoluto (%)
Campinas	1980/1991	181.524	149.755	31.769	17,50
	1991/2000	124.644	96.267	28.377	22,77
	2000/2010	110.717	82.597	28.120	25,40
Indaiatuba	1980/1991	44.218	14.555	29.663	67,08
	1991/2000	46.581	16.327	30.254	64,95
	2000/2010	54.569	17.159	37.410	68,56
Jaguariúna	1980/1991	9.726	3.620	6.106	62,78
	1991/2000	4.714	4.135	579	12,28
	2000/2010	14.714	4.074	10.640	72,31
Demais municípios da RMC	1980/1991	438.274	177.855	260.419	59,42
	1991/2000	349.180	163.254	209.916	60,12
	2000/2010	350.130	145.590	204.540	58,42

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração própria.

O mesmo pode ser observado para o crescimento vegetativo e saldo migratório. Enquanto a cidade sede e os demais municípios da RMC apresentam diminuição do crescimento vegetativo e dos saldos migratórios no decorrer do período apresentado pela Tabela 5, Indaiatuba; e Jaguariúna tiveram incrementos importantes em ambos os aspectos.

É importante lembrar e destacar que, na década de 1990, o município de Jaguariúna passou por um desmembramento, o que resultou em um saldo migratório menos expressivo neste período e, conseqüentemente, em uma menor representatividade da migração para o crescimento absoluto da população – 12,28%. Nesse mesmo período, a migração representou 64,95% do incremento populacional indaiatubano, 2% a menos que na década anterior.

Na década seguinte, Jaguariúna teve um saldo migratório de 10.640 pessoas, o que significou 72,31% do crescimento populacional do município neste período. Em Indaiatuba o saldo migratório foi de mais de 37 mil pessoas, 68,56% do crescimento absoluto.

A componente migratória torna-se ainda mais relevante ao considerarmos a tendência nacional de queda da fecundidade, que tem como principal consequência a diminuição do crescimento natural da população. De forma mais geral, a redução da componente natural de crescimento tem como implicação uma maior representatividade da migração para o incremento demográfico. Nesse sentido, é relevante destacar que a Taxa de Fecundidade Total (TFT) – que é o número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva – de Indaiatuba e Jaguariúna tem sofrido contínua diminuição nas últimas décadas, seguindo a

tendência nacional e da própria RMC. Em ambos os municípios estudados, nos anos 2000 a TFT não alcançava mais o nível de reposição, que é de 2,1 filhos por mulher com idade entre 15 e 49 anos.

3.4 A origem dos fluxos migratórios

Uma vez demonstrada a importância da migração para o crescimento populacional dos municípios de Indaiatuba e Jaguariúna, agora se pode analisar a origem destes migrantes. Dessa forma, pretende-se compreender como os fluxos migratórios mais recentes se assemelham ou se diferenciam socioeconomicamente do restante da população, a fim de que, mais adiante, busque-se entender como isso pode transformar a configuração do espaço urbano.

Esta análise mais esmiuçada da origem dos movimentos migratórios é relevante devido à complexidade deste fenômeno, que tem causas e motivações que podem variar de acordo com a origem ou o destino. Os movimentos migratórios serão categorizados em três modalidades: interestaduais, intraestaduais e intrametropolitanos³². Como a RMC mantém forte relação com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em alguns momentos optou-se por desagregar a categoria intraestadual entre migrantes da RMC, da RMSP e demais municípios do estado.

É necessário destacar que os dados referentes aos fluxos migratórios utilizados a partir de agora se diferenciam dos utilizados no item anterior. Os saldos migratórios intercensitários são estimativas indiretas da migração, obtidas através da diferença entre o crescimento populacional total e o crescimento natural. Os dados sobre os migrantes recentes, por outro lado, consideram os migrantes captados pelo quesito “data fixa”, que contabiliza movimentos migratórios apenas do quinquênio imediatamente anterior à data de referência censitária. Como descrito no início deste capítulo, o quesito de “data fixa” oferece algumas vantagens, dentre as quais está a decomposição segundo categorias migratórias (FARIAS, 2018).

Partindo para a decomposição dos fluxos migratórios de acordo com sua origem, podemos logo destacar que Jaguariúna e Indaiatuba diferem muito em relação à importância dos fluxos intrametropolitanos mais recentes na composição da migração registrada. De acordo com os dados expostos na Tabela 6, essa modalidade representa 9,7% da migração recebida por Indaiatuba no período de 1995 a 2000, e 11% entre 2005 e 2010, valores muito

³² Embora a migração internacional também seja uma modalidade migratória a ser considerada, neste trabalho optou-se por não levá-la em conta, pois estes grupos são muito pequenos.

similares aos registrados pela cidade de Campinas. Já em Jaguariúna, a migração intrametropolitana equivale a 21,6% no primeiro período e 23,1% no segundo, percentuais semelhantes ao encontrado para os demais municípios da RMC.

Em relação à migração intraestadual recente, esta é a modalidade mais relevante em todos os casos apresentados na Tabela 6, reafirmando que, mesmo que em menor volume e intensidade, a imigração externa ainda é importante para o crescimento demográfico da região, tanto na cidade sede quanto nos demais municípios.

Chama atenção, no entanto, o fato de a modalidade intraestadual de imigração ser mais representativa no município de Indaiatuba do que nos demais casos. Entre 1995 e 2000, 61% dos migrantes que chegaram a esta cidade eram de municípios do próprio estado de São Paulo. Por sua vez, em Jaguariúna estes movimentos representavam 51,8%, sendo que em Campinas e nos demais municípios da região tinham ainda menor representatividade, 46% e 45%, respectivamente.

No recenseamento seguinte, Indaiatuba manteve o alto percentual de imigrantes intraestaduais – 58,5%. Jaguariúna, entretanto, apresentou importante diminuição desta modalidade migratória, caindo para 43%. Os fluxos migratórios dessa modalidade para Campinas e os outros municípios da RMC também diminuíram, em 6,4 e 6,9 pontos percentuais, respectivamente.

Finalmente, sobre os fluxos interestaduais, destaca-se sua importância principalmente no município sede, onde representou 43,7% do total de migrantes no primeiro período analisado e 49,4% no período seguinte (Tabela 6). Para os demais casos expostos no gráfico, esta modalidade migratória representa entre 26% e 29% do incremento migratório entre 1995 e 2000, e entre 30% e 33% no período entre os anos 2005 e 2010.

Os resultados expostos na Tabela 6 deixam claro que, além da migração externa ainda ser relevante para o crescimento demográfico da região, ele é a modalidade que mais contribuiu para o crescimento populacional indaiatubano, principalmente a migração intraestadual. Além disso, denota-se que a redistribuição espacial interna da população da RMC tem mais importância para o crescimento dos municípios do entorno da cidade sede, inclusive para Jaguariúna, onde a migração intrametropolitana representa 21,6% do saldo migratório recente do período entre 1995 e 2000 e 23,1% entre 2005 e 2010. Em Indaiatuba, por outro lado, o volume do fluxo migratório desta modalidade é menos representativo, de 9,7% entre 1995 e 2000 e 11% entre 2005 e 2010.

TABELA 6 – Imigração recente (data-fixa) por modalidade migratória. Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e demais municípios da RMC – 1991/2000 e 2000/2010

Modalidade migratória (%)	Município de residência			
	Indaiatuba		Jaguariúna	
	1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Interestadual	26,42	30,69	25,49	30,37
Intraestadual	63,23	44,85	50,49	33,53
Intrametropolitano	10,35	24,46	24,01	36,10

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Elaboração própria.

Uma vez que a região mantém forte relação com a capital do Estado, como observado no capítulo anterior, optou-se por contabilizar o peso dos fluxos migratórios desta região para os municípios analisados. Tal observação se mostra ainda mais relevante ao considerarmos a expressiva importância da modalidade migratória intraestadual para o crescimento demográfico de Indaiatuba e Jaguariúna, assim como de toda a RMC.

Pela Tabela 7 podemos observar o número total de imigrantes recentes da RMSP, dos demais municípios do estado de São Paulo e também da RMC, além de suas respectivas representatividades em relação ao total de migrantes de origem em outros municípios do estado. Cabe destacar que, nesse caso, a migração intrametropolitana foi somada ao total de migrantes da categoria intraestadual para obtenção da proporção correta, ou seja, os fluxos migratórios de origem na RMC foram considerados como intraestaduais para comparar a proporção desses migrantes aos que antes moravam na RMSP e aos que migraram de outros municípios do estado.

Logo, nota-se que os migrantes recentes da RMSP são maioria tanto para Indaiatuba quanto para Jaguariúna, em ambos os períodos considerados. Por outro lado, não têm a mesma importância para a cidade sede nem para os demais municípios da RMC. Em Indaiatuba, no período entre 1995 e 2000, 51,6% dos imigrantes intraestaduais que se instalaram no município residiam anteriormente na Região Metropolitana de São Paulo. No período seguinte, entre 2005 e 2010, a proporção manteve-se elevada, representando 52,1% desse fluxo.

Para Jaguariúna, o número de migrantes da RMSP do tipo “data fixa” era representativo de 40,8 % do total de migrantes do primeiro período, mas diminuiu para 33,9% entre 2005 e 2010. Entre os períodos analisados, a proporção da imigração intraemetropolitana em relação à imigração intraestadual cresceu 5% em Jaguariúna. Em

Indaiatuba também houve aumento, mas de apenas 2%. É preciso considerar, entretanto, que no período intercensitário a migração dessa modalidade, para Indaiatuba, diminuiu em 15%.

TABELA 7 – Imigração recente (data-fixa) intraestadual por região de origem (RMSP e RMC). Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e demais municípios da RMC – 1995/2000 e 2005/2010

Município de residência	Região de Origem (data-fixa)		
	RMSP (%)	RMC (%)	OME (%)
	1995/2000		
Campinas	34,4	18,2	47,4
Indaiatuba	51,7	13,7	34,6
Jaguariúna	40,9	29,4	29,7
Demais municípios da RMC	33,8	39,3	26,9
2005/2010			
Campinas	32,6	22,4	45,1
Indaiatuba	52,1	15,8	32,0
Jaguariúna	34,0	34,7	31,4
Demais municípios da RMC	22,7	43,0	34,4

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2000 e 2010). Elaboração própria.

*OME = outros municípios do estado.

Dota (2015), em seu trabalho sobre a mobilidade residencial na RMC, já havia observado que alguns municípios mantinham uma relação mais forte com municípios de fora da região. O autor sublinha o intenso fluxo de migrantes da RMSP para Indaiatuba e o relaciona à proximidade da cidade à metrópole paulista, assim como o histórico de ocupação do município indaiatubano, que já era local de atração dessa população desde meados do século passado, quando recebera inúmeras indústrias daquela região e, conseqüentemente, muitos trabalhadores e suas famílias.

Em relação à diminuição do peso dos fluxos migratórios da RMSP para a Jaguariúna, este não é apenas um indicativo do enfraquecimento da relação entre estes municípios, mas também do aumento da importância dos fluxos migratórios intrametropolitanos e interestaduais para o crescimento demográfico do município. Tais mudanças podem ser reflexo das alterações na forma de administração dada à cidade nos diferentes momentos estudados.

Nos anos 1990, quando o fluxo migratório da RMSP era mais intenso, a cidade recebeu grandes investimentos em infraestrutura urbana, fruto de uma política fiscal cujo objetivo era atrair grandes empresas. Com a chegada de indústrias importantes houve um

grande incremento populacional migratório para o município, como se pode observar no Gráfico 3. Portanto, foi necessário mudar a forma de administrar a cidade para conter e organizar o crescimento urbano. Segundo Ribeiro (2008), a partir de então o planejamento político-estratégico de Jaguariúna definiu o crescimento econômico atrelado à qualidade de vida como principal fio condutor.

Atrelando investimentos em cultura, turismo e infraestrutura, Jaguariúna manteve-se atrativa às empresas. Ainda Segundo Ribeiro (2008), a migração de indústrias desde a RMSP tornou-se uma constante. Por outro lado, as melhorias também atraíram pessoas de outras regiões, assim como da própria RMC.

Em suma, os dados apresentados até aqui indicam que Indaiatuba e Jaguariúna, além de estarem inseridas no complexo processo de redistribuição espacial de população na RMC, também mantêm relação com a RMSP, o que é indicativo da inserção e consolidação da região na Macrometrópole Paulista (SILVA, 2016; CUNHA et al., 2013). Destaca-se, entretanto, que Indaiatuba mantém relação mais consolidada com a RMSP e outras localidades do que com a própria RMC. Jaguariúna, por outro lado, tem atraído migrantes de ambas as regiões, assim como do restante do estado, em intensidades semelhantes. Entretanto, atualmente tem se destacado a maior atratividade de migrantes da RMC para este município.

A partir das informações sobre o local de origem dos migrantes intrametropolitanos podemos observar que Indaiatuba e Jaguariúna mantêm forte relação com o município sede (Tabela 8). Nos dois períodos analisados, cerca de 70% dos migrantes da modalidade intrametropolitana que se instalaram em Indaiatuba eram de Campinas. Também se destaca certa relação com Sumaré, que é responsável por 6,6% e 7,8% dos migrantes intrametropolitanos contabilizados pelos censos de 2000 e 2010, respectivamente.

TABELA 8 – Migração intrametropolitana por lugar de destino, segundo local de residência na “data fixa” de referência. Indaiatuba e Jaguariúna – 1995/2000 e 2005/2010

Local de residência (data-fixa)	Local de residência na data de referência do Censo (%)			
	Indaiatuba		Jaguariúna	
	1995-2000	2005-2010	1995-2000	2005-2010
Americana	8,89	2,22	3,94	.
Artur Nogueira	.	.	0,89	4,95
Campinas	68,27	71,35	71,57	42,57
Cosmópolis	0,40	2,05	2,78	.
Engenheiro Coelho
Holambra	0,80	.	0,65	14,14
Hortolândia	1,90	3,71	.	.
Indaiatuba	.	.	.	1,60
Itatiba	0,44	.	.	1,68
Jaguariúna	1,59	0,44	.	.
Monte Mor	4,74	5,67	.	.
Morungaba
Nova Odessa	.	.	.	6,39
Paulínia	.	0,92	4,25	2,72
Pedreira	.	0,92	9,47	14,22
Santa Bárbara d'Oeste	1,75	3,58	.	.
Santo Antonio de Posse	.	.	6,45	6,15
Sumaré	6,69	7,85	.	5,59
Valinhos	.	0,44	.	.
Vinhedo	4,54	0,87	.	.
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Tabulações especiais NEPO.

Em Jaguariúna, os migrantes com residência cinco anos antes em Campinas também representavam cerca de 71% dos fluxos intrametropolitanos em 2000, sendo que, no período seguinte, esse percentual se reduziu para 42,5%. Sobre este mesmo período, destaca-se o importante fluxo de migrantes de Holambra e Pedreira que se mudou para Jaguariúna – cada um desses fluxos representa 14% dos migrantes da RMC.

A leitura dos dados apresentados nesta sessão sobre a origem dos migrantes responsáveis por considerável parte do crescimento demográfico de Indaiatuba e Jaguariúna permitiu observar a importância que todas as modalidades migratórias desempenham na composição do incremento migratório dos municípios analisados.

3.5 A mobilidade pendular

A mobilidade pendular, embora não seja considerada um fenômeno demográfico, mostra-se muito atrelada à dinâmica migratória. De acordo com Farias (2018), ela está muito mais associada à dinâmica de produção e ocupação do espaço urbano do que com a dinâmica demográfica em si. Isso porque, como explica Cunha (2011, p. 11), a mudança de residência nem sempre significa mudar o espaço de vida³³ – pressuposto da componente demográfica migratória –, ou seja, “muda-se de lugar, mas não se perde o vínculo pré-existente com o território”.

O deslocamento do ser humano é uma das características principais do espaço intraurbano de Villaça (2001). Nas palavras do autor, “a estruturação do espaço intra-urbano é dominada pelo deslocamento do ser humano, enquanto portador da mercadoria força de trabalho ou enquanto consumidor” (VILLAÇA, 2001, p. 21). Nesse sentido, a pendularidade desempenha papel de grande importância, ou, como descrevem Marandola Jr. e Ojima (2014), ela dá coesão a uma região metropolitana.

Ainda segundo Marandola Jr. e Ojima (2014), por muito tempo a mobilidade pendular esteve vinculada à população mais pobre, que habitava regiões periféricas distantes – onde o preço era mais acessível – e se deslocava para trabalhar, estudar, consumir, enfim, para realizar atividades cotidianas.

Na realidade da metrópole contemporânea, a expansão periférica não se relaciona mais apenas a atividades industriais ou à habitação da população menos abastada. Por isso, o fenômeno da pendularidade passou a ser rediscutido, e ficou provado que esse tipo de deslocamento diário tem sido realizado também por outras classes sociais, inclusive pelos mais ricos, que passaram a morar em áreas distantes e dispersas em condomínios e loteamentos fechados (MARANDOLA JR.; OJIMA, 2014).

Segundo Cunha et al. (2013), mais recentemente os deslocamentos pendulares têm crescido em volume e extensão geográfica. Como destaca Farias (2018), o avanço dos meios técnicos, principalmente aqueles ligados aos transportes, e a dinâmica demográfica diferencial

³³ O “espaço de vida” é um conceito de Courgeau (1990) que se refere ao espaço onde o indivíduo realiza suas atividades cotidianas.

entre lugares foram fatores cruciais para a intensificação da mobilidade pendular. O primeiro porque diminuiu o tempo de deslocamento e possibilitou movimentos diários que antes não eram viáveis. O segundo porque:

[...] o crescimento vegetativo relativamente mais alto das periferias metropolitanas brasileiras, principalmente até o final dos anos 1980, incrementou, a médio e a longo prazos, o estoque de população que potencialmente poderia realizar deslocamento pendular para os centros das grandes aglomerações urbanas.

Os municípios estudados por esse trabalho não se distanciam do que se espera de cidades que compõem uma região metropolitana. Tanto em Indaiatuba quanto em Jaguariúna o número de pessoas que realizam deslocamentos diários para trabalhar ou estudar dobrou entre os censos de 2000 e 2010, segundo os microdados da amostra dos censos (que não serão divulgados justamente por serem resultados amostrais). Ainda assim, uma análise mais detalhada sobre o local de destino da pendularidade (Tabela 9) aponta que a grande maioria desses deslocamentos se dá para outros municípios da RMC, em ambos os municípios estudados.

TABELA 9 – Pendularidade da população em idade ativa (PIA) de Indaiatuba e Jaguariúna para trabalho e estudo em outros municípios da RMSP e da RMC – 2000 e 2010

Município de residência	Região de Origem (data-fixa)		
	RMSP (%)	RMC (%)	OME (%)
	1995/2000		
Campinas	34,4	18,2	47,4
Indaiatuba	51,7	13,7	34,6
Jaguariúna	40,9	29,4	29,7
Demais municípios da RMC	33,8	39,3	26,9
2005/2010			
Campinas	32,6	22,4	45,1
Indaiatuba	52,1	15,8	32,0
Jaguariúna	34,0	34,7	31,4
Demais municípios da RMC	22,7	43,0	34,4

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográfico de 2000 e 2010). Organização própria.

Além de ser maioria, a pendularidade para outros municípios da região tornou-se mais representativa no segundo período considerado, principalmente em Indaiatuba, onde o aumento foi de 10% – de 69% em 2000 para 79% em 2010. Em Jaguariúna, o fluxo pendular

da RMC, que já era mais representativo no primeiro período – 81,4% em 2010 –, passou a representar 86,3% da pendularidade para o município.

Na Tabela 10, na qual estão expostos mais detalhadamente os dados sobre a pendularidade da população em idade ativa (PIA) de Indaiatuba e Jaguariúna para outros municípios da RMC, podemos notar que os fluxos mais volumosos têm como destino a cidade sede, Campinas, principalmente no caso de Indaiatuba, onde aproximadamente 85% dos fluxos pendulares se direcionam para Campinas em ambos os momentos analisados.

TABELA 10 – Pendularidade da população em idade ativa (PIA) de Indaiatuba e Jaguariúna por município de trabalho ou estudo (RMC) – 2000 e 2010

Município de trabalho ou estudo (%)	Local de residência na data de referência do Censo			
	Indaiatuba		Jaguariúna	
	1995-2000	2005-2010	1995-2000	2005-2010
Americana	0,96	0,63	.	0,43
Artur Nogueira	.	.	.	0,52
Campinas	85,95	84,05	69,14	57,17
Cosmópolis	0,43	.	.	.
Engenheiro Coelho
Holambra	.	0,00	11,58	17,71
Hortolândia	2,31	4,14	0,81	4,18
Indaiatuba	.	.	0,00	0,56
Itatiba	0,66	0,31	.	.
Jaguariúna	0,86	0,63	.	.
Monte Mor	1,35	2,34	.	.
Morungaba	.	.	0,27	.
Nova Odessa	.	.	.	0,52
Paulínia	1,35	0,89	5,07	2,07
Pedreira	.	.	5,43	10,21
Santa Bárbara d'Oeste	.	0,49	.	.
Santo Antônio de Posse	0,23	.	5,25	3,79
Sumaré	1,48	1,39	.	0,86
Valinhos	3,07	3,68	1,81	1,98
Vinhedo	1,35	1,45	0,63	.
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográfico de 2000 e 2010).

Tabulações especiais NEPO.

Em Jaguariúna, a porcentagem dos fluxos pendulares que se destinam ao município sede é menor – 69,1% em 2000 e 57,1% em 2010 –, sendo que também chama atenção a pendularidade para Holambra e Paulínia, municípios vizinhos à Jaguariúna. Cabe

destacar que Holambra foi criada a partir do desmembramento de Jaguariúna, Artur Nogueira, Cosmópolis e Santo Antônio de Posse.

De forma mais geral, a partir dos dados sobre os movimentos diários realizados por determinada parcela da população dos municípios estudados, podemos notar que eles mantêm importante relação com a RMC e a RMSP, mas com intensidades e volumes bastante distintos. Os fluxos pendulares com origem em Jaguariúna têm como destino, em grande parte, a cidade sede da RMC e, em menor volume, seus municípios vizinhos, em especial Holambra e Pedreira. A pendularidade dessa cidade com outros municípios de fora da região é relevante, mas não foi verificada a existência de forte ligação com a RMSP.

Indaiatuba, por outro lado, apresenta maior pendularidade para a RMSP, muito embora o volume deste fluxo tenha diminuído consideravelmente entre os dois censos analisados. Entretanto, os fluxos diários para a RMC são volumosos em ambos os períodos analisados e representam mais de 85% da pendularidade do município. Além disso, estes dados, ao contrário daqueles sobre a migração intrametropolitana, indicam uma relação mais forte entre Indaiatuba e a RMC, em especial com a cidade de Campinas, uma vez que os fluxos para outros municípios da região são pouco expressivos em comparação à cidade sede.

Não podemos deixar de considerar, ao pensarmos sobre esse tipo de movimento para Indaiatuba e Jaguariúna, que há praças de pedágio nestes municípios. Trata-se de uma característica a ser considerada pelos indivíduos ao ponderarem se mudar para estas cidades, principalmente se for apenas uma mudança de residência. Tal mudança implicaria realizar a locomoção diária para o trabalho e/ou estudo com um custo de deslocamento significativo, especialmente para aqueles que utilizam automóvel particular.

O pedágio de Indaiatuba fica na Rodovia Santos Dummont, a principal via de acesso à cidade tanto para quem vem da RMC quanto da região de São Paulo. A Praça de Jaguariúna também é caminho obrigatório para quem vem dessas regiões e precisa acessar a cidade. Ambos foram construídos em períodos próximos, o primeiro em 1998 e o segundo em 2000. De acordo com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), as tarifas cobradas sofrem reajustes anuais e o preço atual é de R\$13,20 no pedágio de Indaiatuba e R\$12,00 no de Jaguariúna.

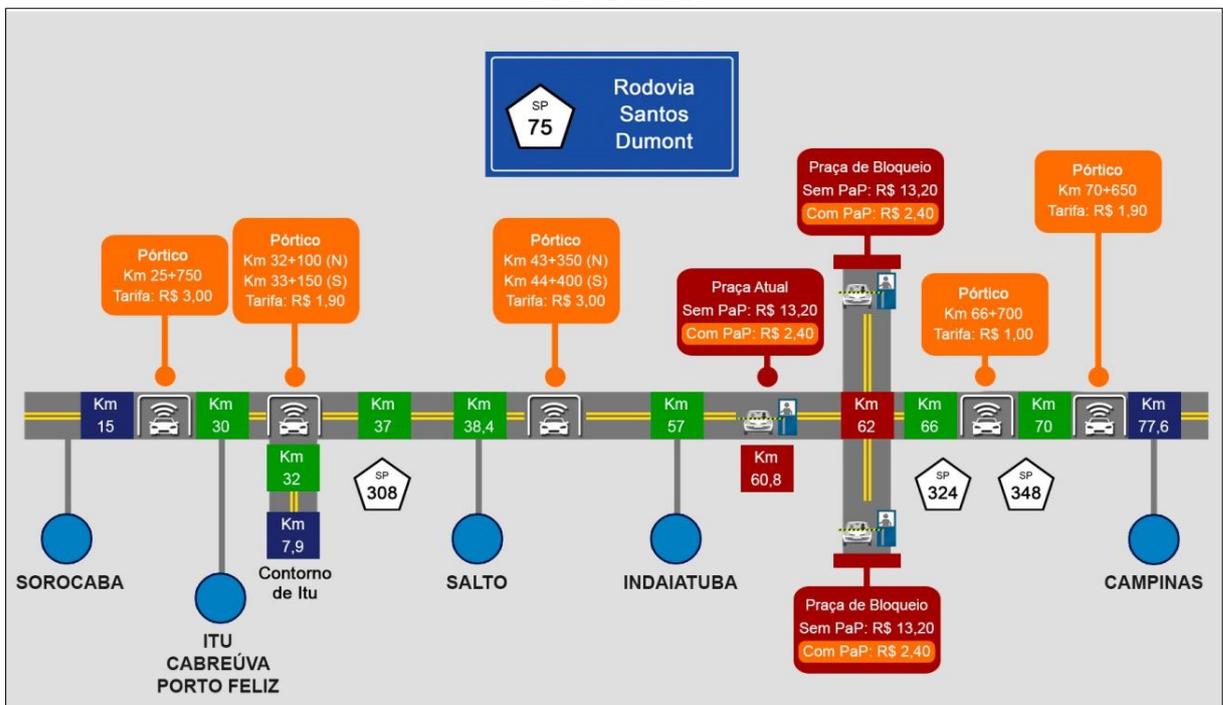
A partir de 2012 começou a ser implantado o sistema “Ponto a Ponto”, que é um projeto do Governo do Estado de São Paulo e consiste em uma cobrança feita de forma eletrônica a partir de pórticos fixados em locais estratégicos das rodovias. Para fazer uso deste sistema é necessário ter o *chip* de cobrança automática de alguma das Operadoras de Sistema

de Arrecadação – Sem Parar e ConectCar, por exemplo –, e isso também inclui custos adicionais pelo uso desse serviço, como taxa de adesão e mensalidades.

Os moradores de Indaiatuba e Jaguariúna que fazem uso desse serviço não pagam o valor total da tarifa dos pedágios, a não ser que passem por todos os pontos fixos de cobrança, como mostram as Figuras 3 e 4. É importante destacar também que apenas carros licenciados em Indaiatuba podem ser cadastrados no sistema “Ponto a Ponto” da Rodovia Santos Dumont. Na Rodovia Adhemar Pereira de Barros – Campinas/Mogi –, qualquer pessoa que transite pode se cadastrar para o uso do sistema neste trecho.

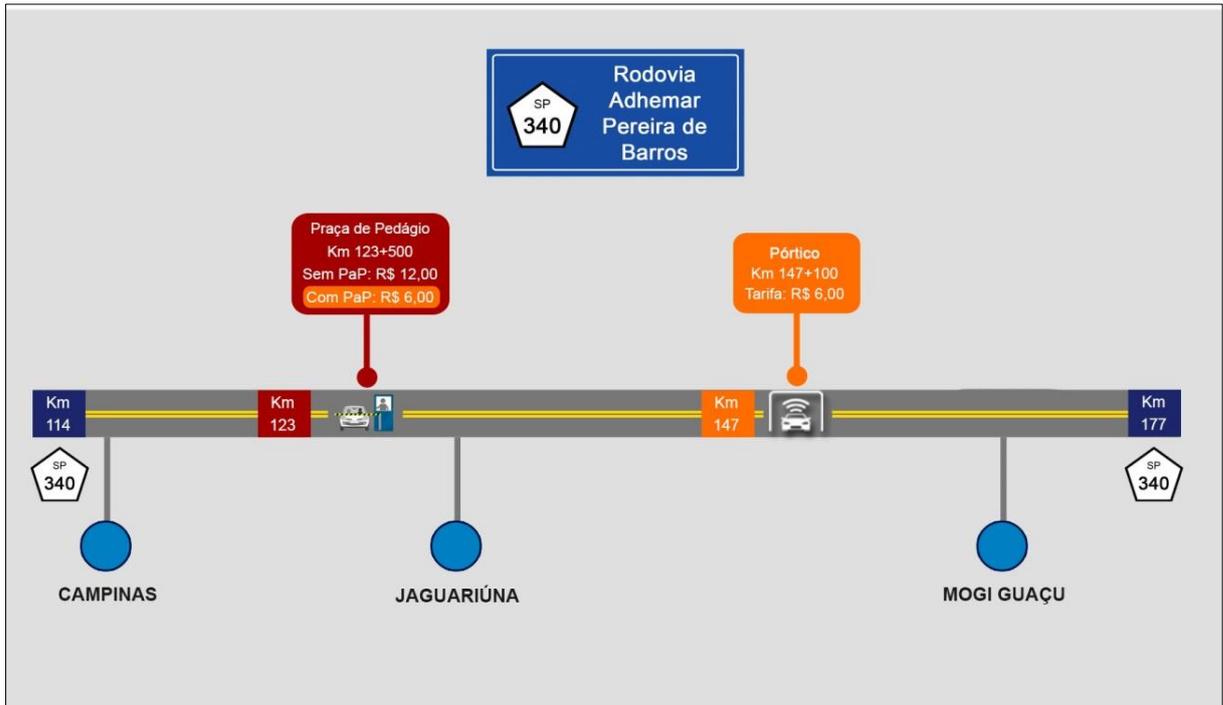
Apesar da vantagem econômica desse serviço, o número de adesões ao sistema é baixo. Segundo a ARTESP, atualmente 16.255 veículos estão cadastrados para o uso do “Ponto a Ponto” na Rodovia Santos Dumont e 126.985 na Rodovia Adhemar Pereira de Barros (sendo que, neste caso, qualquer veículo pode ser cadastrado). Vale lembrar ainda que a implantação desta forma de cobrança é posterior ao último recenseamento realizado pelo IBGE, sendo provável, portanto, que tenha surtido certo efeito na intensificação da relação de pendularidade entre os municípios analisados e o restante da RMC, dando continuidade à tendência observada a partir dos censos de 2000 e 2010.

FIGURA 2 – Localização de pórticos e valores de tarifas do Sistema Ponto a Ponto na Rodovia Santos Dumont



Fonte: ARTESP (2018).

FIGURA 3 – Localização de pórticos e valores de tarifas do Sistema Ponto a Ponto na Rodovia Adhemar Pereira de Barros



Fonte: ARTESP (2018).

3.6 Aspectos sociodemográficos da migração

Pode-se dizer que o perfil sociodemográfico dos migrantes tende a estar relacionado a uma estrutura de incentivos ou constrangimentos, ou seja, às causas e motivações que levam determinado grupo social ou indivíduos a migrarem (CUNHA, 2016; DOTA, 2015). Segundo Brito (2007), a migração de mais longa distância é condicionada por fatores estruturais. A migração de menor distância (como a intrametropolitana), por outro lado, responde a questões como o acesso diferenciado e excludente à terra (VILLAÇA, 2001).

Se certa parcela da população opta por viver em locais mais distantes para ter acesso a moradias maiores e afastadas dos centros urbanos, ou a condomínios e loteamentos fechados, em contrapartida, outra parcela da população vive onde lhe é economicamente viável, em terras mais baratas e menos servidas de aparatos urbanos.

Nesse sentido, alguns autores (DOTA, 2011; DOTA, 2015; CUNHA, 2015; FARIAS, 2018) consideram o mercado de terras e de trabalho como importantes determinantes da migração intraurbana ou em grandes aglomerações urbanas. Uma vez que este trabalho tem como objetivo principal compreender se Indaiatuba e Jaguariúna podem ser consideradas “novas periferias” (COSTA, 2006) ou “periferias elitizadas” (CUNHA, 2018), é fundamental analisar o perfil sociodemográfico das pessoas que optaram por viver nessas cidades no período mais recente.

Para tanto, nesta sessão serão apresentados alguns aspectos sociodemográficos dos migrantes recentes – “data fixa” – e também do restante da população, ambos em idade ativa, para observar possíveis diferenças e semelhanças entre estes grupos. Além disso, considerando que a migração de curta distância não necessariamente se restringe à Região Metropolitana, e dada a forte relação mantida por estes municípios com a RMSP (principalmente Indaiatuba), também serão comparadas as características dos migrantes mais recentes destas duas regiões. Com isso, espera-se encontrar indicativos sobre as causas e motivações que levam determinados grupos a imigrarem para os municípios de Indaiatuba e Jaguariúna.

Como já observado a partir das análises realizadas até aqui, podemos concluir que a migração foi e ainda é responsável por grande parte do crescimento demográfico tanto de Indaiatuba e Jaguariúna quanto do restante da região onde estão inseridas. Na Tabela 11 podemos observar mais detalhadamente a distribuição dos responsáveis pelos domicílios segundo a condição migratória – migrantes recentes, não recentes e não migrantes. Como destacado no início deste capítulo, optou-se nesta sessão por analisar as características sociodemográficas apenas dos responsáveis pelos domicílios, evitando assim possíveis efeitos de composição nas análises³⁴.

A partir da leitura da Tabela 11, tem-se que, nos municípios de interesse desse estudo, assim como nos demais municípios da RMC, os “não migrantes” responsáveis por domicílios representam menos de 30% do total e os “migrantes não recentes” respondem por 50 a 60% do total. Como sublinhado, é esperado que os migrantes mais antigos apresentem comportamento semelhante à população natural de determinado local (DOTA, 2015), até porque, como ocorre nos municípios paulistas, em Indaiatuba e Jaguariúna esse tipo de migrante compõe a maior parte da população. Também é importante lembrar que a presente pesquisa tem interesse em observar as características socioeconômicas dos fluxos migratórios mais recentes para facilitar a comparação dos recém-chegados e da população já estabelecida. Portanto, os “migrantes não recentes” e os “não migrantes” serão considerados como uma só categoria, que denominaremos como “restante da população”.

³⁴ A questão do efeito direto e indireto da migração é um tema importante para a análise dos impactos da migração sobre a população, na medida em que o primeiro (volume efetivo de pessoas que entram ou saem de uma área) poderá gerar o segundo via a reprodução das famílias. De fato, pode-se dizer que o segundo efeito não existiria sem o primeiro, razão pela qual o papel da migração sobre o crescimento e perfil da população de origem ou destino não poderia ser perfeitamente mensurado sem a consideração de ambos os efeitos. Para maiores detalhes sobre esta questão e até mesmo sobre formas de mensuração, ver Ribeiro, Carvalho e Wong, 1996. A título de exemplo, o filho de um migrante que nasce no município atual representa, para esta pesquisa, um efeito indireto da migração.

TABELA 11 – Responsáveis pelo domicílio em idade ativa por condição migratória (Data Fixa).
Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna e demais municípios da RMC – 2000 e 2010

Município	Responsáveis por domicílio por tipo		
	2000		
	Não migrantes	Migrantes não recentes	Migrantes recentes
Campinas	27,4	62,9	9,8
Indaiatuba	17,1	65,2	17,7
Jaguariúna	30,4	51,9	17,7
Demais municípios da RMC	20,3	64,4	15,3
	2010		
Campinas	39,2	53,2	7,6
Indaiatuba	23,5	63,5	13,0
Jaguariúna	24,3	59,3	16,4
Demais municípios da RMC	23,8	63,7	12,5

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Organização própria.

Ao tratarmos somente dos responsáveis por domicílios “migrantes recentes”, é importante destacar que a distribuição segundo modalidade migratória e, também, o peso da migração de origem da RMSP e da RMC em relação aos fluxos migratórios intraestaduais recentes não são exatamente iguais à distribuição dessas modalidades para o total de “migrantes recentes” que vimos anteriormente nas Tabelas 7 e 9. A seguir, nas Tabelas 12 e 13, podemos observar tal distribuição, agora para os “migrantes recentes” responsáveis por domicílios.

TABELA 12 – Imigrantes recentes (Data-fixa) responsáveis por domicílios, por modalidade migratória. Indaiatuba e Jaguariúna – 1995/2000 e 2005/2010

Modalidade migratória (%)	Município de residência			
	Indaiatuba		Jaguariúna	
	1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Interestadual	26,42	30,69	25,49	30,37
Intraestadual	63,23	44,85	50,49	33,53
Intrametropolitano	10,35	24,46	24,01	36,10

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Organização própria.

TABELA 13 – Imigrantes recentes (Data-fixa) intraestaduais responsáveis por domicílios, por região de origem. Indaiatuba e Jaguariúna – 1995/2000 e 2005/2010

Região de residência ("data fixa")	Município de residência			
	Indaiatuba		Jaguariuna	
	1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
RMSP	52,74	40,95	41,61	25,07
RMC	14,07	35,29	32,23	51,84
OME	33,19	23,76	26,16	23,09

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010).
Organização própria.

As diferenças mais relevantes podem ser observadas, principalmente, na distribuição dos migrantes responsáveis por domicílios que mudaram de município entre 2005 e 2010. A modalidade intrametropolitana é a que mais concentra os responsáveis “migrantes recentes”. Em Indaiatuba, ela representa 24,46% dos responsáveis considerados e 50,5% em Jaguariúna. Quando analisamos toda a população migrante, os respectivos valores são 11% e 23%.

Em relação ao fluxo migratório recente de responsáveis por região de origem, também podemos notar um relevante aumento do peso da categoria intrametropolitana no segundo período analisado, em ambos os municípios, tanto em relação ao período entre 1995 e 2000 quanto à população “migrante recente” total. O aumento relativo dos responsáveis migrantes do tipo “data-fixa” da categoria intrametropolitana pode ser indicativo do aumento do número de pessoas que migram sozinhas e, também, dos efeitos diretos e indiretos da migração.

Para prosseguirmos com a análise sobre o perfil sociodemográfico da migração recente para Indaiatuba e Jaguariúna, a primeira característica a ser considerada será a idade dos responsáveis pelos domicílios. Segundo Farias (2018), ela se associa ao momento do curso de vida dos indivíduos e ao ciclo de vida familiar e, por isso, pode ser indicativo das chances de inserção laboral, de estar em união conjugal ou do acúmulo de ativos. De forma geral, ao observarmos os dados da Tabela 14 podemos notar que em ambos os municípios a maior parte dos responsáveis pelo domicílio pertencem aos grupos etários mais jovens, que são “15 a 29 anos” e “30 a 44 anos”. É importante sublinhar que o grupo etário entre 30 e 44 anos é representativo de, aproximadamente, 40% tanto dos “migrantes recentes”, ante o “restante da população” de ambos os municípios nos dois períodos considerados.

Agora, olhando a Tabela 14 mais atentamente, chamam atenção duas situações distintas em relação à distribuição etária dos “migrantes recentes” responsáveis por domicílios e que denotam o caráter seletivo do fenômeno: 1) a elevada porcentagem de imigrantes entre 15 e 29 anos e 2) o expressivo número de imigrantes acima dos 60 anos.

Em Indaiatuba, nos anos 2000, 20,3% dos “migrantes recentes” tinham entre 15 e 29 anos, enquanto para o restante da população 13,57% estavam nessa faixa etária. Na década seguinte, a proporção de “migrantes recentes” nessa idade cresceu para 28,76%, enquanto para o restante da população não houve grande alteração em relação ao período anterior, diminuindo sua representatividade em 1%.

No município de Jaguariúna algo semelhante pode ser observado. No primeiro período analisado, 18,7% dos “migrantes recentes” tinham entre 15 e 29, e no restante da população este grupo etário representava 13,45%. No censo seguinte, em 2010, a porcentagem de imigrantes nessa faixa etária cresceu para 35,63%, enquanto que para os demais habitantes a representatividade deste grupo permaneceu praticamente a mesma, 13,84%.

Tanto o aumento da proporção dos grupos mais velhos quanto a diminuição da participação dos grupos mais jovens é representativo da tendência nacional de envelhecimento populacional, que consiste no aumento do peso relativo da população idosa. De acordo com Cunha e Falcão (2017), a RMC como um todo apresentou significativo envelhecimento relativo no período entre 2000 e 2010. Portanto, os municípios de Indaiatuba e Jaguariúna não fogem dessa tendência. A Tabela 14 mostra que há o aumento da participação dos grupos etários mais velhos, assim como o aumento do volume da população idosa e, conseqüentemente, a diminuição da participação relativa dos grupos etários mais jovens.

TABELA 14 – Imigrantes recentes (Data-fixa) responsáveis pelo domicílio e imigrantes não recentes em idade ativa. Indaiatuba e Jaguariúna – 2000 e 2010

Município de Residência	Grupos etários	2000		2010	
		Migrantes recentes	Restante da População	Migrantes recentes	Restante da População
Indaiatuba	15 - 29 anos	20,30	13,57	28,76	12,59
	30 - 44 anos	44,07	40,24	40,38	34,89
	45 - 59 anos	21,64	27,98	19,03	31,72
	60 anos ou +	13,99	18,21	11,83	20,80
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Jaguariúna	15 - 29 anos	18,70	13,45	35,63	13,84
	30 - 44 anos	42,17	39,51	39,85	33,81
	45 - 59 anos	22,19	29,42	13,72	31,72
	60 anos ou +	16,93	17,61	10,80	20,63
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Organização própria.

Também chama atenção a grande representatividade do grupo etário entre 30 e 44 anos, ou seja, de responsáveis por domicílios numa fase mais avançada do ciclo de vida. De acordo com Oliveira e Jannuzzi (2004), jovens da força de trabalho primária – em seus primeiros anos de carreira profissional – estão mais suscetíveis a migrar do que qualquer outro grupo etário. Além disso, os pressupostos sobre a existência de certo padrão migratório para determinadas idades se dão a partir da percepção de que o momento do ciclo de vida³⁵ do indivíduo está relacionado à sua propensão a migrar, em outras palavras, aos fatores que inibem ou estimulam a migração.

Courgeu e Levievre (2006) corroboram a hipótese de que as razões que levam o indivíduo a migrar estão relacionadas a fatores que exercem diferentes importâncias ao longo do ciclo de vida. Em um estudo sobre a história de vida individual, realizado a partir de dados sobre a população francesa, os autores identificaram um perfil característico da migração e da mobilidade residencial nos diferentes momentos do ciclo vital. O primeiro momento ocorre até os 17 anos e é caracterizado por migrações realizadas junto à família, para acompanhar os

³⁵ Sobre as diferentes etapas vividas por um indivíduo ao longo de sua vida, existe também a abordagem do “curso de vida”, que se relaciona aos momentos de transição da trajetória de uma pessoa, que vão além das etapas do ciclo de vida e de suas transições em determinadas idades ao longo da vida. Segundo Campos (2018), há certa controvérsia em relação à aplicação da abordagem do “curso de vida”, pois sua observação dependeria de dados longitudinais, inviabilizando seu uso em estudos pontuais, como a presente pesquisa.

pais. Num segundo momento, mais intenso, entre 18 e 30 anos, a principal motivação para migrar é a transição para a vida adulta, como a busca por emprego, união conjugal ou deixar a casa dos pais. A migração dos grupos etários com mais de 30 anos torna-se menos intensa, principalmente as de longa distância, prevalecendo a migração de caráter intrarregional e por motivos residenciais, em sua maioria. Por fim, Courgeu e Levievre (2006) identificam também um pequeno aumento do fluxo migratório dos grupos etários mais idosos, principalmente próximo à idade de aposentadoria, entre 60 e 70 anos.

A maior representatividade do grupo etário entre 30 e 44 anos, em Indaiatuba e Jaguariúna, sobretudo para os “migrantes recentes”, é indicativo da presença de fatores atrativos à população nessa faixa etária, como mercado de trabalho (empregos que demandam maior especialização) e preferências residências, como localização, acessibilidade, lazer e segurança, que são fatores preponderantes para pessoas e famílias em momento mais avançado do ciclo de vida.

Tal seletividade da migração recente (data-fixa) dos responsáveis por domicílios por grupos etários também apresenta particularidades em relação à origem destes fluxos. Como apontado anteriormente, o perfil da migração de responsáveis por domicílios por modalidade migratória (Tabela 12) mudou da década de 1990 para os anos 2000, principalmente pela diminuição da importância da migração intraestadual e pelo aumento da representatividade das modalidades interestaduais e intrametropolitana, esta última de mais curta distância.

Como discorrem Courgeu e Levievre (2006), a migração dos grupos etários mais maduros (acima de 30 anos) tende a ser de mais curta distância, assim como a migração dos grupos mais jovens (entre 18 e 29 anos) é mais volumosa e de mais longa distância. A partir da Tabela 15 podemos notar que o perfil etário dos responsáveis por domicílios “migrantes recentes” da RMSP e da RMC se concentra, também, entre 30 e 44 anos, ou seja, não mais nos anos da vida adulta. É importante lembrar que a migração intrametropolitana, como exposto na Tabela 13, tornou-se mais representativa no decorrer do período analisado.

Em suma, esses resultados são indicativos do aumento da procura desses municípios por motivos de localização, acessibilidade ou outras comodidades relacionadas à residência (McAULEY; NUTT, 1982), características geralmente relacionadas à população que está em um estágio mais avançado do ciclo de vida, em que as preocupações já não são as mesmas do início da vida adulta, como o custo e tamanho do imóvel. Apesar dos “migrantes recentes” da RMC e RMSP com idade entre 30 e 44 anos terem apresentado relativa diminuição – entre 3% e 4% – entre os dois períodos analisados, ainda foram representativos

de 50,6% e 40,4% dos migrantes desse tipo no período de 2005 a 2010, para Indaiatuba e Jaguariúna, respectivamente.

Por sua vez, o grupo etário mais jovem, aquele formado por indivíduos no início da vida adulta, também apresenta grande importância na distribuição etária da população “migrante recente” total e, também, quando a consideramos por região de origem. A proporção de “migrantes recentes” responsáveis por domicílios, com idade entre 15 e 29 anos, cresceu 8% no período intercensitário para o município de Indaiatuba. Em Jaguariúna, esse grupo aumentou sua representatividade de forma ainda mais acentuada, em quase 17%. Ao considerar a distribuição etária por região de origem, tem-se que, para Indaiatuba, o grupo etário mais jovem tornou-se mais representativo, principalmente em relação ao fluxo migratório recente de origem na RMSP. Em Jaguariúna, o aumento proporcional desse grupo etário se deu de forma mais uniforme, tornando-o mais representativo tanto no fluxo migratório recente da RMSP quanto da RMC.

O aumento relativo dos “migrantes recentes” mais jovens corrobora a hipótese de que os municípios de Indaiatuba e Jaguariúna são espaços de interesse não apenas da população mais abastada, ou em melhores condições econômicas e que pode buscar por melhores opções de habitação, mas também dos menos favorecidos economicamente. Estes últimos, ao migrar, procuram empregos atrativos, principalmente os que estão no início de carreira, e opções mais baratas de moradia.

Pode-se destacar, ainda, que o grupo mais idoso também apresenta certa seletividade migratória quanto à sua origem. Na Tabela 14 observamos que este grupo etário teve sua representatividade aumentada, tanto no grupo de responsáveis por domicílios “migrantes recentes” quanto para o “restante da população”. A seguir, na Tabela 15, vê-se que, embora o aumento relativo do peso dos migrantes do tipo “data-fixa” com idade acima de 60 anos de origem na RMC e na RMSP tenha sido proporcional ao observado para o total dos migrantes dessa categoria e para o “restante da população”, houve aumento mais significativo da representatividade dos idosos que se mudaram da RMSP para Jaguariúna, de 9,35% entre 1995 e 2000 para 20% entre 2005 e 2010. Nesse mesmo sentido, Campos (2018) destaca que, assim como os adultos buscam locais com opção de trabalho, os idosos necessitam de lugares que provêm opções de descanso, lazer e suporte.

TABELA 15 – Responsáveis pelo domicílio “imigrantes recentes” (data-fixa), em idade ativa, por região de origem. Indaiatuba e Jaguariúna – 2000 e 2010

Município de residência	Grupo etário	RMSP		RMC	
		1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Indaiatuba	15 a 29	9,90	16,83	14,87	18,98
	30 a 44	44,87	41,27	55,39	50,61
	45 a 59	29,48	23,03	24,21	22,14
	60 ou mais	15,75	18,87	5,53	8,27
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Jaguariúna	15 a 29	9,79	18,09	22,06	36,89
	30 a 44	47,84	42,55	43,82	40,39
	45 a 59	33,03	19,36	30,88	14,17
	60 ou mais	9,34	20,00	3,24	8,54
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Organização própria.

Outra característica importante a ser considerada em relação ao perfil sociodemográfico da migração é a distribuição relativa por sexo. Nas tabelas a seguir (Tabelas 16 e 17), é nítido que houve uma mudança generalizada quanto à proporção de responsáveis pelo domicílio do sexo feminino em relação ao todo. No ano 2000, entre 15% e 20% dos domicílios de Indaiatuba e Jaguariúna, em todos os casos apresentados nas Tabelas 16 e 17, eram da responsabilidade de uma mulher. Em 2010, a responsabilidade feminina pelo domicílio representava entre 33% e 40% do total.

TABELA 16 – Responsáveis pelo domicílio “imigrantes recentes” e “não imigrantes recentes”, por sexo. Indaiatuba e Jaguariúna – 2000 e 2010

Município de Residência	Sexo	Migrantes recentes		Restante da população	
		2000	2010	2000	2010
Indaiatuba	Masculino	84,53	66,53	80,10	64,54
	Feminino	15,47	33,47	19,90	35,46
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Jaguariúna	Masculino	83,12	64,20	82,70	59,30
	Feminino	16,88	35,80	17,30	40,70
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Organização própria.

TABELA 17 – Responsáveis pelo domicílio “imigrantes recentes”, por região de origem e sexo. Indaiatuba e Jaguariúna – 2000 e 2010

Município de Residência	Sexo	RMSP		RMC	
		1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Indaiatuba	Masculino	83,98	68,06	81,69	69,55
	Feminino	16,02	31,94	18,31	30,45
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Jaguariúna	Masculino	78,59	59,28	93,53	68,01
	Feminino	21,41	40,72	6,47	31,99
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Organização própria.

Segundo Cunha e Falcão (2017), o percentual de responsabilidade feminina aumentou na RMC como um todo. Os autores destacam que esse fenômeno é indicativo de mudanças na sociedade, como nos padrões de nupcialidade e na maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Em contrapartida, eles atentam também ao fato de o quesito sobre a responsabilidade doméstica ter sido alterado entre os censos de 2000 e 2010, que antes questionavam quanto à “chefia” do domicílio e passou a utilizar o termo “responsável” pelo domicílio, o que pode ter contribuído para a elevação das taxas de responsabilidade feminina. Ainda assim, não deixa de ser relevante a maior representatividade feminina na responsabilidade domiciliar nos municípios em análise.

A última variável a ser analisada se refere ao nível de instrução dos indivíduos. De acordo com o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, em sociedades desiguais como a brasileira o nível socioeconômico tem forte relação com a escolaridade da população. Segundo Farias (2018), o nível de instrução se associa à possibilidade de aproveitamento das oportunidades do mercado de trabalho, tipo de trabalho exercido e renda. Portanto, ainda segundo o autor, “indivíduos com escolaridade distinta são levados, ou não, a migrar para determinados lugares em função de como se encontra organizada a divisão territorial do trabalho e de suas possibilidades de aproveitar tais oportunidades” (FARIAS, 2018, p. 151).

Nesse sentido, além de Farias (2018), outros autores destacam a maior seletividade habitacional da população mais escolarizada, como Cunha (2006) e Dota (2015). Em geral, estes estudos indicam que o nível de instrução reflete nos padrões de segregação socioespacial e na produção do espaço urbano dual.

Procedendo-se à análise do nível de instrução dos responsáveis por domicílio “migrantes recentes” e do “restante da população” dos municípios de Indaiatuba e Jaguariúna (Tabela 18), destaca-se o aumento da escolaridade de ambos os grupos populacionais nos dois municípios considerados, sobretudo da população migrante.

Ao considerarmos o nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio da categoria “migrante recente”, podemos notar que esta se diferencia da escolaridade encontrada para o “restante da população”. Os migrantes do tipo “data-fixa” mais instruídos – com superior completo –, em Indaiatuba, eram 14,2% em 2000 e passaram a 24,7%. Para os demais responsáveis por domicílio dessa cidade, os respectivos valores foram 6,8% e 13%. Em Jaguariúna, os “migrantes recentes” nesse nível de instrução já eram bastante representativos no primeiro período, sendo 18,3%, e cresceram 2% no quinquênio seguinte. No período entre 2000 e 2010, o “restante da população” jaguariunense mais instruída cresceu 4,7%.

Em relação aos responsáveis de escolaridade mais baixa – sem instrução e/ou fundamental incompleto –, as variações não são tão significativas quanto para os demais níveis, principalmente na população que não é “migrante recente”. Em Indaiatuba, a variação foi de apenas 0,8% para menos e, em Jaguariúna, de 3,4%. Para os responsáveis por domicílio da categoria “migrante recente”, as respectivas diminuições foram de 7,4% e 4,2%.

Para os responsáveis por domicílio com outros níveis de instrução – fundamental completo e/ou médio incompleto e médio completo e/ou superior completo –, “migrantes recentes” ou não, entre os dois períodos analisados a tendência também foi de aumento da escolaridade, ou seja, o aumento da representatividade daqueles com “ensino médio completo e/ou ensino superior incompleto” e a diminuição do peso daqueles com “ensino fundamental completo e ensino médio incompleto”, mas de forma mais uniforme entre os grupos de “migrantes recentes” e o “restante da população”.

TABELA 18 – Responsáveis pelo domicílio “imigrantes recentes” (data-fixa) e “não imigrantes recentes”, por nível de instrução. Indaiatuba e Jaguariúna – 2000 e 2010

Nível de instrução	Indaiatuba			
	Migrante recente		Restante da População	
	2000	2010	2000	2010
Sem instrução e fundamental incompleto	35,04	27,63	41,16	40,31
Fundamental completo e médio incompleto	25,72	13,48	35,04	16,56
Médio completo e superior incompleto	25,00	34,13	16,95	30,04
Superior completo	14,24	24,76	6,85	13,10
	Jaguariúna			
Sem instrução e fundamental incompleto	34,08	29,85	39,16	42,49
Fundamental completo e médio incompleto	25,32	13,54	36,79	17,20
Médio completo e superior incompleto	22,32	35,81	17,37	28,96
Superior completo	18,28	20,80	6,68	11,35

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Organização própria.

Agora, observando mais detalhadamente a migração recente por região de origem (Tabela 19), nota-se que os responsáveis por domicílio que residiam na RMSP ou na RMC e se mudaram para Indaiatuba ou Jaguariúna nos quinquênios considerados, tendem a ter um nível de instrução mais elevado. Destaca-se, principalmente, a migração daqueles que concluíram o ensino superior. Em relação aos provenientes da RMSP, em Indaiatuba eles eram 14,9% e passaram para 25,9%. Em Jaguariúna, eram 44,4% e passaram para 31,2%, ou seja, aumentaram em Indaiatuba e diminuíram em Jaguariúna. A migração dos mais escolarizados da modalidade intrametropolitana, por outro lado, se deu de forma mais uniforme nos dois quinquênios. Em Indaiatuba, eram 21,8% dos que migraram entre 1995 e 2000 e depois 24,4% dos que migraram entre 2005 e 2010. Em Jaguariúna, os respectivos valores são 23,7% e 23,5%.

TABELA 19 – Responsáveis pelo domicílio “imigrantes recentes” (data-fixa), por região de origem e nível de instrução. Indaiatuba e Jaguariúna – 2000 e 2010

Nível de instrução	Indaiatuba			
	RMSP		RMC	
	1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Sem instrução e fundamental incompleto	27,25	24,24	27,97	28,22
Fundamental completo e médio incompleto	27,21	11,71	25,27	10,67
Médio completo e superior incompleto	30,66	38,10	24,95	36,73
Superior completo	14,88	25,95	21,81	24,39
	Jaguariúna			
Sem instrução e fundamental incompleto	17,61	21,15	35,87	31,86
Fundamental completo e médio incompleto	11,45	15,17	26,14	15,26
Médio completo e superior incompleto	26,50	32,48	14,29	29,38
Superior completo	44,44	31,20	23,71	23,51

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Organização própria.

Chama a atenção, também, que parte significativa dos fluxos migratórios das regiões metropolitanas consideradas que se direcionaram à Indaiatuba concluíram o ensino médio, mas não concluíram o ensino superior. Entre 1995 e 2000, eles eram 30,6% dos responsáveis “migrantes recentes” da RMSP. No período entre 2005 e 2010, foram 38,1%. Dos que migraram de outros municípios da RMC, no primeiro quinquênio representavam 24,9% e no segundo cresceram para 36,7%.

Os responsáveis com nível de instrução nos períodos analisados que se estabeleceram em Jaguariúna também são importantes e apresentaram aumento em sua representatividade entre os dois períodos analisados. O fluxo de responsáveis por domicílio que migraram da RMSP cresceu de 26,5% para 32,5% entre os quinquênios de 1995 a 2000 e 2005 a 2010. O aumento foi ainda maior para o fluxo intrametropolitano desse tipo, que cresceu 15% entre os dois períodos, passando de 14,3% para 29,4%.

Apesar do nível de instrução mais elevado dos responsáveis por domicílios migrantes das regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo, cabe destacar que a representatividade dos menos escolarizados para esses grupos ainda é significativa, sobretudo em relação à migração intrametropolitana para Jaguariúna. Entre 1995 a 2005, 35,8% dos responsáveis por domicílio migrantes intrametropolitanos não tinham instrução ou não haviam concluído o ensino fundamental. Entre 2005 e 2010, eles eram representativos de 31,8%. Dos “migrantes recentes” da RMSP, os respectivos valores são 17,6% e 21,1%, apresentando um pequeno aumento relativo. Nos fluxos intrametropolitanos e da RMSP direcionados à Indaiatuba, os menos escolarizados são representativos de, aproximadamente, 27%, com exceção da migração da RMSP, que, no período entre 2005 e 2010, foi representativa de 24,2%.

Como destacado anteriormente, de forma geral o nível de instrução da população “migrante recente”, assim como do “restante da população”, aumentou da década de 1990 para a primeira década do século XXI. Farias (2018) considera que tais aumentos nos níveis de instrução nos anos 2000 deve ser contextualizado com os avanços educacionais alcançados em âmbito nacional. Portanto, nem os resultados observados por ele ao analisar a mobilidade espacial da população na Baixada Santista nem os expostos aqui pelas Tabelas 18 e 19 são exclusividades regionais.

Ainda assim, a grande importância da migração de responsáveis por domicílios com alto nível de instrução para as cidades de Indaiatuba e Jaguariúna é algo a se destacar. Com a diminuição dos volumes de fluxos migratórios ocorrida nas últimas décadas, a migração tende a tornar-se mais seletiva quanto aos grupos sociais que dela participam. Cunha (2018), assim como Farias (2018), constata que os fluxos migratórios com origem na RMSP, por exemplo, tendem a possuir escolaridade mais elevada que outros fluxos, sobretudo os intrametropolitanos. Como observado a partir dos dados expostos, a migração de origem na RMSP apresenta escolaridade superior à de origem na RMC, mas esta última vem se equiparando à primeira em relação aos níveis educacionais mais elevados. É indiscutível, entretanto, que a migração de ambas as regiões metropolitanas tem escolaridade mais elevada que do restante da população e, também, dos demais “migrantes recentes”.

A partir da leitura dos resultados sobre o nível de instrução dos “migrantes recentes”, que se mostrou mais elevado que do restante dos responsáveis por domicílios, sentiu-se a necessidade de observar quais os tipos de ocupação de que Indaiatuba e Jaguariúna dispunham para seus moradores e se a realidade do mercado de trabalho naquele momento – ao menos em relação às vagas ocupadas – reforça o que foi apresentado até então.

Os dados sobre ocupação disponíveis nos censos de 2000 e 2010 são organizados segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Para Indaiatuba e Jaguariúna, retratam um importante aumento do peso dos “migrantes recentes” que se estabeleceram nos municípios nos períodos entre 1995 a 2000 e 2005 a 2010. Estes profissionais foram classificados como das ciências e das artes (Tabela 20), áreas que detêm profissões intelectuais e que exigem elevado nível de instrução.

Essa categoria abarca ocupações como engenheiros, profissionais do ensino, profissionais da medicina e das ciências biológicas, químicos, entre outras inúmeras profissões que exigem ao menos formação de nível superior. O crescimento percentual dos “migrantes recentes” no mercado de trabalho em ocupações dessa categoria reforça o que os dados apresentados anteriormente sobre o nível de instrução e, também, da distribuição etária mostraram, que é o aumento da seletividade migratória, de sua elitização.

Assim como a migração recente de responsáveis por domicílio com baixa escolaridade ou escolaridade média também apresentou relativo aumento, percebe-se que, entre os quinquênios analisados, o peso dos “migrantes recentes” que exercem ocupações de reparação ou manutenção – que exigem níveis menos elevados de escolaridade – também aumentou. Em Indaiatuba, a representatividade desse grupo cresceu 6%, enquanto em Jaguariúna cresceu 16,5%.

Os dados da Tabela 20 reforçam o suposto de que as cidades em questão têm recebido fluxos migratórios mais elitizados, de classes econômicas médias e altas. Quanto a esse grupo, é necessário destacar que nem sempre sua migração está relacionada ao mercado de trabalho, apesar da clara evidência do aumento dos “migrantes recentes” em ocupações de maior nível de especialização. A dinâmica do mercado de terras, nesses casos, exerce grande influência quanto à escolha migratória, sobretudo da modalidade intrametropolitana. Também é reafirmado que, apesar dos fluxos migratórios mais seletivos, a migração de pessoas de classes sociais mais baixas – caracterizada pela migração de uma população mais jovem, menos escolarizada e de locais mais distantes – continua sendo importante para o incremento populacional dos municípios de Indaiatuba e Jaguariúna.

TABELA 20 – “Migrantes recentes” (Data-fixa) responsáveis por domicílios, por ocupação e município de residência – 1995/2000 e 2005/2010

Ocupação segundo a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) - por grandes grupos	Indaiatuba		Jaguariúna	
	1995/2000	2005/2010	1995/2000	2005/2010
Profissionais das ciências e das artes	20,77	31,06	15,85	22,84
Técnicos de nível médio	10,07	9,30	13,14	4,60
Trabalhadores de serviços administrativos	6,99	3,01	6,62	2,43
Trabalhadores dos serviços de venda (lojas e mercados)	24,72	13,08	23,47	17,05
Trabalhadores agropecuários, florestas, caça e pesca	5,74	1,70	4,21	0,56
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	26,77	30,95	31,70	30,93
Trabalhadores de reparação e manutenção	4,94	10,90	5,02	21,59
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010). Organização própria

Relacionando tais resultados aos atuais processos de produção do espaço urbano da Região Metropolitana de Campinas, podemos, de fato, supor que Indaiatuba e Jaguariúna têm se solidificado como alternativa residencial para a população mais rica e para classes médias que buscam boas condições de acesso e de moradia, sem deixarem de ser opção, também, para a população menos abastada.

Como se verá no Capítulo 4, nas últimas décadas estas cidades receberam um elevado número de empreendimentos habitacionais fechados e outras mudanças relacionadas a melhorias em sua infraestrutura, que valorizam economicamente certas áreas dos municípios e, conseqüentemente, impossibilitam o acesso da parcela mais pobre da população a essas partes. Então, será possível compreender como tem se estruturado o espaço urbano de Indaiatuba e Jaguariúna a partir da distribuição espacial dos condomínios e loteamentos fechados e dos diferentes grupos sociais.

CAPÍTULO 4 – INDAIATUBA E JAGUARIÚNA: NOVAS PERIFÉRIAS URBANAS? ALGUMAS EVIDÊNCIAS

No percurso até este capítulo, pudemos concluir que, dentro da dinâmica sociodemográfica da RMC, os municípios de Indaiatuba e Jaguariúna são responsáveis por absorver parte significativa dos migrantes externos que chegam à região – interestaduais e intraestaduais – e, também, do fluxo migratório intrametropolitano, que, juntos, são responsáveis pela maior parte do crescimento dos municípios que compõem esta região metropolitana.

Em grande medida, a atração exercida por esses municípios está atrelada ao fato de comporem a “periferia” da cidade de Campinas, município sede da RMC. Estas áreas periféricas têm sido reestruturadas – ou resinificadas – no período mais recente, como podemos observar. Costa (2006) descreve o recente padrão urbano como o despontar de uma crescente complexidade, que resulta no que a autora denomina por “novas periferias”. Estas “novas periferias” são formadas por novas e velhas formas de articulação dos lugares entre si e deles com os diversos processos socioespaciais.

A ocupação da periferia metropolitana atualmente, de acordo com Cunha et al. (2013), se dá de forma descompassada em termos demográficos e econômicos, pois atende tanto aos condicionantes macroeconômicos, que se relacionam com a produção do espaço e a localização das atividades econômicas, quanto a elementos microsociais, como as novas formas de moradia da população de mais alta renda que agora também ocupa esses espaços. Ou seja, passam a receber tanto aqueles que necessitam viver nesses espaços por sua precariedade e custo mais baixo, como aqueles que optam por viver nas periferias em busca de moradias maiores e dos empreendimentos residenciais fechados, pois a distância não é um problema para esta população economicamente mais abastada.

Em linhas gerais, o espaço urbano se tornou mais diverso do ponto de vista econômico, sociodemográfico e estrutural. Estudos como os de Dota (2015), Cunha e Falcão (2017), Cunha e Farias (2017) apontam que as periferias, atualmente, apresentam maior heterogeneidade devido à presença de outros grupos sociais além da população de baixa renda, que historicamente ocupa estes espaços de forma massiva. Ainda assim, o padrão de segregação socioespacial “centro-periferia” não se tornou obsoleto, muito pelo contrário. Como aponta Cunha (2016), ainda é possível identificar grandes áreas das metrópoles onde o preço da terra e o perfil da população sugerem a permanência das antigas periferias.

Na RMC, como já sabemos, é possível identificar uma grande área de concentração da população de mais baixa renda, a já citada “cordilheira da pobreza”, que se localiza na porção nordeste da região e se opõe à “cordilheira da riqueza”, localizada na porção sudoeste da região, onde se concentra a população economicamente mais abastada. Estas duas grandes áreas são socioeconomicamente muito distintas entre si e a “cordilheira da riqueza” tem se tornado cada vez mais homogênea em seu interior. Cunha e Falcão (2017) destacam que os dados do censo demográfico de 2010 sugerem a consolidação e expansão desta área de concentração da população mais rica. Por outro lado, a área de concentração da população mais pobre passa a ser perfilada pelas classes médias.

Para além desses espaços, os demais municípios que compõem a periferia da RMC também passaram por mudanças significativas, relacionadas, sobretudo, à ocupação pela população de maior poder aquisitivo e da instalação de boas condições de infraestrutura e mobilidade, dando origem a uma “nova periferia” (CUNHA; FALCÃO, 2017, p. 61). Nesse sentido, até o presente momento buscou-se responder se Indaiatuba e Jaguariúna poderiam ser consideradas “novas periferias”, ou seja, ser palco privilegiado da instalação e desenvolvimento de um processo regional caracterizado pela ocupação progressiva por parte da população de mais alta renda, decide – incentivada pelas ofertas imobiliárias ou problemas urbanos, como, por exemplo, a violência (CALDEIRA, 2000) – viver mais distante dos grandes centros.

Para tanto, os esforços foram no sentido de confirmar ou contrapor a hipótese de que tais municípios – apesar de não estarem espacialmente conectados com as áreas de contiguidade espacial observadas em outros municípios da região – são atrativas à população economicamente mais abastada e, conseqüentemente, atraem migrantes de maior rendimento econômico e de empreendimentos que atendem suas preferências de autosegregação. Assim, Indaiatuba e Jaguariúna incluem-se no processo de dispersão e expansão territorial da RMC que concebe novas formas de ocupação do solo urbano para espaços cada vez mais distantes do centro tradicional da região (MARINS, 2017).

Os dados expostos e analisados no decorrer do trabalho nos possibilitaram chegar a algumas conclusões quanto à dinâmica sociodemográfica dessas duas cidades nas décadas de 1990 e 2000, principalmente em relação ao tipo de migrante que opta por se estabelecer nesses locais. Destaca-se, também, a importância que a migração exerce no crescimento demográfico de Indaiatuba e Jaguariúna. A migração representa mais de 65% do incremento populacional das duas cidades, valores maiores que os da cidade de Campinas e dos demais municípios que compõem a RMC.

Posteriormente, a análise mais detalhada sobre a origem desses fluxos migratórios revelou que em ambos os municípios a migração intraestadual é a de maior peso na distribuição da migração recente, por modalidades migratórias, embora tenha diminuído sua representatividade entre os quinquênios de 1995 a 2000 e 2005 a 2010. Nesse mesmo período, os fluxos interestaduais e intrametropolitanos se tornaram mais representativos. Vale lembrar que uma parcela significativa da migração intraestadual tem origem na Região Metropolitana de São Paulo, principalmente em relação à migração dessa modalidade com destino a Indaiatuba.

A terceira conclusão tirada a partir do capítulo anterior é a de que grande parte dos “migrantes recentes” responsáveis por domicílio tinham idade entre 15 e 44 anos, com concentração ainda maior no grupo etário entre 30 e 44 anos. De forma geral, os migrantes do tipo “data-fixa” apresentavam um perfil mais envelhecido do que do restante da população considerada.

As informações sobre o nível de instrução dos responsáveis por domicílio, assim como a distribuição etária, revelaram algumas diferenciações entre os “migrantes recentes” e o “restante da população”. Nos dois municípios os “migrantes recentes” eram, comumente, mais escolarizados que os demais. Tal seletividade é ainda mais perceptível no quinquênio entre 2005 e 2010, sobretudo para a cidade de Indaiatuba.

Fica evidente, também, que os fluxos migratórios recentes – “data-fixa” – eram seletivos quanto à região de origem. A migração proveniente da RMSP era “mais velha” que da RMC e, também, mais escolarizada. Entretanto, os fluxos intrametropolitanos vinham ganhando importância, principalmente para Indaiatuba, onde não eram muito representativos. Em Jaguariúna, a relação com o restante da região vem se consolidando, ao passo que a migração intrametropolitana se intensifica.

Numa última análise, é necessário destacar que, apesar de os fluxos migratórios mais recentes – “data-fixa” – que chegaram à Indaiatuba e Jaguariúna se revelarem seletivos e/ou elitizados, formados por uma população num estágio mais avançado da vida adulta e mais escolarizada, a migração de pessoas mais jovens e menos escolarizadas não cessou. Em alguns momentos, como pudemos observar no Capítulo 3, a migração dessa população, com características comumente relacionadas a classes sociais menos elevadas, permaneceu volumosa.

Nesse capítulo observaremos como o espaço urbano de Indaiatuba e Jaguariúna vem se estruturando nas últimas décadas, sobretudo no período posterior ao último censo demográfico disponível, cujos dados retratam a situação socioeconômica das cidades no ano

de 2010. A principal intenção nesse momento é compreender como e se o que os dados apontam se reflete na estruturação urbana dos municípios analisados e se, assim, poderiam ser considerados como “novas periferias” ou “periferias elitizadas”.

Uma das principais características da recente reestruturação pela qual as periferias metropolitanas vêm passando nas últimas décadas é a maior proximidade física das diferentes classes sociais e, ao mesmo tempo, o maior distanciamento social entre elas. Espacialmente falando, Caldeira (2000); Lago (2006) e Cunha e Falcão (2017) consideram os condomínios fechados, tal como as favelas, uma das principais expressões desse novo padrão de segregação socioespacial emergente, que vai na contramão do processo de periferização como conhecemos, aproximando as classes médias das classes populares (LAGO, 2006).

Por esse motivo, a análise sobre a estruturação socioespacial indaiatubana e jaguariunense será pautada na localização, periodização e classificação dos condomínios e loteamentos fechados presentes nos dois municípios. Para que possamos dar prosseguimento ao estudo, precisamos antes esclarecer dois pontos importantes, que são: a) a metodologia utilizada para a análise que se procede e b) o que entendemos por condomínios fechados e loteamentos fechados.

4.1 Alguns esclarecimentos metodológicos

Como vimos no capítulo anterior, os censos demográficos brasileiros são realizados com uma periodicidade de dez anos. Embora possa parecer um período relativamente curto, considerando o contexto atual de aceleradas transformações no espaço urbano muitas mudanças podem ocorrer em menos de dez anos.

Dota (2015) destaca que os dados censitários de 2010 apontam a manutenção da tendência de expansão socioterritorial das metrópoles e de seu entorno. O mesmo é apontado por Cunha (2018), que sublinham a ocorrência desse fenômeno em várias metrópoles brasileiras – apesar de suas especificidades – e, além disso, mostram que, embora o ritmo de crescimento exógeno destas áreas tenha diminuído, a migração externa, de mais longa distância – intraestadual e interestadual –, ainda representa um acréscimo populacional relevante nas regiões metropolitanas do país.

As mudanças oriundas dessa dinâmica emergente se dão de forma acelerada, provocando alterações no tecido urbano. Portanto, devido à importância da migração (principalmente das modalidades intrametropolitana e intraestadual) para o crescimento demográfico das cidades de Indaiatuba e Jaguariúna, observado a partir da análise realizada no Capítulo 3, e, também, da provável continuidade do acelerado processo de redistribuição

da população, buscou-se fazer uso de outras ferramentas que pudessem auxiliar na observação e análise, principalmente no período posterior a 2010.

Como destacado no início deste capítulo, optamos por basear a análise desta última etapa da pesquisa nos condomínios e loteamentos fechados presentes nos municípios em estudo. Para tanto, foi necessário localizá-los espacialmente. As informações referentes a esse tipo de empreendimento habitacional foram obtidas junto às Prefeituras Municipais de Indaiatuba e Jaguariúna e, também, por meio da observação de imagens de satélite através do *Google Earth Pro*³⁶ e de observações de campo.

Os loteamentos fechados e condomínios foram demarcados no *Google Earth Pro* e, posteriormente, salvos em KML (*Keyhole Markup Language*), que é um formato criado para uso do próprio programa e permite que tais informações sejam importadas, georreferenciadas e visualizadas em outras plataformas. Neste caso, os empreendimentos demarcados foram transportados para o programa ArcMap – componente do conjunto de programas de geoprocessamento ArcGIS®³⁷ –, que permite produzir mapas mais detalhados e sobrepor várias camadas de informações georreferenciadas, como as informações sobre os condomínios e loteamentos fechados, as principais vias de acesso, os limites políticos municipais, dados censitários sobre densidade demográfica ou infraestrutura urbana, entre outras infindáveis possibilidades. Assim foram produzidos os mapas do Capítulo 4.

Posteriormente, as informações reunidas nas ferramentas descritas acima e sintetizadas em mapas foram verificadas e registradas através de trabalhos de campo. Ao todo, foram dois dias de trabalho para cada município, nos quais foram feitas anotações pertinentes e registradas fotografias dos condomínios e loteamentos fechados e de seu entorno, assim como de outras áreas relevantes das cidades.

Por fim, com o objetivo de mostrar as mudanças ocorridas nestas áreas de interesse desde o último recenseamento disponível, as fotos tiradas nos trabalhos de campo foram comparadas às imagens do *Google Street View*, que é uma ferramenta do *Google Earth*

³⁶ Google Earth é um programa computacional desenvolvido pela multinacional Google Inc.® e tem como principal função a representação tridimensional do globo terrestre. A imagem disponibilizada pelo programa é composta por um mosaico de imagens – de satélite ou aéreas – de diversas fontes. Seus recursos permitem marcar locais para consulta futura, mensurar a distância entre dois pontos no globo, produzir mapas (com certas limitações) e exportar imagens em escala e qualidade diversas. Google Earth Pro é uma variação do programa, permite exportar imagens com maior qualidade.

³⁷ ArcGIS é um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) desenvolvido pela empresa ESRI e que permite criar, manusear, analisar e compartilhar mapas e informações geográficas. A versão do programa utilizada neste trabalho foi a 10.6.1, que é a versão mais recente disponibilizada pela Unicamp aos alunos, docentes e funcionários interessados. O acordo firmado entre a universidade e a empresa responsável pela distribuição do programa no Brasil permite aos solicitantes utilizarem todas as extensões da ferramenta, dependendo da necessidade do usuário.

que permite observar ruas e outros espaços do mapa ao nível do solo em uma imagem de 360° na horizontal. No entanto, estas imagens não são todas de um mesmo período, de modo que apenas para alguns locais foi possível realizar uma comparação em uma data bem próxima ao ano do último Censo (2010). Ainda assim, em alguns casos observaram-se importantes mudanças, como será mostrado mais adiante.

4.2 Loteamentos fechados, condomínios e suas diferenças em termos legais

Loteamento é uma forma de parcelamento do solo, regida pela Lei Federal de n. 6.766, instaurada no ano de 1979, que prevê a abertura de novas vias de circulação e áreas de uso comum – praças, escolas, creches, postos de saúde etc. A lei federal define que o loteamento deve seguir as normas previstas por cada município em seu zoneamento ou lei municipal, mas determina que os lotes não tenham menos que 125 m² nem estejam localizados em áreas não urbanas, caso sejam parcelamentos para fins urbanos (FREITAS, 2008).

Os loteamentos fechados são uma forma distinta de loteamento, que tem seu perímetro circundado por muros ou cercas. Sua existência gera debates, pois impedem a circulação em espaços que, por lei, são de uso público. Dessa forma, “a figura jurídica do loteamento fechado não existe, dado que as áreas de uso comum não podem se tornar objetos particulares” (MOURA, 2008, p. 42).

A aprovação desses empreendimentos cabe aos respectivos poderes municipais e, muitas vezes, os espaços são fechados sem a licença necessária. Não podemos negar a importância da discussão sobre a ilegalidade dos loteamentos fechados, pois, como sublinha Vercezi; Tows e Mendes (2009), sua existência agride direitos institucionais, como os direitos de reunião e de ir e vir. Entretanto, não é a intenção deste trabalho aprofundar tal discussão, pois vai além do que foi proposto para nossa investigação. O interesse em elucidar o significado dos loteamentos fechados está na necessidade de diferenciá-los dos condomínios.

Freitas (2008) destaca que características comuns aos loteamentos fechados, como as guaritas, muros, agentes de segurança privados e a necessidade de autorização de algum morador para entrar nesses espaços, fazem com que sejam conhecidos e chamados de condomínios fechados. Contudo, os condomínios são legalmente distintos dos loteamentos, embora se assemelhem em sua variante murada.

Os condomínios horizontais são regulamentados pela Lei Federal n. 4.591, que foi implantada em 1964, e se diferem dos loteamentos por incluírem as edificações – residências e demais estruturas – em sua realização e, principalmente, porque “as vias e áreas coletivas

dos condomínios são realmente privadas e de uso exclusivo e coletivo dos condôminos” (D’OTTAVIANO, 2008, p. 83).

De forma mais geral, tanto os loteamentos fechados quanto os condomínios horizontais são formas de habitação entremuros ou o que Caldeira (2000) denomina por “enclaves fortificados”, e se relacionam ao desejo de autossegregação de certa parcela da população. Como vimos no transcorrer deste trabalho, os enclaves residenciais são uma das principais características do padrão de segregação socioespacial mais recente, que tem transformado as periferias metropolitanas.

Caldeira (2000) os relaciona exclusivamente às classes médias e altas. Segundo a autora, esses espaços residenciais ocupam as periferias urbanas, tal qual o fazem em diversos países há muito tempo. Entretanto, o histórico de ocupação das periferias brasileiras pela população de baixa renda faz com que a convivência dos dois grupos sociais distintos transforme profundamente o padrão de segregação prevalecente até então, pois “eles [enclaves fortificados] alteram o princípio de centralidade que sempre organizou a cidade” (CALDEIRA, 2000, p. 338).

D’Ottaviano (2008), em seu estudo sobre os condomínios fechados na RMSP, observou que esse tipo de empreendimento habitacional não pode mais ser associado apenas à elite metropolitana – entendida pela autora como as classes de alta renda – e, tampouco, aos grandes parcelamentos de terra das periferias da metrópole paulista. Segundo a autora, os condomínios fechados se consolidaram na região como uma opção de moradia também para as camadas populares.

Além de D’Ottaviano (2008), outros autores têm chamado atenção para a ocupação de condomínios fechados pela população de menores rendimentos econômicos. Dentre eles, destacamos os trabalhos de Maia (2010) e Oliveira (2015), que estudam esse tipo de fenômeno na cidade de Campina Grande, na Paraíba, e nas regiões de Presidente Prudente e São Carlos, no estado de São Paulo.

Em ambos os casos foi constatado que os municípios e agentes imobiliários valeram-se de programas governamentais de financiamento habitacional – Companhia de Habitação Popular (COHAB) e Companhia Estadual de Casas Populares (CECAP), por exemplo – para construir condomínios populares em áreas distantes dos centros municipais e da malha urbana, na esperança de que tais áreas fossem valorizadas.

Esse tipo de empreendimento adequa-se às exigências dos programas de financiamento habitacional – número de cômodos e área mínima construída – para possibilitar seu acesso por classes sociais mais pobres, mas utiliza-se do simbolismo positivo de status

que é associado à palavra “condomínio”, o que diminui o estigma de viver num bairro periférico, conclui Oliveira (2015). Por outro lado, a autora destaca que:

[...] a divisão do espaço promovida pelos condomínios populares amplia a tendência de privatização em curso nas cidades brasileiras e cria diferenciações entre interior e exterior desses espaços residenciais, embora seus moradores possuam perfil socioeconômico semelhante, ou seja, estimula novas segmentações que se sobrepõem às já existentes [...] (OLIVEIRA, 2015, p. 205).

No decorrer do levantamento das informações sobre loteamentos fechados e condomínios horizontais em Indaiatuba e Jaguariúna, observou-se que os dados disponibilizados pelas prefeituras distinguem esses dois tipos de empreendimentos, entretanto, desconsideram os conjuntos habitacionais populares, como os financiados pelo CDHU, por exemplo. Esse tipo de conjunto residencial é voltado para a população mais pobre e, geralmente, é associado à precariedade e periferização. No entanto, mais recentemente, a instituição do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) “culminou em mudanças da forma como o mercado habitacional vinha atuando, possibilitando o atendimento via mercado formal a um público mais amplo” (DOTA, 2015, p. 45).

O programa MCMV foi lançado em 2009 e é uma iniciativa do governo federal que oferece condições de financiamento de moradias para a população de mais baixa renda. São atendidas três faixas de renda, que são: faixa 1) que atende famílias com renda mensal de até R\$1.800,00; faixa 1,5) até R\$2.600,00 mensais; faixa 2) para famílias com renda mensal de até R\$ 4.000,00 e faixa 3) que abrange famílias com renda de até R\$7.000,00 mensais.

De acordo com Rolnik (2015), a criação do programa foi uma medida emergencial para minimizar os impactos da crise internacional de 2008, fomentando o crescimento econômico do país através do estímulo do setor de construção civil, sobretudo para evitar a falência de inúmeras construtoras que antes da crise econômica haviam criado grandes estoques de terra para futuros projetos. Em todas as faixas de financiamento o projeto e sua execução são de responsabilidade das construtoras.

Entretanto, nas faixas 1 e 1,5 o pagamento de quase todo o custo do imóvel é realizado pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), enquanto as famílias beneficiadas se responsabilizam a realizar pagamentos mensais por dez anos (que, mesmo assim, representa uma pequena parte do preço do imóvel). As faixas 2 e 3 compõem o chamado “mercado popular”. Nesses casos, as construtoras são também as incorporadoras responsáveis pela comercialização das residências. Na faixa 2 ainda é recebido o abatimento de parte da entrada, o que não ocorre para a faixa 3.

De acordo com as condições de aprovação desse tipo de empreendimento, eles podem apresentar a tipologia de casa ou apartamento e, também, podem ser realizados na forma de condomínios, desde que sigam as regras do programa sobre as áreas mínimas definidas³⁸ e da legislação municipal para a construção no formato condominial.

Oliveira (2015) destaca haver preferência, por parte do mercado mobiliário e da iniciativa privada, pela tipologia fechada, no formato condominial, principalmente pela possibilidade de agregar valor aos imóveis e atingir o máximo aproveitamento dos lotes. Além disso, a autora conclui que a presença de muros também é uma forma de reverter problemas como desvantagens locacionais, a exemplo da descontinuidade da malha urbana.

Por esse motivo, optamos por distinguir os condomínios dos loteamentos fechados nos mapas que serão apresentados no item a seguir, pois, apesar de serem considerados formas habitacionais fechadas, não necessariamente atendem à população das classes socioeconômica mais elevadas.

4.3 Os espaços residenciais fechados de Indaiatuba e Jaguariúna

Nesse item veremos algumas questões que consideramos importantes sobre a distribuição espacial dos diferentes grupos sociais em Indaiatuba e Jaguariúna. Como observado no Capítulo 3, estas cidades têm recebido fluxos migratórios consideravelmente volumosos e seletivos, principalmente de uma população com nível de instrução mais elevado e numa fase mais avançada do ciclo de vida. Notou-se, também, que a migração da população mais abastada, principalmente na modalidade migratória intrametropolitana, tem forte relação com questões residenciais, sobretudo com a proliferação de empreendimentos residenciais fechados. Estes, por sua vez, tendem a ser instalados nas periferias metropolitanas.

A partir disso, realizou-se um levantamento sobre os loteamentos fechados e condomínios horizontais dos municípios estudados, com o objetivo de observar possíveis relações entre o tipo de “migrante recente” que tem se mudado para estes municípios e o tipo de empreendimento residencial instalado nestas cidades da periferia metropolitana de Campinas. Dessa maneira, poderemos avaliar de forma mais contundente se, de fato, há uma coabitação das classes sociais de altos e baixos rendimentos econômico nessas cidades e, assim, responder se configuram o emergir de “novas periferias” na RMC.

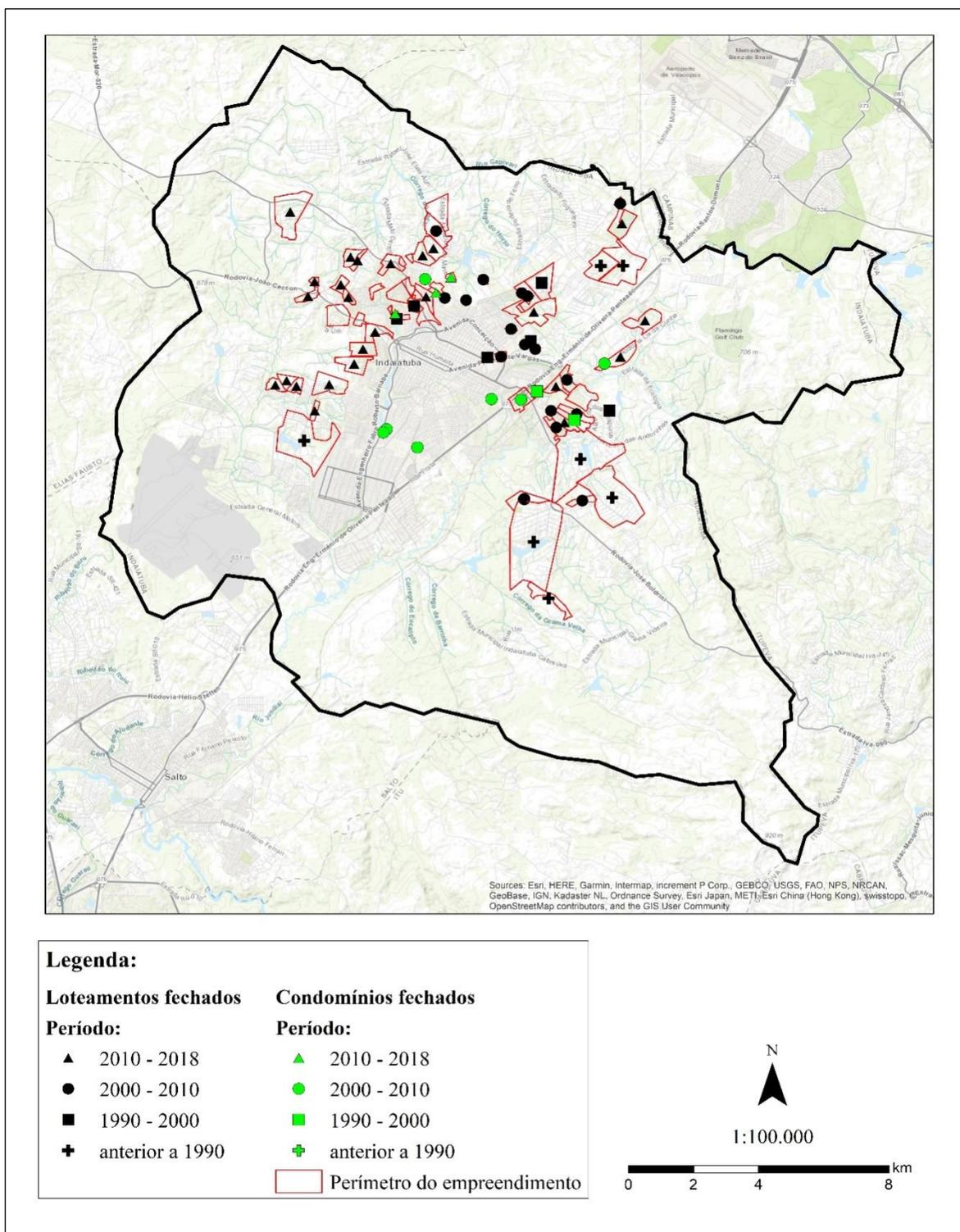
³⁸ A Portaria 269/2017 do extinto Ministério das Cidades determina que a área mínima de casas deve ser de 36,00 m², caso a área de serviço seja externa, e de 38,00 m², caso seja interna. Para apartamentos, a área mínima de cada unidade é de 39,00 m². Em todos os casos deve haver, no mínimo, dois dormitórios, sala (de estar e/ou refeições), cozinha, banheiro e área de circulação.

As informações foram obtidas nas Prefeituras Municipais de Indaiatuba e Jaguariúna e, também, com o auxílio de ferramentas computacionais, descritas no início deste capítulo. Contabilizou-se a existência de 78 espaços residenciais fechados em Indaiatuba e 30 em Jaguariúna. A seguir, nos Mapas 6 e 7 podemos visualizar a distribuição espacial dos loteamentos fechados e condomínios horizontais nos dois municípios considerados, seus perímetros e o período em que foram instalados.

Em Indaiatuba, denota-se que os residenciais fechados são, majoritariamente, loteamentos fechados: dos 78 empreendimentos demarcados, 61 são dessa categoria e apenas 17 condomínios horizontais. Além dessa diferença, os dois tipos de enclaves se diferenciam em relação à localização, tamanho dos empreendimentos e ao período em que começaram a surgir.

Primeiro, sobre a distribuição espacial dos loteamentos fechados no território indaiatubano, destacamos que os mais antigos (anteriores à década de 1990) estão localizados em áreas mais afastadas da mancha urbana. Também é importante notar que os loteamentos fechados desse período são os maiores em área e que ainda não havia condomínios no município.

MAPA 7 – Perímetro de loteamentos fechados e condomínios, por período de construção
Indaiatuba – 1990 a 2018



Fonte: Prefeitura Municipal de Indaiatuba. Organização própria.

Os loteamentos fechados mais antigos eram, originalmente, loteamentos abertos de chácaras e que tiveram permissão da prefeitura para seu fechamento. Até março de 1998, quando foi sancionada a Lei Municipal de Parcelamento do Solo, n. 3.525, o uso das áreas

públicas para usos particulares era concedido apenas a esse tipo de loteamento, que, por sua vez, só eram permitidos fora do perímetro urbano.

Depois da aprovação da lei, ficou permitida a existência de chácaras no perímetro urbano. No entanto, a mudança mais significativa está na concessão do uso das áreas públicas. A lei determina que 35% do loteamento seja destinado a usos públicos, no entanto, facilita a concessão de uso e administração dessas áreas públicas caso os lotes tenham no mínimo 350 m².

Devido a tais mudanças, os loteamentos fechados que surgiram no decorrer da década de 1990 se concentram tanto em áreas periféricas e distantes – principalmente próximos aos da década anterior – quanto na malha urbana. Enquanto os loteamentos fechados anteriores a 1990 concentravam-se ao leste da Rodovia Santos Dumont, nos anos 1990 eles são instalados em outras áreas da cidade, sobretudo a oeste da rodovia.

É nessa década que surgem os primeiros condomínios horizontais em Indaiatuba. Sua localização se restringe às proximidades dos loteamentos mais antigos, de chácaras. Esse tipo de empreendimento residencial foi regulamentado no município em junho de 1998, a partir da aprovação da Lei n. 3.556, que determina que cada área privativa tenha no mínimo 125 m² e não tenha mais que dois pavimentos além da passagem superior (térreo e superior), podendo haver um subsolo. Pode-se inferir, então, que os condomínios horizontais construídos na década de 1990 são, na verdade, do final desta década.

Como reflexo desta aprovação podemos notar um importante aumento de condomínios horizontais construídos na década de 2000. Além de serem menores, estão localizados em áreas mais diversas. Apesar de terem surgido novos condomínios horizontais nas áreas de concentração de loteamentos fechados – nas bordas da cidade –, eles também ocorrem em áreas mais centrais, principalmente próximos ao Parque Ecológico³⁹. Os loteamentos fechados lançados nos anos 2000 passaram a ser construídos em áreas mais espalhadas pelo território indaiatubano, apesar de ainda se concentrarem mais ao norte do município, nas áreas periféricas onde estão os empreendimentos residenciais fechados das décadas anteriores.

Nos anos posteriores a 2010, quando foi realizado o último censo, é visível o aumento do número de empreendimentos residenciais fechados instalados no município, 22 ao todo. O que mais chama atenção é a concentração destes loteamentos fechados e

³⁹ De acordo com Ribeiro (2015), o Parque Ecológico é um projeto do arquiteto Ruy Otake implantado em 1990 e consiste num parque linear que segue ao longo do Córrego Barnabé, por quase toda sua extensão, ligando a cidade de norte a sul. O principal objetivo do projeto era a integração da cidade e acabou se tornando um dos vetores de crescimento do município.

condomínios horizontais em uma área que se estende em uma faixa contínua paralelamente à porção oeste da malha urbana. Eles se espalham desde bem próximo ao centro urbano até as áreas mais distantes, ao norte do território. Outro fato importante a ser destacado é a construção de alguns destes loteamentos fechados ao longo da rodovia, em direção à Campinas, onde se localizam os loteamentos fechados mais antigos.

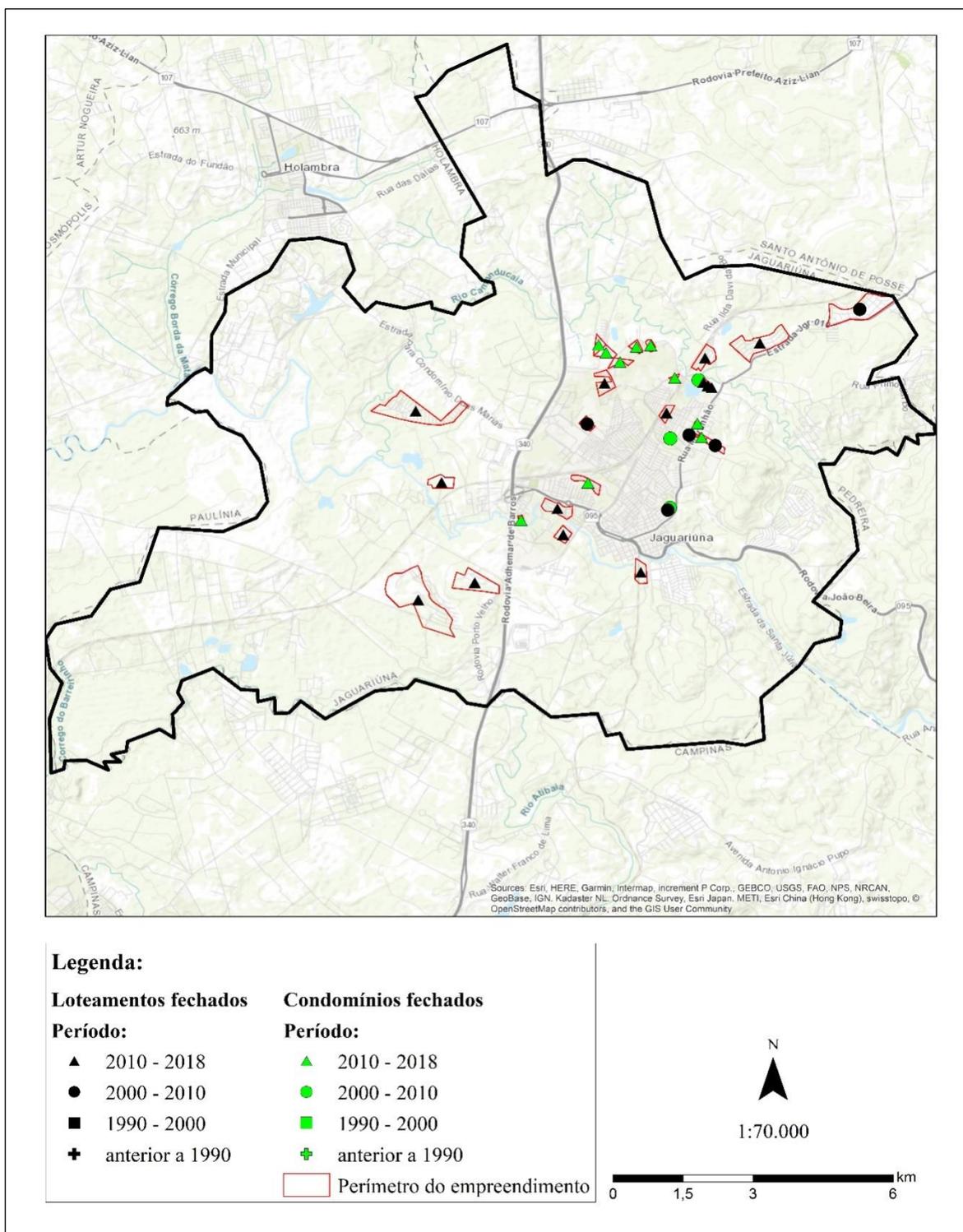
Dentre os loteamentos fechados mais recentes, localizados próximos à Rodovia Santos Dumont, destacam-se os residenciais Evidências e Indaiatuba Golf. O primeiro tem terrenos com 300 m² e preço inicial de R\$200.000,00, e o segundo tem terrenos com área mínima de 1.000 m² e conta com campo de golfe, lagos e clube de equitação. Os loteamentos fechados mais recentes, localizados ao longo da outra extremidade da cidade, por outro lado, têm lotes mais modestos, com áreas de 200 m² e até 150 m², como é o caso do Residencial Jardins do Império (EXSA, 2018).

Em Jaguariúna, os primeiros loteamentos fechados e condomínios horizontais começaram a ser construídos na década de 2000⁴⁰ (ver Mapa 8). Apesar de a prefeitura municipal ter concedido o uso exclusivo das áreas públicas dos loteamentos de Chácaras Parque Ana Helena e Chácaras Long Island, ainda não havia legislação que regulamentasse esse tipo de uso e, nesses casos, o município ainda era responsável pelos cuidados de zeladoria das áreas públicas concedidas ao uso dos moradores dos loteamentos. Em 2003, foi aprovada a Lei Municipal n. 1.495, que dispõe sobre os loteamentos fechados para fins exclusivamente residenciais. A partir de então, são regulamentados os loteamentos fechados que submeterem permissão e estiverem adequados aos parâmetros de ocupação do solo, definidos pela legislação municipal⁴¹ para a zona de uso em que estiverem localizados.

⁴⁰ Apesar de os primeiros residenciais fechados terem sido construídos em Jaguariúna apenas nos anos 2000, optamos por manter a mesma tipologia utilizada nos mapas de Indaiatuba para facilitar sua leitura e comparação.

⁴¹ Atualmente está vigente a Lei Complementar n. 97, de dezembro de 2004.

MAPA 8 – Perímetro de loteamentos fechados e condomínios, por período de construção
Jaguariúna – 1990 a 2018



Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguariúna. Organização própria.

No Mapa 8 podemos notar uma clara tendência de concentração dos empreendimentos residenciais fechados na década de 2000, numa área mais centralizada, enquanto os mais recentes (posteriores a 2010) se localizam nas bordas da cidade, inclusive

próximos a Campinas e em paralelo à Rodovia Campinas/Mogi-Mirim. Também chama atenção o fato de estes residenciais mais distantes serem loteamentos fechados, enquanto os condomínios horizontais se concentram em uma área menor, principalmente na porção Nordeste do município.

Nos trabalhos de campo realizados em Jaguariúna, observou-se que os condomínios horizontais construídos após 2010 são, em sua maioria, prédios de 3 a 4 andares. A legislação municipal considera como condomínios horizontais, a partir da Lei Complementar n. 135/2007, os residenciais fechados, com construções de um a quatro pavimentos, podendo ser acrescidos de mais um caso haja declive no terreno.

O maior número de condomínios horizontais construídos no período posterior a 2010, em Jaguariúna, sobretudo de prédios com poucos andares ou casas conjugadas, tem relação com a concessão de incentivos fiscais a empreendimentos do programa MCMV. A Lei Complementar n. 147, de junho de 2009, prevê a isenção de tributos, como a Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares e o ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), para todos os empreendimentos vinculados ao programa MCMV, voltados a atender famílias com renda mensal de até seis salários mínimos.

A Prefeitura Municipal de Jaguariúna denomina os empreendimentos submetidos a tais isenções como “conjuntos habitacionais de interesse popular”, porém, não foi identificado qualquer tipo de envolvimento da administração municipal com o projeto e sua execução⁴², além dos incentivos concedidos. Dentre os empreendimentos, quatro se enquadram na tipologia de condomínio horizontal de interesse popular e, próximo a eles, há também dois condomínios horizontais que não são vinculados ao programa MCMV, além de alguns loteamentos fechados.

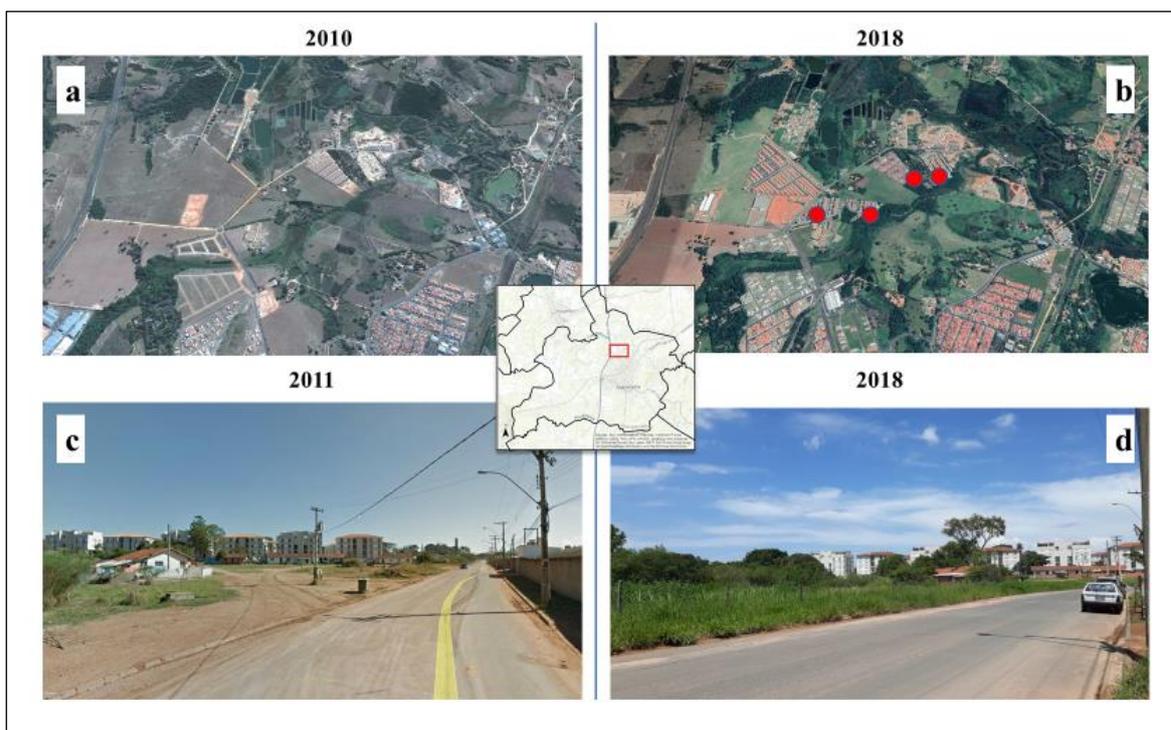
Na Figura 4, observa-se a comparação entre as imagens de satélite do local onde se concentram os condomínios horizontais vinculados ao programa MCMV, indicados por pontos vermelhos. Também há uma captura de tela, do programa *Street View*, da estrada que leva a esses condomínios, do ano de 2011, e, ao seu lado, uma foto recente do mesmo local, tirada em dezembro de 2018.

Pelas fotos “a” e “b”, expostas na Figura 4, é possível ter uma noção mais clara da área, da disposição dos condomínios horizontais e, também, dos grandes vazios territoriais ao redor desses empreendimentos, pois estão localizados na borda da malha urbana, onde são

⁴² A Prefeitura Municipal de Jaguariúna também considera como “conjuntos habitacionais de interesse popular” empreendimentos anteriores à implementação do programa MCMV, como CDHU, COHAB e CECAP. Nesses casos, o envolvimento do governo municipal era maior, inclusive para o cadastramento de famílias a serem beneficiadas.

mescladas características rurais e urbanas. A comparação das imagens no nível do solo (fotos “c” e “d”), por outro lado, não mostram grandes mudanças no entorno desses espaços, principalmente se se considera que esta é a principal via de acesso a esses empreendimentos.

FIGURA 4 – Entorno dos condomínios vinculados ao programa MCMV. Jaguariúna, 2010-2018



Fonte: a, b e c) Google Earth Pro (2018); c) do autor (2018). Organização própria.

Legenda: a) imagem de satélite de 2010; b) imagem de satélite de 2018; c) *Google Street View* de agosto de 2011 do entorno do Condomínio Quinta do Conde e; d) foto tirada em dezembro de 2018 do mesmo local.

Indaiatuba também conta com uma lei de incentivo a empreendimentos residenciais vinculados ao programa MCMV, a Lei Municipal n. 5.762, de maio de 2010. No entanto, como se observa no Mapa 6, não houve aumento significativo de condomínios horizontais em um momento posterior ao da aprovação da lei, mas sim de loteamentos fechados, principalmente no quadrante Noroeste do município.

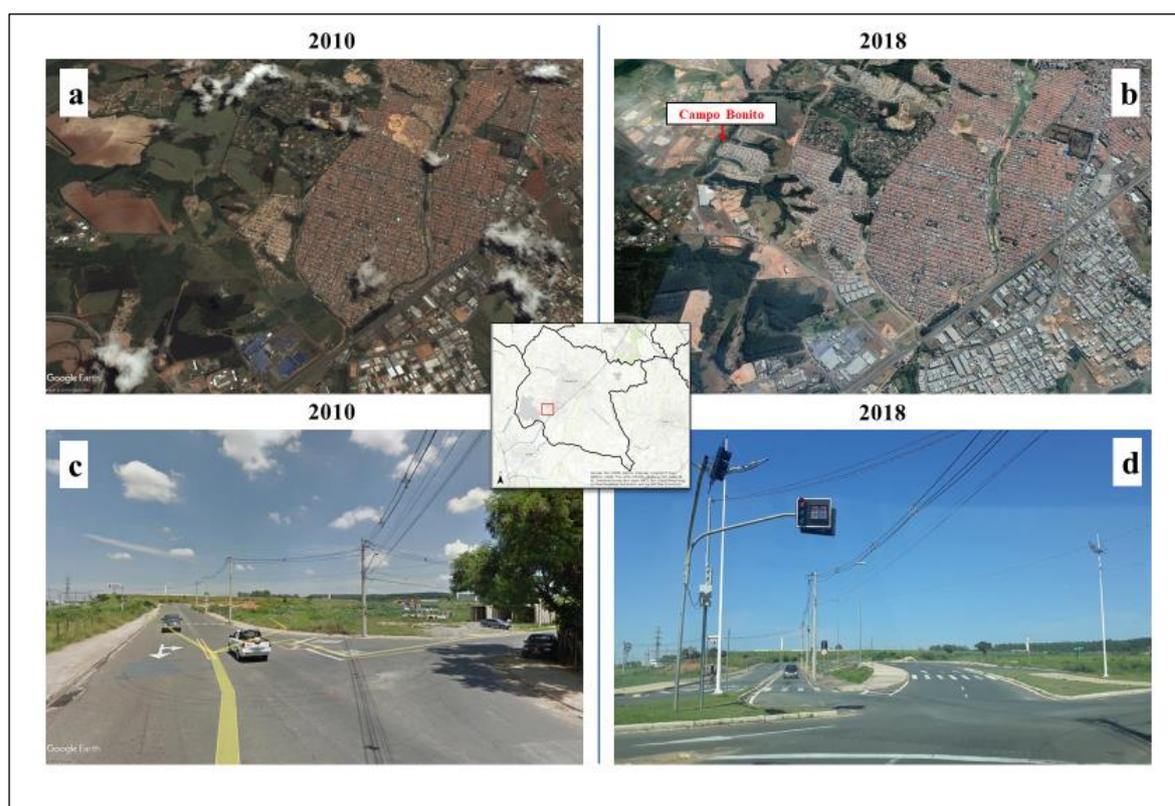
Apesar de a análise estar baseada na instalação de residenciais fechados, é importante destacar alguns fatores da dinâmica habitacional indaiatubana dos últimos dez anos. Após a implementação do programa MCMC, a prefeitura municipal, junto ao Governo Federal, implantou o bairro Campo Bonito (Figura 5). O bairro está localizado ao extremo Sudoeste de Indaiatuba, próximo à divisa com Salto, e foi entregue em 2016, já com 2.048 casas prontas e mais 400 em construção. Cabe apontar que a localização do novo bairro popular é próxima ao Jardim Morada do Sol, que é o mais populoso da cidade, de origem

operária, e abriga famílias das classes econômica mais baixas, como vimos no segundo capítulo.

Nos arredores deste empreendimento surgiram inúmeros outros loteamentos abertos vinculados ao programa MCMV e construídos pela mesma construtora responsável pelo bairro Campo Bonito, a Jacitara Holding. Junto ao bairro, também foi entregue pela Prefeitura Municipal de Indaiatuba um anel viário interligando toda a extremidade Oeste da cidade, de norte a sul, incluindo o novo bairro popular.

Na Figura 5, observa-se como a região próxima ao bairro Campo Bonito foi modificada entre os anos de 2010 e 2018 (foto “b”). Além de diversos loteamentos abertos, a região recebeu também um loteamento industrial, o Europark, uma iniciativa da incorporadora Jacitara Holding. Nas fotos “c” e “d” se vê o início do anel viário. Na primeira foto ele ainda não existia e, na segunda, já havia recebido melhorias em decorrência de sua implementação.

FIGURA 5 – Anel viário e entorno do bairro Campo Bonito. Indaiatuba, 2010-2018



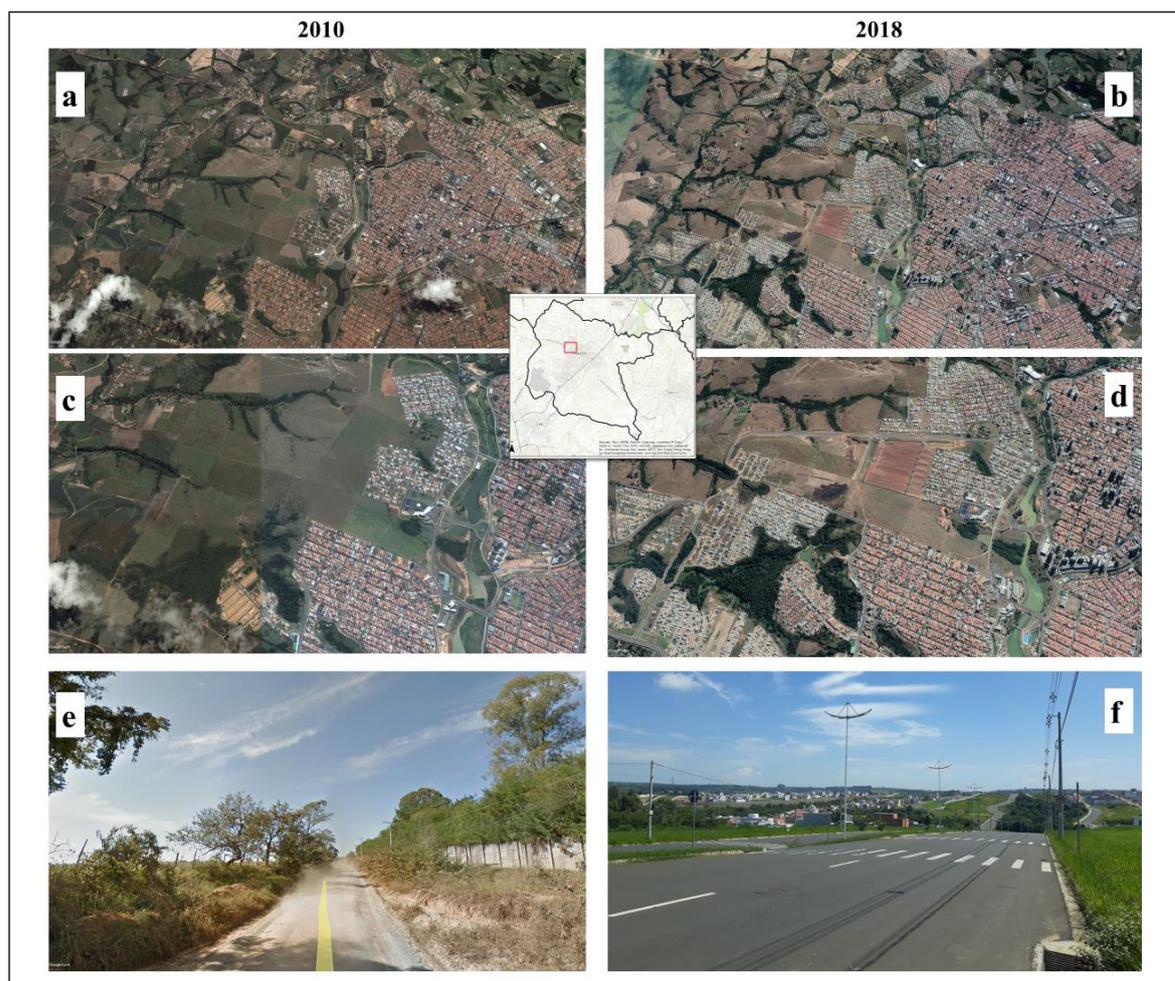
Fonte: a, b e c) Google Earth Pro (2018); c) do autor (2018). Organização própria.

Legenda: a) imagem de satélite de 2010; b) imagem de satélite de 2018; c) *Google Street View* de junho de 2010 do anel viário e; d) foto tirada em dezembro de 2018 do mesmo local.

A seguir, na Figura 6, observa-se a comparação de imagens de satélite de mais um trecho da margem Oeste da malha urbana de Indaiatuba, onde se concentra a maioria dos

empreendimentos residenciais fechados construídos depois de 2010 – lembrando que a maior parte é de loteamentos fechados – e o anel viário.

FIGURA 6 – Anel viário e entorno. Indaiatuba, 2010-2018



Fonte: a, b, c, d)-Google Earth Pro (2018); c) do autor (2018). Organização própria.

Legenda: a) imagem de satélite de 2010; b) imagem de satélite de 2018; c) imagem de satélite de 2010; d) imagem de satélite de 2018; e) *Google Street View* de junho de 2010 do anel viário e; f) foto tirada em dezembro de 2018 do mesmo local.

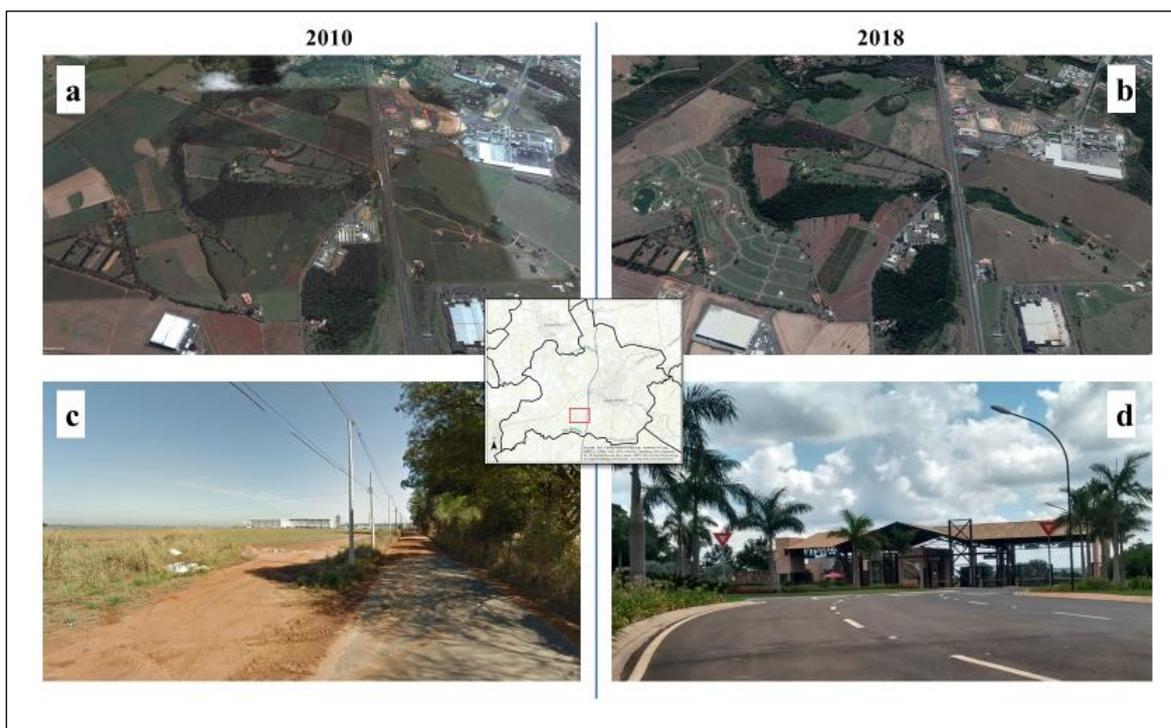
A porção Noroeste do território indaiatubano, onde se concentram os loteamentos fechados mais recentes, assim como a região Sudoeste, também teve suas vias de acesso melhoradas e recebeu um parque. O Parque do Mirim é uma obra do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) e foi construído no entorno de uma barragem do Rio Capivari-Mirim. A represa foi um investimento feito para minimizar as dificuldades hídricas do município e sua área foi aproveitada para a criação de uma unidade de Preservação Ambiental, utilizada para a conscientização e educação ambiental da população, além de oferecer inúmeras atividades de lazer, como deques para pesca, pista de caminhada, ciclovia, quadras, etc.

O loteamento fechado Reserva Petrus, por exemplo, é o empreendimento mais próximo ao Parque do Mirim e, em sua página na internet, é descrito como um “loteamento fechado de alto padrão”, com terrenos a partir de 1000 m². Num espaço em destaque no site, onde está indicada a localização do residencial, em vez de um endereço, lê-se: “Lugar único em Indaiatuba. Fique perto da natureza sem abrir mão do que a cidade pode te oferecer” (RESERVA PETRUS, 2018).

Retornando à análise da distribuição espacial dos residenciais fechados em Jaguariúna (Mapa 8), é necessário destacar que também existe esse tipo de empreendimento voltado à população mais abastada no território jaguariunense. Tais empreendimentos se encontram entre os loteamentos fechados em áreas mais distantes da malha urbana, construídos, principalmente, no período posterior a 2010. Apesar da localização periférica, estes empreendimentos não se concentram em um só eixo do território e, além disso, são mais extensos. Nas visitas de campo foi possível observar que, diferentemente dos condomínios descritos anteriormente, que se concentram em uma área específica de Jaguariúna, os loteamentos fechados mais recentes são mais parecidos com o que é relacionado à moradia da população mais rica.

Os sites de alguns desses empreendimentos destacam a localidade próxima às rodovias e à cidade de Campinas, amplas áreas de lazer e preço abaixo do que é encontrado na região. A página do empreendimento Tamboré Jaguariúna, por exemplo, destaca que o loteamento oferece terrenos com área mínima de 500 m² e o descreve como “a opção ideal para quem procura uma vida com mais qualidade, integrada à natureza e com um complexo de lazer invejável à sua disposição” (TAMBORÉ JAGUARIÚNA, 2018).

Outro empreendimento que chama atenção é o loteamento fechado Haras Patente, cuja página na internet afirma: “Morar você já mora bem, chegou a hora de viver”. Na sequência, enumera os principais diferenciais do residencial: lotes residenciais de alto padrão, a partir de 800 m², na Rodovia Campinas-Mogi, e a 13 minutos da Lagoa do Taquaral, em Campinas. Na Figura 7 é possível observar que, além de sua localização afastada, não houve maiores mudanças na área onde o empreendimento foi instalado. Chama atenção, no entanto, a imagem “d”, que mostra a portaria do empreendimento, bastante afastada da via de acesso e sem calçadas para pedestres ou estacionamento para visitantes.

FIGURA 7 – Entorno do loteamento fechado Haras Patente. Jaguariúna, 2010-2018

Fonte: a, b e c) Google Earth Pro (2018); c) do autor (2018). Organização própria.

Legenda: a) imagem de satélite de 2010; b) imagem de satélite de 2018; c) *Google Street View* de agosto de 2011 do entorno do loteamento fechado Haras Patente e; d) foto tirada em dezembro de 2018 do mesmo local.

Fica evidente que os loteamentos fechados e condomínios horizontais são de grande importância na dinâmica de crescimento urbano dos municípios de Indaiatuba e Jaguariúna e que a distribuição espacial destes empreendimentos não se dá de forma aleatória, mas sim a partir da influência do mercado imobiliário, do poder público e, também, da lógica já existente no espaço urbano dessas cidades.

Em Indaiatuba, os empreendimentos mais recentes, instalados entre 2010 e 2018, se localizam nas bordas da malha urbana, sobretudo em sua porção mais a Oeste, em áreas que se aproximam de municípios vizinhos, mas que não deixam de oferecer certa proximidade ao centro da cidade. É importante destacar que esses empreendimentos residenciais fechados se estendem desde a periferia tradicional da cidade, mais ao Sul, onde estão os bairros mais populares – Jardim Morada do Sol e Campo Bonito, por exemplo –, até a extremidade mais ao Norte, onde já havia grande concentração de loteamentos fechados nas décadas anteriores. Em Jaguariúna, os loteamentos fechados posteriores a 2010 também se concentram em áreas periféricas e próximas a outros municípios e, principalmente, de Campinas. Por outro lado, os condomínios horizontais se concentram em uma área mais afastada da cidade sede e, também, das cidades vizinhas.

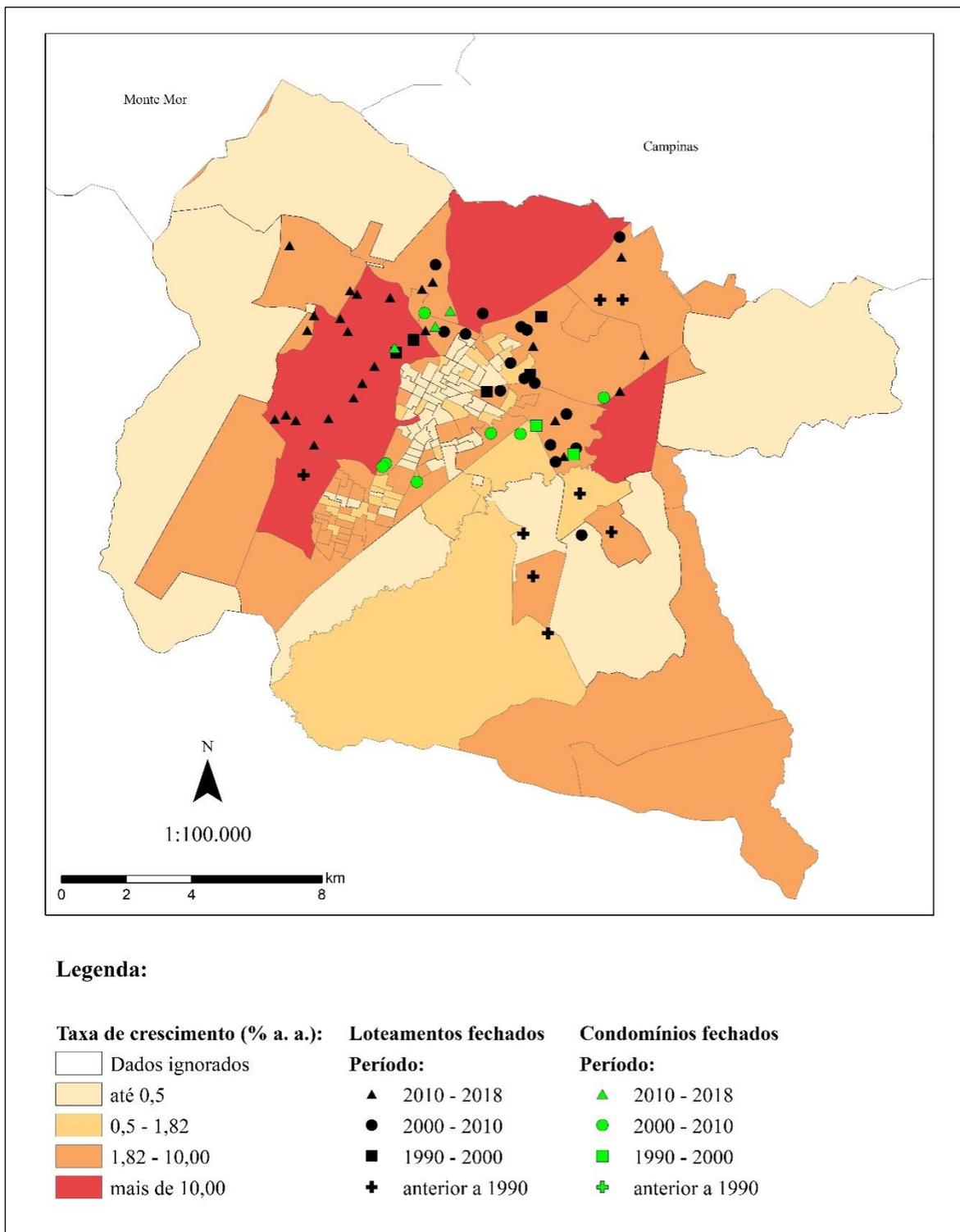
Sobrepondo a localização dos empreendimentos residenciais fechados de ambos os municípios estudados às taxas geométricas de crescimento populacional anual por setores censitários no período entre 2000 e 2010 (Mapas 9 e 10), nota-se que, de forma geral, nas duas cidades os loteamentos fechados e condomínios horizontais construídos após 2010 foram instalados nas áreas que apresentaram maior crescimento demográfico na década de 2000.

Observando mais detalhadamente o mapa que apresenta as informações referentes à Indaiatuba (Mapa 9), é relevante destacar que os setores censitários que apresentaram taxa média de crescimento anual superior a 10% entre 2000 e 2010 não haviam recebido residenciais do tipo fechado naquela época ou em décadas anteriores – na porção Sudoeste do município e em algumas áreas periféricas isoladas. Entretanto, os loteamentos fechados e condomínios horizontais construídos no período seguinte, depois de 2010 – representados por triângulos pretos e verdes, respectivamente –, localizam-se nas áreas que demograficamente mais cresceram na década de 2000. Não por acaso, esta área é a mesma que apontamos anteriormente como receptora de importantes obras de infraestrutura – a exemplo do anel viário – e de loteamentos abertos de interesse popular, ou seja, aqueles com subsídios do programa MCMV.

Dinâmica semelhante ocorre em Jaguariúna (Mapa 10). Os setores censitários que mais cresceram entre 2000 e 2010, demograficamente falando, coincidem com a área destacada anteriormente como sendo de grande concentração de condomínios horizontais vinculados ao programa MCMV. Os loteamentos fechados instalados depois de 2010, no entanto, não estão nessa área, como já sabemos, pois estão localizados em áreas mais periféricas, mas que também apresentaram crescimento populacional significativo na década anterior, entre 1,82% e 10% ao ano.

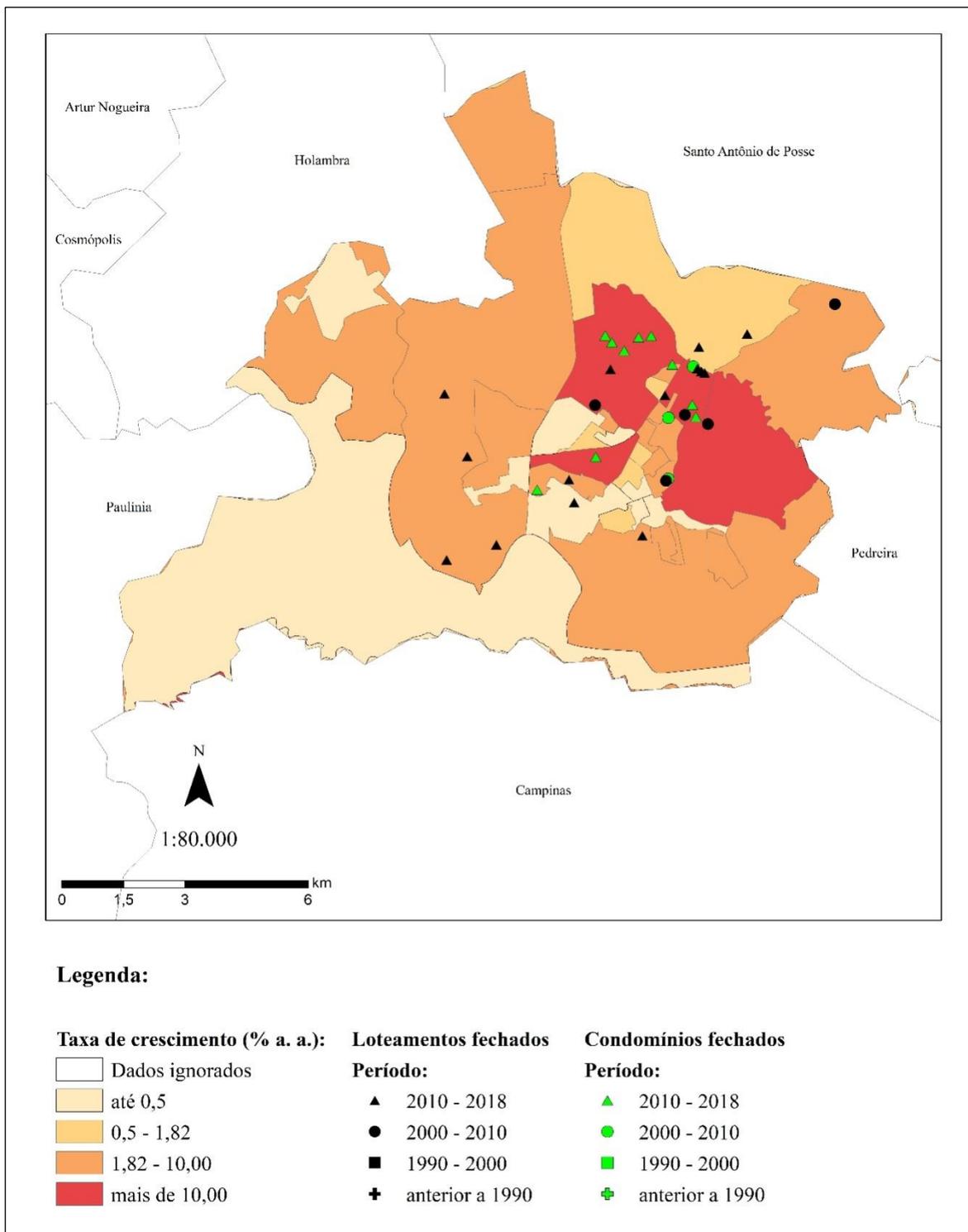
Por fim, a sobreposição dos mesmos dados sobre os loteamentos fechados e condomínios horizontais, em Indaiatuba e Jaguariúna, aos dados sobre concentração de responsáveis por domicílio com alto rendimento nos setores censitários urbanos (Mapas 10 e 11) revelou algumas diferenças entre a dinâmica dos dois municípios.

MAPA 9 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional por setores censitários e loteamentos fechados e condomínios horizontais por período de construção. Indaiatuba, 2000-2010



Fonte: adaptado de Cunha e Falcão (2017). Realização própria.

MAPA 10 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional por setores censitários e loteamentos fechados e condomínios por período de construção. Jaguariúna, 2000-2010



Fonte: Adaptado de Cunha e Falcão (2017). Realização própria.

Em Indaiatuba, as áreas de maior concentração de domicílios com responsáveis com rendimentos mais elevados coincidem com as maiores concentrações de loteamentos fechados e condomínios horizontais. Como apontado anteriormente, a maior parte dos

empreendimentos residenciais fechados instalados na cidade após 2010 estão localizados nas áreas que apresentaram maior crescimento populacional na década de 2000. Agora, nota-se que esta região, na porção Noroeste de Indaiatuba, é também a que mais concentra domicílios cujos responsáveis têm alto rendimento econômico, entre 20% e 30%.

É importante chamar atenção ao fato de que, no período entre 2000 e 2010, as áreas de maior concentração de responsáveis com alto rendimento em Indaiatuba se intensificaram. Em um primeiro momento, as áreas onde se localizam os loteamentos fechados e condomínios mais antigos (anteriores a 1990), à leste no município, eram as de maior concentração de responsáveis com altos rendimentos. Entretanto, em 2010, o percentual de domicílios com responsáveis com alto rendimento aumentou na área mais a oeste da cidade. Esta região também foi a que mais recebeu loteamentos fechados no decorrer da década de 2000, o que é indicativo de que estes empreendimentos foram ali instalados para atender essa população mais abastada.

Na porção Sudoeste da cidade de Indaiatuba, onde foram construídos o bairro Campo Bonito e outros loteamentos abertos destinados à população de mais baixa renda, atenta-se ao fato de que esta área apresentou aumento percentual de responsáveis por domicílio com alto rendimento e isso pode ter sido imperativo na escolha dessa região para estes novos empreendimentos, principalmente de loteamentos fechados, pois até então havia apenas um empreendimento deste tipo nesta área da cidade.

Para Jaguariúna, o mapa sobre a concentração de domicílios com responsáveis com maiores rendimentos e a localização dos empreendimentos residenciais fechados (Mapa 12) corrobora o pressuposto levantado anteriormente, o de que a dinâmica de instalação de loteamentos fechados direcionados à população mais rica é recente. Entretanto, os poucos loteamentos fechados construídos na cidade na década de 2000 foram instalados em uma área onde a concentração de responsáveis com alto rendimento era percentualmente mais elevada.

Os dados de 2010 mostram que houve aumento percentual da concentração de domicílios com responsáveis com alto rendimento nas periferias da cidade, principalmente próximas à Holambra, Campinas e Santo Antônio de Posse. Como vimos no Capítulo 2, Jaguariúna foi desmembrada na década de 1990, cedendo parte de seu território para a criação da cidade de Holambra, o que explicaria a grande concentração de uma população específica nas proximidades dos limites municipais entre as duas cidades.

Apesar disso, fica clara a tendência de expansão territorial da cidade relacionada à residência da população mais abastada e, conseqüentemente, dos empreendimentos residenciais voltados a essa parcela da população. Os residenciais fechados que atendem a

essa população – majoritariamente loteamentos fechados – têm como característica prevaiente a proximidade a estradas ou rodovias e, principalmente, cidades vizinhas. Há, também, forte dinâmica de instalação de empreendimentos residenciais fechados, sobretudo de condomínios horizontais, com vistas a atender a população menos abastada. Entretanto, nesse caso há maior proximidade entre os condomínios e, também, destes com a malha urbana de Jaguariúna.

Dos dados apresentados neste capítulo, juntamente ao que fora exposto nos capítulos anteriores, podemos concluir que a dinâmica de instalação de empreendimentos residenciais fechados não é recente em Indaiatuba, e que ela sempre esteve relacionada às preferências residenciais da população mais abastada, além de haver prevalência da tipologia de loteamentos fechados, que foi facilitada pela legislação municipal. Apesar disso, nos períodos mais recentes, sobretudo após 2010, esta tendência foi intensificada, parte por incentivos legais concedidos às construtoras, parte pela maior demanda por esse tipo de empreendimento, pois, como foi mostrado no capítulo anterior, nas últimas décadas a cidade tem sido destino de uma migração mais seletiva – mais adulta, com elevado nível de instrução e de origem intrametropolitana.

Em contraposição, a cidade tem uma vasta população de classes econômicas mais baixas, principalmente por ter recebido grande acréscimo demográfico no período de desconcentração produtiva do estado, especialmente nas décadas de 80 e 90. Embora esse tipo de fluxo migratório tenha diminuído em volume e intensidade, ainda existe uma significativa migração de uma população mais jovem e menos escolarizada vinda tanto da própria RMC quanto de locais mais distantes. Esse tipo de migrante, juntamente com a população de baixa renda que já se estabeleceu no município, fomenta uma parcela mais recente do mercado imobiliário, que se utiliza de políticas públicas de financiamento de moradia popular para construir grandes empreendimentos residenciais para essa parcela do mercado.

A dinâmica ligada ao mercado imobiliário popular, no entanto, é posterior aos últimos dados censitários disponíveis. Como vimos, o programa MCMV e as leis de incentivo a empreendimentos vinculados ao programa foram implementados depois de 2009. Portanto, os dados do último censo não captaram as mudanças sociodemográficas resultantes dessa nova prática. Ainda assim, os resultados expostos no desenvolver desse trabalho nos levam a crer que tais políticas resultaram na aceleração do mercado imobiliário, principalmente no que se refere à construção de espaços residenciais fechados voltados à população das classes sociais médias e baixas.

Sobre tais políticas, nota-se que foram absorvidas de formas diferentes pelos mercados imobiliários das duas cidades estudadas. Em Indaiatuba, os investimentos voltaram-se à construção de loteamentos abertos para a população de baixa renda. Concomitantemente, houve importantes esforços por parte da administração municipal no sentido de fazer melhorias na infraestrutura, principalmente no que tange à mobilidade urbana, em função desses novos bairros populares. Os dados espacializados sobre os loteamentos e condomínios de Indaiatuba mostram que, desde 2010, um grande número de loteamentos fechados foi instalado nesta área em que se concentraram os investimentos em melhorias. Assim, toda a porção Oeste do município foi ocupada por condomínios e loteamentos fechados, seja na área mais ao sul, onde estão localizados os bairros mais populares e, também, os loteamentos abertos vinculados ao programa MCMV, seja mais ao norte, área de maior concentração de domicílios com responsáveis com alto rendimento e que já havia recebido vários empreendimentos residenciais fechados na década de 2000.

Em Jaguariúna, por outro lado, as políticas de incentivo à construção de empreendimentos residenciais populares resultaram na concentração de inúmeros condomínios horizontais populares na porção Nordeste da periferia da cidade. Não relacionado a esse tipo de incentivo, mas também num momento posterior a 2010, foram construídos loteamentos fechados em outros pontos da periferia jaguariunense, ainda mais afastados da malha urbana do que os condomínios vinculados ao programa MCMV e, principalmente, aproximando-se de municípios vizinhos e das vias de acesso.

Ao contrário do que foi observado em Indaiatuba, Jaguariúna não recebeu melhorias ou outros investimentos nessas áreas mais externas à malha urbana. No entanto, acredita-se que tal diferenciação tem a ver com o tamanho demográfico dessas cidades, com o planejamento e preparo das administrações municipais para se adaptarem às recentes mudanças e, mais importante, com o momento do processo de desenvolvimento em que Jaguariúna se encontra.

Como discutido no Capítulo 3, a cidade teve seu desenvolvimento acelerado mais tardiamente e sua população cresceu mais que 50% desde 2000. Vimos também que, assim como em Indaiatuba, os fluxos migratórios para Jaguariúna são diversos, mas seletivos quanto ao nível de instrução e idade dos migrantes. Portanto, a dinâmica de instalação desses espaços residenciais em Jaguariúna é mais recente do que a que ocorre em Indaiatuba. Logo, é necessário tempo para que o município se adapte a essa nova situação.

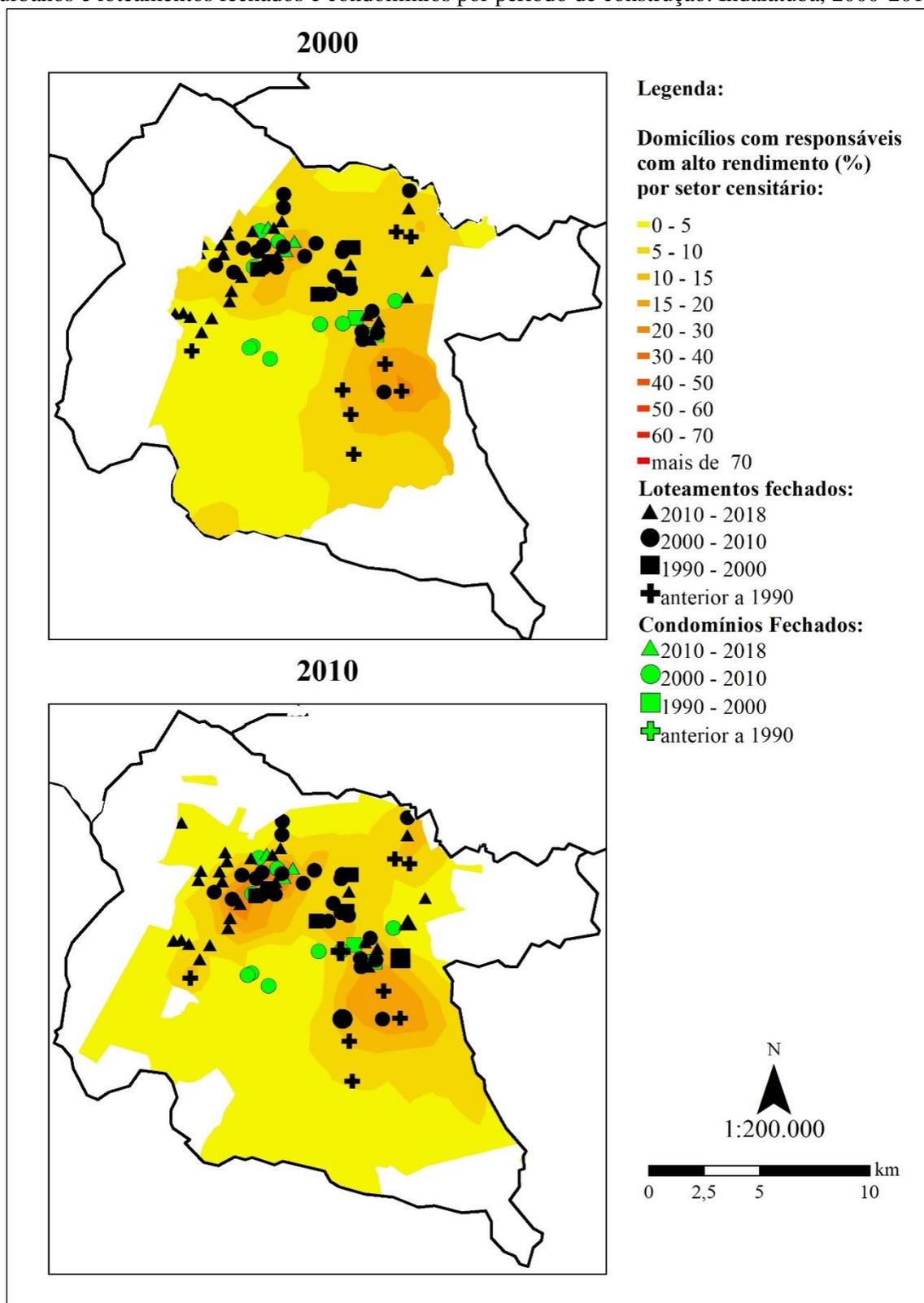
Em relação ao loteamento fechado, isto é, empreendimentos voltados a atender a população mais abastada, é de suma importância notar que eles tendem a se concentrar em

áreas mais próximas da cidade sede. Em Jaguariúna, os loteamentos fechados mais recentes anunciam ter como diferencial a localização próxima à cidade de Campinas e estão localizados às margens da rodovia SP-340, que liga Campinas à Mogi-Mirim. Já é destacado como um eixo de concentração da população mais abastada, parte da “cordilheira da riqueza” (NASCIMENTO, 2013; SILVA, 2014; DOTA, 2015; CUNHA; FALCÃO, 2017).

Em Indaiatuba, apesar de não haver uma continuidade espacial entre a localização dos loteamentos fechados mais recentes, voltados à população mais abastada, e a área de concentração da população com rendimentos econômicos mais elevados da região – como ocorre com Jaguariúna –, os loteamentos se concentram em áreas mais ao norte do território indaiatubano, onde há maior proximidade à cidade de Campinas, ao aeroporto de Viracopos e, principalmente, à Rodovia Santos Dummont.

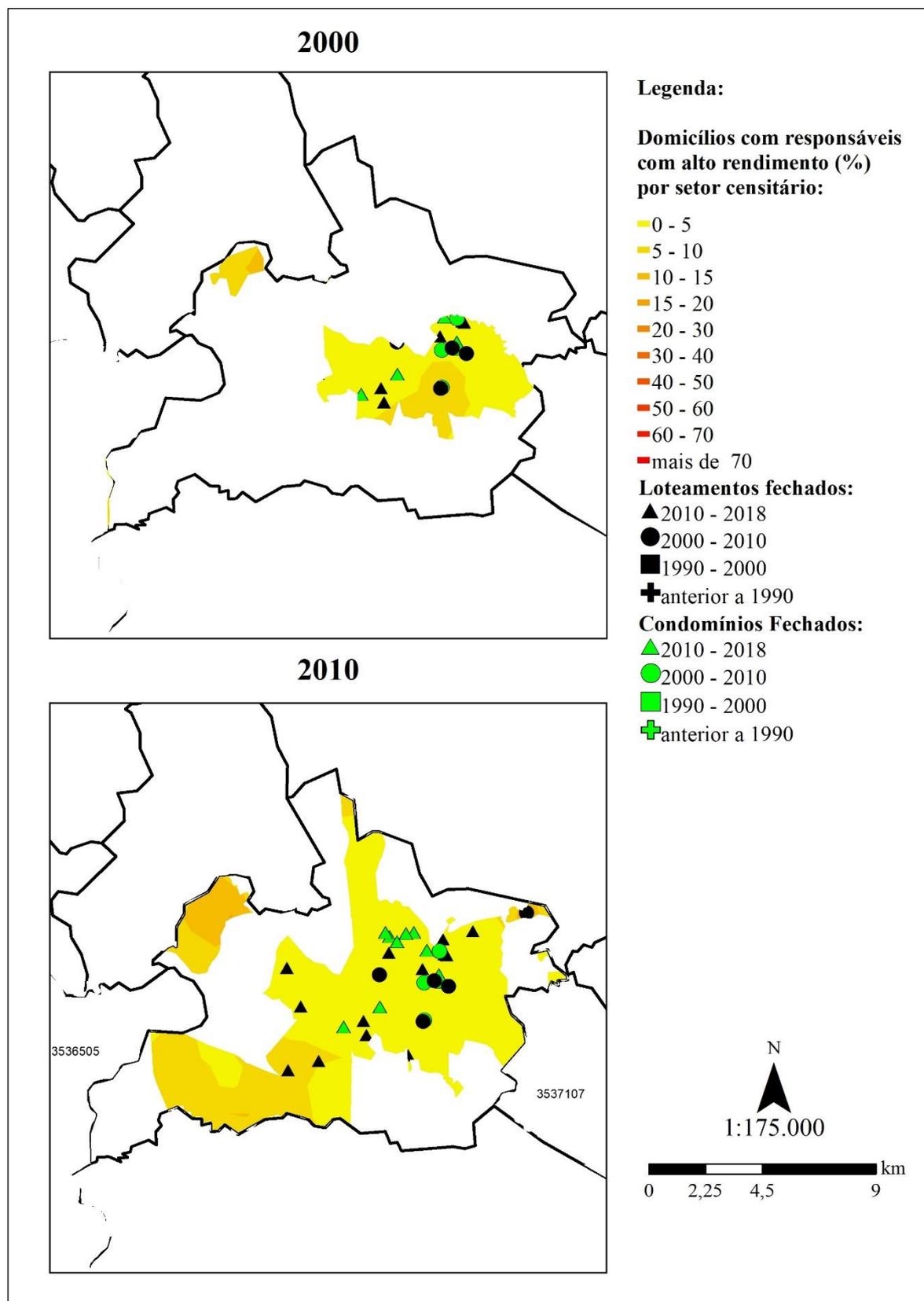
Apesar das diferenças entre os dois municípios estudados, podemos concluir que ambos são espaços atrativos para a população de mais alta renda. A dinâmica residencial, nos dois casos, está muito atrelada à instalação de empreendimentos residenciais fechados, assim como o crescimento populacional destas cidades tem forte relação com a migração de uma população de classe social mais elevada. Ainda assim, foi constatado também que o crescimento territorial e demográfico de Indaiatuba e Jaguariúna não se limitam à população mais rica, pois a migração das classes sociais mais pobres para estas cidades ainda é significativa, assim como parte do mercado imobiliário está direcionada a essa população, que, de certa forma, dita os principais eixos de crescimento destes municípios.

MAPA 11 – Percentual de domicílios com responsáveis com alto rendimento por setores censitários urbanos e loteamentos fechados e condomínios por período de construção. Indaiatuba, 2000-2010.



Fonte: Adaptado de Cunha e Falcão (2017). Realização própria.

MAPA 12 – Percentual de domicílios com responsáveis com alto rendimento por setores censitários urbanos e loteamentos fechados e condomínios por período de construção. Jaguariúna, 2000-2010



Fonte: Adaptado de Cunha e Falcão (2017). Realização própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços realizados no transcorrer deste trabalho foram realizados no sentido de responder se os municípios de Indaiatuba e Jaguariúna podem ser considerados como “novas periferias” da metrópole campineira. Para responder esta pergunta, precisamos, primeiramente, compreender que estas cidades fazem parte de uma região metropolitana e que, mesmo que tenham certa autonomia, participam dos processos e dinâmicas que se desenrolam na região. Em segundo lugar, é necessário ter em mente que parte destes processos e dinâmicas, sobretudo a formação das “novas periferias”, devem-se à reprodução do espaço e de sua adequação às necessidades da sociedade contemporânea.

O *espaço* é o resultado das relações entre o meio e a sociedade, portanto, ele se altera conforme o modo de apropriação que lhe é dado nos diferentes momentos da história. Na sociedade capitalista contemporânea, a forma socioespacial predominante é o *espaço urbano*, que atende à produção capitalista e às necessidades da reprodução da força de trabalho. Entretanto, apesar de se moldar a partir da demanda do meio de apropriação que lhe é dado pela sociedade – do meio de produção –, o *espaço* é constituído pela sobreposição de antigos e novos usos, que são interligados por fluxos – de pessoas, mercadorias, informações e capital.

A organização deste espaço e de seus usos segue determinada lógica, que é ditada, sobretudo, pela distribuição dos diferentes grupos sociais na cidade, processo denominado *segregação socioespacial*, que evidencia as diferenças e barreiras entre as classes socioeconômicas. Portanto, as especificidades sociais, econômicas e históricas são de grande importância para a estruturação espacial das cidades, de modo que o espaço urbano resultante de cada sociedade é ímpar.

No caso latino-americano, o processo de urbanização se deu de forma dual, devido ao desenvolvimento desigual de modernização e desenvolvimento. Neste processo, o centro foi ocupado pelas classes sociais mais ricas, enquanto as precárias periferias foram habitadas pelas classes econômicas mais pobres. No Brasil, a urbanização ocorreu num ritmo especialmente acelerado, em um período de 50 anos, entre 1930 e 1980, o que resultou em um amplo processo de redistribuição populacional. Neste período, houve um grande fluxo migratório tanto de áreas rurais em direção aos núcleos urbanos, quanto de áreas menos desenvolvidas para outras com maior oferta de empregos, principalmente para as metrópoles da região Sudeste do país.

Além de concentrada, a constituição destes núcleos urbanos ocorreu de forma excludente, devido sua incapacidade de absorver todo o incremento populacional recebido naquele período, o que culminou na formação de grandes periferias marcadas pela falta de infraestrutura e pela ilegalidade. Entretanto, a partir de 1980 a urbanização brasileira sofre uma desaceleração devido à queda dos índices de fecundidade, da crise econômica e do processo de desconcentração produtiva.

A globalização alterou a relação espaço/tempo devido aos avanços e à ampliação das estruturas de transporte e da velocidade das comunicações, alterando a forma de produzir o espaço urbano. Com a reestruturação produtiva, aprofundou-se a divisão espacial do trabalho e, conseqüentemente, intensificou-se a segregação socioespacial. Com isso, o crescimento demográfico das metrópoles perdeu força – dada a diminuição dos fluxos migratórios de longa distância – e tiveram início outros processos, como a desconcentração populacional, a dispersão territorial e a fragmentação espacial, que alteraram a configuração do espaço urbano e, principalmente, das periferias urbanas. Surgiram núcleos urbanos de menor porte, próximos às cidades principais, e, conseqüentemente, observou-se o esvaziamento das cidades centrais em detrimento das periferias metropolitanas.

Apesar de ainda ser perceptível e prevalecente o padrão dual de segregação socioespacial centro-periferia, a distribuição das diferentes classes sociais passou a apresentar algumas mudanças, como a instalação de espaços residenciais fechados em áreas periféricas, acentuando a segregação social entre estes grupos, apesar da maior proximidade física entre eles. Costa (2006) denomina este espaço periférico onde coexistem antigos usos característicos da periferia precária (periferias tradicionais) e novos usos, voltados à população mais abastada, como “novas periferias metropolitanas”.

A RMC é uma região metropolitana já consolidada e desenvolvida, cuja proximidade à capital paulista e a presença de importantes vias, que a interligam ao interior do estado e outras regiões, permitiram um amplo desenvolvimento no período de desconcentração produtiva do estado. Nas últimas décadas, já se observa nesta região a tendência de expansão das periferias tradicionais para áreas cada vez mais distantes, mas também o surgimento das “novas periferias”. As “novas periferias”, além de tradicionalmente comportarem as camadas mais pobres da sociedade, agora são ocupadas pela população mais rica. Conseqüentemente, surgem nesses espaços estruturas voltadas às necessidades da população mais abastada, principalmente loteamentos e condomínios fechados. Com isso, o processo de valorização da terra, que antes restringia o acesso à terra nas áreas centrais, passa a agir também nas áreas periféricas, em locais específicos.

Nesse sentido, o presente trabalho se propôs a analisar os casos específicos de Indaiatuba e Jaguariúna no contexto da RMC, partindo do pressuposto de que a região tem se expandido para áreas cada vez mais distantes, por vezes em espaços contíguos às cordilheiras ou adentrando as periferias tradicionais. Portanto, buscou-se compreender como estes municípios se inserem no processo de expansão e dispersão territorial pelo qual a RMV tem passado e responder se eles podem ser considerados “novas periferias metropolitanas”, que são caracterizadas pela mescla entre antigos e novos usos, pelo aumento do número de pessoas de classes socioeconômicas mais elevadas e de estruturas relacionadas a esses grupos, principalmente espaços residenciais fechados.

Indaiatuba, juntamente a outras cidades da região, recebeu grandes investimentos governamentais e, conseqüentemente, grande número de indústrias e força de trabalho, devido, em grande parte, à sua localização próxima à capital, a importantes rodovias e ao aeroporto de Viracopos. Assim, a cidade desenvolveu uma dinâmica própria e se tornou um importante eixo de expansão industrial do estado. Dota (2015) e Nascimento (2013) apontam que a cidade mantém estreita relação com a Região Metropolitana de São Paulo e com o restante do estado, mais até do que com a própria RMC. Além disso, estudos anteriores (RIBEIRO, 2015; FREITAS, 2008) apontam grande número de loteamentos fechados e condomínios horizontais existentes na cidade, sobretudo no início dos anos 2000.

Outro fator que distingue Indaiatuba do restante da região é o intenso ritmo de crescimento demográfico apresentado pelo município, principalmente em um momento posterior à diminuição dos fluxos migratórios externos e da desaceleração do crescimento populacional da região, observada após a década de 1980. De acordo com Nascimento (2013), Indaiatuba tem uma população com perfil socioeconômico bastante heterogêneo. O autor também destaca que, embora haja boa infraestrutura na maior parte das áreas residenciais, o crescimento intenso da cidade se dá de forma cada vez mais segregada, numa oposição entre bairro populares e grandes loteamentos fechados.

Jaguariúna, apesar de apresentar características sociodemográficas, econômicas e de desenvolvimento diferentes de Indaiatuba, também está localizada na periferia da cidade de Campinas, é bem servida por importantes vias de acesso e está próxima à capital. Seu desenvolvimento urbano ocorreu em um momento posterior ao do restante da região, de modo que, nas décadas de 1990 e 2000, a cidade recebeu importante acréscimo demográfico. Além disso, sua localização é bastante valorizada devido à proximidade universidades e institutos de pesquisa, grandes centros de consumo e indústrias de alta tecnologia. Além disso, o eixo

rodoviário Campinas-Mogi/SP-340 é ocupado por uma população mais abastada, como apontam Silva (2014) e Cunha e Falcão (2017).

A escolha por estes dois municípios, em detrimento de outros que compõem a RMC, baseia-se no fato de que, além dos indícios de que a região tem se expandido para áreas cada vez mais distantes, Indaiatuba e Jaguariúna, devido à forma como se desenvolveram, já apresentavam indicativos de que seriam espaços de concentração tanto da população mais pobre quanto da população mais abastada.

Indaiatuba, devido ao amplo processo de industrialização ocorrido nos anos 1960 e 1970, recebeu volumosos fluxos migratórios compostos por pessoas em busca de uma colocação no mercado de trabalho e que se concentravam numa área próxima ao Distrito Industrial, na porção Sudoeste da cidade, principalmente no bairro Jardim Morada do Sol. Por outro lado, neste período a cidade também recebe grandes loteamentos fechados de chácaras de veraneio que se localizam em uma área distante dos bairros populares e próxima à Rodovia Santos Dumont, onde se concentra a população mais abastada, na porção Nordeste do território indaiatubano.

Muito distinta de Indaiatuba, a cidade de Jaguariúna, até a década de 1970, era majoritariamente rural e sua economia se baseava na produção agrícola e pecuária. Entretanto, seu desenvolvimento foi acelerado desde então, pois houve importantes investimentos por parte do governo municipal em infraestrutura e na implantação de indústrias na cidade a partir da década de 1980. Foi a partir da década de 1990 e, principalmente, dos anos 2000, que a cidade passou a receber estruturas comumente relacionadas à população de maior rendimento econômico, como empresas de alta tecnologia e loteamentos fechados.

Partiu-se, então, do pressuposto de que no período mais recente da urbanização brasileira, principalmente a partir da década de 2000, tem se desenvolvido um processo de redistribuição espacial interna da população nas metrópoles e regiões metropolitanas do país. Estes movimentos ocorrem de forma centrífuga, do centro em direção às periferias, e são mais seletivos que a migração de longa distância, que fomentou o crescimento urbano até os anos 1980. Geralmente, estes movimentos mais recentes são motivados por escolhas habitacionais e se restringem a uma pequena parcela da população, que detém melhores condições econômicas e, conseqüentemente, mais oportunidade de escolha nesse sentido. Dessa forma, este processo ressignifica as periferias metropolitanas ao passo que este espaço passa a ser coabitado por grupos socioeconômicos distintos.

Assim, buscamos compreender como Indaiatuba e Jaguariúna, apesar de suas dinâmicas próprias desenvolvidas ao longo da urbanização de cada um dos municípios, se

inserir nesse processo de redistribuição espacial da população na RMC e se estes espaços têm sido ressignificados ou reestruturados a partir desta dinâmica, conformando o que denominamos “novas periferias metropolitanas”.

Para tanto, foram analisados os dados censitários de 2000 e 2010, dando maior atenção à população “migrante recente”, ou migrantes do tipo “data-fixa”, que são aqueles que se mudaram para o município até cinco anos antes da data de referência censitária. Optou-se por analisar os dados sobre os migrantes devido à importância da migração para a composição do crescimento vegetativo de ambas as cidades estudadas, mas foram considerados apenas os migrantes mais recentes, pois os migrantes mais antigos tendem a apresentar características semelhantes às da população não-migrante, uma vez que já estão mais estabilizados no município.

Para analisar a origem dos migrantes, foram consideradas três modalidades migratórias: interestaduais, intraestaduais e intrametropolitanas. De forma geral, considerando estas três modalidades, Indaiatuba e Jaguariúna apresentam características distintas quanto à origem dos fluxos migratórios que se direcionaram a elas. Em Indaiatuba, observou-se maior representatividade dos fluxos migratórios intraestaduais e chamou atenção a pouca representatividade da migração intrametropolitana para a composição do incremento migratório recebido pelo município, principalmente no primeiro período analisado, entre 1995 e 2000. No segundo período, entre 2005 e 2010, houve certo aumento da representatividade deste fluxo.

Em Jaguariúna, a migração de origem intrametropolitana foi a que mais contribuiu para a composição do incremento migratório que a cidade recebeu entre 1995 a 2000 e 2005 a 2010, além de ter apresentado um aumento percentual entre os dois períodos. Constatou-se também que a migração intraestadual, apesar de bastante representativa, diminuiu percentualmente entre os períodos considerados.

Cabe salientar que também foi observada uma importante relação da cidade de Indaiatuba com a RMSP. Acredita-se que esta relação ocorre devido ao seu desenvolvimento industrial no período de desconcentração produtiva, que culminou na migração de indústrias da região da capital paulista e, também, de pessoas que nelas trabalhavam. Em Jaguariúna também foi observada a presença de migrantes oriundos da RMSP, mas de forma menos representativa do que no caso indaiatubano.

Além destes indícios, os dados sobre a pendularidade – que são deslocamentos para outras cidades realizados por motivo de trabalho ou estudo – reforçam a relação mantida entre Indaiatuba e a RMSP. Também foi observado que há importante relação de

pendularidade mantida com a cidade de Campinas. Além disso, notou-se que, em Jaguariúna, a pendularidade ocorre, majoritariamente, entre outros municípios da RMC, principalmente para a cidade sede.

Por fim, foi realizada uma breve análise do perfil sociodemográfico dos “migrantes recentes” que se instalaram em Indaiatuba e Jaguariúna nos períodos entre 1995-2000 e 2005-2010 e, também, da população “não migrante recente”, que são aqueles que não responderam ao quesito “data-fixa”. Tal análise foi de grande importância para a compreensão do tipo de migrante que essas cidades receberam nos períodos mais recentes e das prováveis motivações para a migração. Em ambos os casos, constatou-se que a maior parte da população migrante – consideramos apenas os responsáveis por domicílios – tem idade entre 15 e 44 anos, com maior representatividade do grupo etário entre 30 e 44 anos, do sexo masculino, com nível de escolaridade superior ao da população não migrante recente.

Cabe salientar que a migração intrametropolitana tende a ser mais seletiva do que as migrações de mais longa distância. Isto reflete no perfil dos migrantes, que são mais velhos e mais escolarizados. Não estão mais nos primeiros anos da vida adulta e já se encontram mais estabilizados em termos econômicos. Por outro lado, não podemos deixar de lembrar que, apesar de uma parcela significativa dos migrantes mais recentes que se instalaram em Indaiatuba e Jaguariúna nos períodos analisados se enquadrarem nesse perfil, há outra grande parcela de migrantes composta por uma população menos escolarizada e mais jovem.

Embora estes dados não nos permitam ter plena certeza de que estes dois perfis migratórios distintos sejam de uma população mais rica (no caso dos mais escolarizados e de idade mais avançada) e de uma população menos abastada (no caso dos menos escolarizados e mais jovens), eles nos permitem observar que a migração para estes municípios e o perfil sociodemográfico destas cidades são bastante heterogêneos.

Devido à estreita relação entre a resignificação das periferias metropolitanas e a presença de espaços residenciais fechados, realizou-se uma análise breve acerca da presença destes empreendimentos em Indaiatuba e Jaguariúna. A partir disso, foi possível observar que houve aumento do número de empreendimentos voltados à população mais abastada, sobretudo de loteamentos fechados, nos municípios analisados. Apesar disso, aponta-se a existência de áreas de concentração de condomínios fechados que atente a uma parcela menos abastada da população e outros empreendimentos que não são voltados à população rica.

Ademais, é importante destacar que as informações sobre os loteamentos fechados e condomínios horizontais das duas cidades, assim como o crescimento demográfico e territorial, indicam a persistência da tendência da migração da população mais pobre e das

classes médias, mas, sobretudo, a intensificação dos fluxos migratórios da população mais abastada, dado que os fluxos migratórios têm diminuído em volume e intensidade, mas se mostram mais seletivos. Baseia-se tal hipótese principalmente no fato de que, em ambos os municípios estudados, o número de empreendimentos residenciais fechados – tanto aqueles que atendem à população mais rica quanto os que atendem à mais pobre – foi maior no período entre 2010 e 2018 do que nos períodos anteriores, nos quais pudemos conferir, a partir dos dados censitários, os fluxos migratórios e as características socioeconômicas da população.

Infere-se, portanto, que Indaiatuba e Jaguariúna podem ser consideradas “novas periferias metropolitanas”. Nos dois municípios podemos observar a convivência dos diferentes grupos socioeconômicos e, embora se localizem em áreas distintas da cidade, no âmbito metropolitano são espaços que se mostram atrativos a estes grupos, moldam seu espaço a partir de suas preferências e, conseqüentemente, recebem fluxos migratórios destes grupos.

Verifica-se também que nas duas cidades a população mais rica se concentra em áreas periféricas mais próximas à cidade de Campinas, da “cordilheira da riqueza” e das rodovias. A população de menor rendimento econômico, por outro lado, se localiza em áreas periféricas voltadas para fora da RMC, em direção a cidades que não fazem parte desta região metropolitana. Portanto, embora os diferentes grupos socioeconômicos agora dividam a periferia metropolitana, ainda é possível identificar certa diferenciação quanto à sua localização. Apesar da população mais abastada habitar estes locais, a proximidade da cidade sede e das principais vias de acesso são um fator importante.

Por fim, é importante lembrar que em Jaguariúna o processo de urbanização se deu mais recentemente que em Indaiatuba, e que estas duas cidades se encontram em momentos distintos de seu processo de desenvolvimento. Assim, é esperado que os processos aqui analisados ocorram em intensidades diferentes em cada uma das cidades. Porém, podemos notar que, apesar destes diferenciais – principalmente em relação à dinâmica própria que desenvolveram no decorrer de seu processo de urbanização, sobretudo em Indaiatuba –, as duas cidades se inserem de forma semelhante no processo intrametropolitano de redistribuição populacional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. A. S. Indaiatuba. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coord.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- ARAÚJO, L. S. **Análise da expansão urbana e implicações nas Áreas de Preservação Permanente (APP) e planícies aluviais com auxílio de geotecnologias no município de Indaiatuba (SP)**. 2015. 99f. Trabalho (Conclusão do Curso de Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- ARTESP – AGENCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sistema ponto a ponto**. São Paulo, SP, 2018. Disponível em: http://www.artesp.sp.gov.br/Style%20Library/extranet/rodovias/sistema-ponto-a-ponto.aspx_
- BAENINGER, R. Crescimento das cidades: metrópole e interior do Brasil. In: BAENINGER, R. (org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2010. p. 209-222.
- BAENINGER, R.; GONÇALVES, R. Novas espacialidades no processo de urbanização: a Região Metropolitana de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000.
- BENKO, G. Economics' globalization, world's metropolization. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, SP, n. 15, p. 45-54, 2002.
- BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, SP, v. 22, p. 65-72, 2007.
- BRITO, F. Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números. In: CELADE. **Taller CELADE Migración Interna**. Santiago de Chile, Chile: CELADE, 2007.
- CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/ Unicamp, 2006.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime e segregação em São Paulo**. São Paulo, SP: Edusp, 2000.
- CAMPOS, M. B. Ciclo de vida, estrutura domiciliar e migração no início do século XXI: o caso da região metropolitana de São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 20, n. 41, p. 191-208, 2018.
- CANETTIERI, T. **A produção das novas periferias metropolitanas: migração e expulsão dos pobres da RMBH na primeira década do século XXI**. 2014. 292f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.
- CANO, W. (org.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, v. 1, 1988.
- CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

- CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo, SP: Contexto, 2011.
- CARLOS, A.F.A. **A cidade**. São Paulo, SP: Contexto, 1994.
- CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Conceitos básicos em Demografia**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 1990.
- CASTRO, M. C. Spatial demography: an opportunity to improve policy making at diverse decision levels. **Population Research and Policy Review**, Amsterdam, v. 26, n. 5-6, p. 477-509, 2007.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B.. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo, SP: Contexto, 2011.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo, SP: Bertrand, 1989.
- COSTA, H. S. M. (org.). **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana de Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte, MG: Editora C/Arte, 2006.
- COURGEAU, D.; LELIÈVE, E. Individual and Social motivations for migration. In: CASELLI, G.; VALLIN, J.; WUNSCH, G J. **Demography: analysis and synthesis**. Amsterdam: Elsevier, 2006.
- COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, v. 18, n. 50, p. 55-74, 1990.
- CUNHA, J. M. P. (org.). **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil metropolitano**. São Carlos, SP: EduFSCar, 2018.
- CUNHA, J. M. P.; FALCAO, C. A. **Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais na virada para o século XXI**. Campinas, SP: Editora Librum, 2017.
- CUNHA, J. M. P.; FARIAS, L. A. C. (org.). **Região Metropolitana da Baixada Santista: diversidades socioespaciais na virada para o século XXI**. São Paulo, SP: Librum, 2017.
- CUNHA, J. M. P.; SILVA, K. A. A.; FARIAS, L. A. C. Produção do espaço metropolitano e redistribuição espacial da população no Brasil: o que aconteceu nas últimas duas décadas? In: ENANPUR, 27., 2017, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2017.
- CUNHA, J. M. P. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 1, p. 99-128, 2016.
- CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da UNESP; CEM, 2015. p. 279-307.
- CUNHA, J. M. P.; SILVA, K. A. A. Novas formas urbanas e o olhar através da demografia: um panorama sobre a Macrometrópole Paulista – 1991/2010. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 16., 2015, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2015.
- CUNHA, J. M P. et al. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespecial. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 15, n. 30, p. 433-459, 2013.

- CUNHA, J. M. P. **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo.** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.
- CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.
- CUNHA, J. M. P. et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação.** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 337-363.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Processo de metropolização e migração: uma análise comparativa entre a Região Metropolitana de São Paulo e Campinas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 8, n. 4, p. 109-116, 1994.
- CUNNINGHAM, D. The concept of metropolis: philosophy and urban form. **Radical Philosophy**, London, v. 133, p. 13-25, 2005.
- D'OTAVIANO, M. C. L. **Condomínios fechados na região metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre?** 2008. 298f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.
- DOTA, E. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes.** 2015. 260f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- DOTA, E. **Migração na RM de Campinas: produção do espaço urbano e impactos sociais.** 2011. 117f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.
- DUREAU, F. et al. Introduccion General. In: DUREAU, F. et al. **Metrópolis en movimiento: una comparación internacional.** Alfaomega, Bogotá, 2000. p. 15-22.
- EXSA. **Exsa desenvolvimento urbano.** [S. l.], 2018. Disponível em: <http://www.exsa.com.br>.
- FARIAS, F. O. **Análise da dinâmica de valorização diferencial da terra urbana na cidade de Paulínia (SP).** 2014. 198f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.
- FARIAS, L. A. C. **Mobilidade populacional e produção do espaço urbano na Baixada Santista: um olhar sociodemográfico sobre sua trajetória nos últimos 20 anos.** 2018. 229f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.
- FISHMAN, R. Bourgeois utopias: visions of suburbia. In: FAINSTEIN, S.; CAMPBELL, S. **Readings in urban theory.** Oxford/Cambridge: Blackwell, 2002. p. 23-60
- FISHMAN, R. **Bourgeois utopias: visions of suburbia from bourgeois utopias: the rise and fall of suburbia.** New York, NY: Basic Books, 1987.
- FREITAS, E. L. H. **Loteamentos fechados.** 2008. 206f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Informação dos municípios paulistas.** São Paulo, SP, 2018. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>.
- FUNDAÇÃO SEADE. **A Interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo: 1920-1980.** São Paulo, SP, 1988-1989. (Economia Paulista, v. 1).

- GALSTER, G., KILLEN, S. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. **Housing Policy Debate**, v. 6, n. 1, p. 7-43, 1995.
- HAMNETT, C. The blind men and the elephant: the explanation of gentrification. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 16, n. 2, p. 173-189, 1991.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 2010.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, SP: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. Class structure in a capitalistic society and the theory of residencial differentiation. In: PEEL, R.; CHISHOLM, M.; HAGGETT, P. (org.). **Processes in physical and human geography**. London: Heinemann, 1975.
- IBGE. **Censo Demográfico 1940-2010**. Rio de Janeiro, RJ, 1940-2010.
- IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, RJ, 2007.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1981**. Rio de Janeiro, RJ, 1981.
- IDB. **Indicadores e dados básicos**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>.
- IDB 98 BRASIL. **Qualificação de indicadores do IDB-1998: A.4 – Grau de urbanização**. Brasília, DF: RIPSAs, 1998. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb1998/fqa04.htm>.
- JACOBS, J. **The economy of cities**. New York, NY: Random House, 1969.
- KOYAMA, A. C.; CERDAN, M. A. **Indaiatuba: história e memórias da antiga Freguesia de Cocaes e dos anos que se sucederam desde então**. Campinas, SP: Komed, 2011.
- KOYAMA, A. C.; CERDAN, M. A. **Indaiatuba: esboço de uma história**. Indaiatuba, SP, 2009. Disponível em: <http://www.indaiatuba.sp.leg.br/institucional/historia/historia-da-cidade>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- LAGO, L. C. A dinâmica espacial em curso nas metrópoles brasileiras: algumas questões para a discussão. In: Costa, G. M.; Mendonça, J. G.; Monte-Mór, R. L. M. (org.). **Novas periferias metropolitanas?: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte, MG: Editora C/Arte, 2006. p. 47-55.
- LEFEBVRE, H. **La producción de lespacio**. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1995.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
- LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2017.
- LEVY, J. Penser la ville: un impératif sous toutes les latitudes. **Cahiers d'Etudes sur la Méditerranée Orientale et le monde TurcoIranien**, v. 24, p. 1-11, 1997.
- LOURENCINI, A. B. Jardim Morada do Sol comemora 36 anos. **Tribuna de Indaiá**, 2016. Disponível em: http://www.tribunadeindaia.com.br/_conteudo/2016/02/cidade/2697-jardim-morada-do-sol-comemora-36-anos.html.

MAIA, D. S. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 14, n. 331, p. 1-15, 2010.

MANFREDO, M. T. **Desigualdades e produção do espaço urbano**: o caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas. 2007. 203f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

MARANDOLA JR., E.; OJIMA, R. Pendularidade e vulnerabilidade na Região Metropolitana de Campinas: repercussões na estrutura e no habitar urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, SP, v. 16, n. 2, p. 185-204, 2014.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, E. O Estatuto da cidade periférica. In: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades. **O Estatuto da cidade comentado**. São Paulo, SP, 2010.

MARICATO, E. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. **Revista VeraCidade**, Ano IV, n. 4, 2009.

MARINHO, M. J. **A expansão urbana murada, legislação de loteamento e áreas públicas em Indaiatuba**. 2017. 188f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

MARINS, R. L. **A expansão urbana da região metropolitana de Campinas através de categoria espacial intermediária entre rural e urbano**. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. (org.). **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2012.

MCAULEY, W. J.; NUTTY, C. L. Residential preferences and moving behavior: a family life-cycle analysis. **Journal of Marriage and Family**, US, v. 44, n. 2, p. 301-309, 1982.

MELLO, C. C. D. **Direções da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Campinas**: uma abordagem sociodemográfica a partir dos censos 2000 e 2010. 2013. 96f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

MEYER, R. M. P. Atributos da metrópole moderna. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 14, n. 4, p. 3-9, 2000.

MIGLIORANZA, E. **Condomínios fechados**: localização de pendularidade: um estudo de caso do município de Valinhos, SP. 2005. 105f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

MONTALI, L. et al. **Regiões metropolitanas**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2010. (Por Dentro do Estado de São Paulo, v. 2).

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e desconcentração econômica: a extensão das condições gerais da produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte. In: ENCONTRO

DE ECONOMIA MINEIRA, 27., 2006, Diamantina, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/UFMG, 2006.

MOREIRA JR, O. Cidade partida: segregação induzida e auto-segregação urbana. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 13, p. 1-10, 2010.

MOURA, G. G. **Condomínios horizontais/lotamentos fechados e a vizinhança (in)desejada**: um estudo em Uberlândia/MG. 2008. 270f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2008.

NASCIMENTO, E. **As desigualdades socioespaciais urbanas numa metrópole interiorana**: uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social. 2013. 243f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

NAZARETH, J. M. **Introdução à demografia**: teoria e prática. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil: padrões etários, por sexo e origem/destino. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, V. F. **Os sentidos da casa própria**: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica; Editora Unesp, 2015.

PORTAS, N.; DOMINGUES, Á.; CABRAL, J. **Políticas urbanas**: tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

REIS FILHO, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo, SP: FAU/Lap, 2006.

REIS, N. G. Dispersão urbana e modernização capitalista. **Revista Cidades**, v. 12, n. 21, p. 91-101, 2015.

RESERVA PETRUS. **Reserva Petrus Residencial**. [S. l.], 2018. Disponível em: <http://www.reservapetrus.com>.

RIBEIRO, J. T. L.; CARVALHO, J. A. M; WONG, L. R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996.

RIBEIRO, L. B. **Análise da instalação, organização espacial e expansão dos condomínios fechados horizontais de alto padrão no município de Indaiatuba (SP)**. 2015. 119f. Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

RIBEIRO, L. C. Q. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço da cidade na gestão do território. In: RASSI, N.; BÓGUS, C. M. **Saúde nos aglomerados urbanos**: uma visão integrada. Brasília, DF: OPAS, 2003. (Série Técnica 3).

RIBEIRO, S. B (coord). **Jaguariúna no curso da História**. Jaguariúna, SP: Secretaria de Educação de Jaguariúna, 2008.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Nepo/Unicamp, 2011.

- RIGOTTI, J. I. R. **Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte: década de 1970**. 1994. 119f. Dissertação (Mestrado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1994.
- ROLNIK, R. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, SP, v. 17, n. 33, p. 127-154, 2015.
- ROLNIK, R. O direito à moradia no Brasil e no Mundo. **Oculum Ensaios**, p. 147-163, 2008.
- ROLNIK, R. **O que é a cidade?** Rio de Janeiro, SP: Editora Brasiliense, 1988.
- ROY, A. Slumdog cities: rethinking subalter urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research, London**, v. 35, n. 2, p. 223-238, 2011.
- SANTOS, M. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo, SP: Editora da Edusp, 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec; ANPUR, 1996.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo, SP: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados**. Barcelona: Oikkos-Tau, 1973.
- SASSEN, S. **The global city: New York, London, Tokyo**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.
- SILVA, D. S. F. **Pra dentro das portarias, por detrás das cancelas: características e condicionantes da autosegregação das elites em Campinas**. 2016. 170f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.
- SOJA, E. W. Para além da postmetrópolis. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, MG, v. 20, n. 1, p. 136-167, 2013.
- SOJA, E. The city and spatial justice. In: CONFERENCE SPATIAL JUSTICE, 2008, Paris. **Anais...** [S. l.]: Habitat International Coalition, 2008.
- SOJA, E. W. **Postmetrópolis: critical studies of cities and regions**. Malden, Massachussets: Blackwell Publishers, 2000.
- SOUZA, J.; BRITO, F. Expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização nos anos 80 e 90. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 2008.
- SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003.
- SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo, SP: Contexto, 2013.
- SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2013.
- SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo, SP:

Contexto, 2011.

TAMBORÉ JAGUARIÚNA. **Tamboré Jaguariúna**. Jaguariúna, SP, 2018. Disponível em: <https://www.tamborejaguariuna.com.br>.

TREWARTHA, G. T. A case for population geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, DC, v. 43, n. 2, p. 71-97, 1953.

VASCONCELOS, P. Introdução. In: VASCONCELOS, P. A.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

VERCEZI, J. T.; TOWS, R. L.; MENDES, C. M. O mercado imobiliário da Região Metropolitana de Maringá e seus reflexos na ocupação sócio-espacial dos condomínios residenciais horizontais. **Boletim de Geografia**, Maringá, PR, v. 26/27, p. 71-79, 2009.

VERGARA, S. C.; VIEIRA, M. M. F. Sobre a dimensão tempo-espço na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, MG, v. 9, n. 2, p. 103-119, 2005.

VILLAÇA, F. **Espço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Studio Nobel; FAPESP, 2001.

VITTE, C. C. S. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: BAENINGER, R. (org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Brasília, DF: UNFPA, 2010. p. 79-98.

VOSS, P. R. Demography as a spatial social science. **Population Research and Policy Review**, Amsterdam, v. 26, n. 5-6, p. 457-476, 2007.

WOODS, R. Spatial demography. In: CLARKE, J. I. (ed.). **Geography and population: approaches and applications**. Oxford, England: Pergamon Press, 1984. p. 43-50.